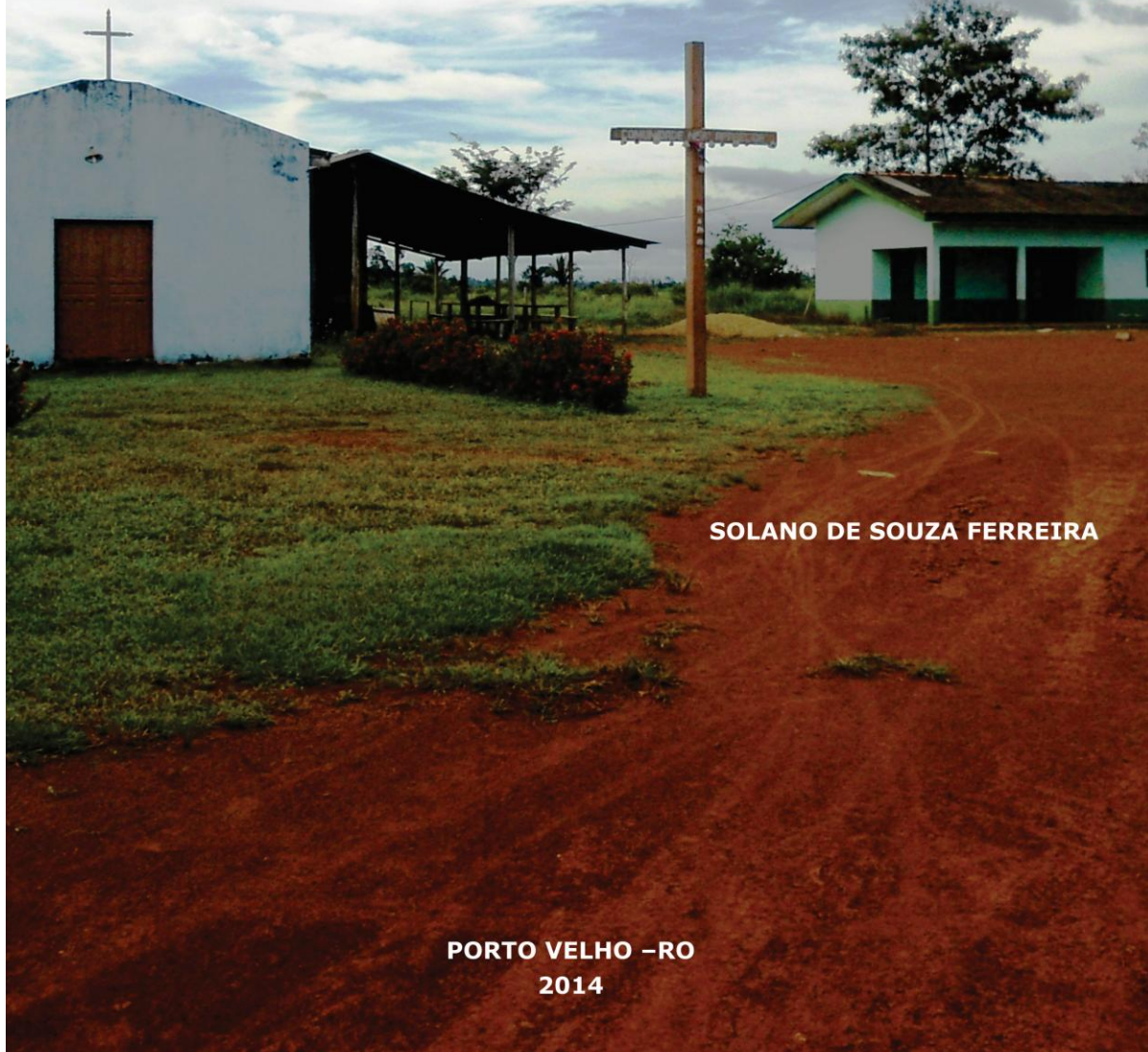


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR**

**SOCIEDADE E NATUREZA: PERCEPÇÃO DOS  
PRODUTORES RURAIS DO ENTORNO DA FLORESTA  
NACIONAL DO JAMARI/RO**



**SOLANO DE SOUZA FERREIRA**

**PORTO VELHO -RO  
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR**

**SOCIEDADE E NATUREZA: PERCEPÇÃO DOS  
PRODUTORES RURAIS DO ENTORNO DA  
FLORESTA NACIONAL DO JAMARI/RO**

**SOLANO DE SOUZA FERREIRA**

**PORTO VELHO – RO**

**2014**

**SOLANO DE SOUZA FERREIRA**

**SOCIEDADE E NATUREZA:**

**PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO ENTORNO DA FLONA DO  
JAMARI/RO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Rondônia, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia (PPGG), área de concentração “Amazônia e Políticas de Gestão Territorial”, para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva

**PORTO VELHO, 2014**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ferreira, Solano de Souza.

F383s

Sociedade e natureza: percepção dos produtores rurais do entorno da Floresta Nacional do Jamari-RO / Solano de Souza Ferreira. Porto Velho, Rondônia, 2014.

224 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

Orientador: Prof. Dr. Josué da Costa Silva

1. Geografia. 2. Percepção. 3. Fenomenologia. 4. Sustentabilidade. 5. História oral. 6. Mediação midiática. I. Silva, Josué da Costa. II. Título.

CDU: 91

**Bibliotecária Responsável: Cristiane Marina Teixeira Girard/ CRB 11-897**

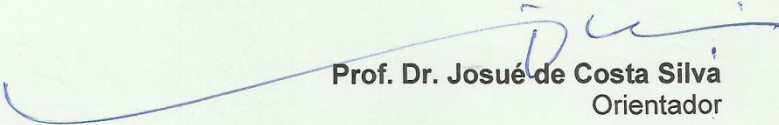
**PPGG**


**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**SOLANO DE SOUZA FERREIRA**

A Banca de defesa de Mestrado presidida pelo orientador **Prof. Dr. Josué da Costa Silva** e constituída pelos examinadores **Profa. Dra. Lucileyde Feitosa Sousa** e **Profa. Dra. Adriana Cristina da Silva Nunes**, reuniram-se no dia 18 de dezembro de 2014, às 9 horas na sala Rosa Ester Rossini, Prédio do Mestrado em Geografia, sito no Campus Universitário José Ribeiro Filho, para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada "**SOCIEDADE E NATUREZA: PERCEÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO ENTORNO DA FLORESTA NACIONAL DO JAMARI/RO**", do mestrando **Solano de Souza Ferreira**, matrícula 201210529. Após a explanação do mestrando, e sua arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi considerada APROVADA. Conforme determinação do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, o candidato tem o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar desta data, para realizar as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação.

Porto Velho, 18 de dezembro de 2014.

  
Prof. Dr. Josué de Costa Silva  
Orientador

  
Profa. Dra. Lucileyde Feitosa Sousa  
Examinadora Externa

  
Profa. Dra. Adriana Cristina da Silva Nunes  
Examinadora interna

## **DEDICATÓRIA**

*À ilustre senhora Maria dos Anjos Costa, que com muita dificuldade me gerou, criou, educou, e me fez no que hoje sou.*

## AGRADECIMENTOS

À DEUS, o Todo Poderoso, que fez os céus e a terra, e tudo governa para a sua glória!

Ao professor doutor Josué da Costa Silva que compreendeu minhas dificuldades pessoais, relevou alguns aperreios, e me ajudou com sua sabedoria, paciência e didática de um homem apaixonado pelo ensino e que ama a Geografia.

Aos professores doutores que somaram nessa aprendizagem e aos demais professores e todos os servidores da UNIR que atuaram e atuam diretamente no Núcleo de Pós-Graduação Mestrado em Geografia: Adnilson de Almeida Silva, Dorisvalder Dias Nunes, Josué da Costa Silva, Maria das Graças S. N. Silva, Adriana Cristina da Silva Nunes, Lucileyde Feitosa Sousa e Ricardo Gilson da Costa Silva excelentes doutores que contribuíram para a minha compreensão e apreensão das riquezas da Geografia para a pesquisa e para o meu saber.

Ao amigo geógrafo Alexis de Souza Bastos que incentivou e até insistiu para que eu entrasse nesse Programa de Pós-Graduação, e não bastando muito contribuiu no decurso da pesquisa e dissertação.

A amiga geógrafa Fabiana Barbosa Gomes e sua equipe da RIOTERRA que contribuiu na elaboração dos mapas inseridos nesta dissertação.

Aos colegas de turma que nos momentos estressantes de estudos e descobertas contribuíram nas atividades em sala e extra-sala.

A amiga Telma Ferreira que muito apoiou e ajudou em diversas fases deste Mestrado e como legítima pedagoga sempre se preocupa com a turma.

Aos meus irmãos e irmãs Áureo (*in memoriam*), Irene, Regina, Aurélio, Carminha, Teonília, Natália, Antelmo, Cremilda, ao meu pai Antônio de Souza Ferreira, à minha mãe Maria dos Anjos Costa; todos torceram pela conclusão dessa etapa em minha vida. Família grande que não dá para citar aqui todos os descendentes, mas amo a todos e todas.

Aos colegas de trabalho e aos meus superiores que compreenderam e colaboraram em minhas ausências para aulas e atividades de campo, na certeza de que a minha aprendizagem renderia ao grupo bons resultados.

Às dezenas de irmãos em Cristo que também incentivaram e compreenderam essa fase.

E a minha amada Eliane Maria Krupinski que me trouxe motivação e alegria depois de uma fase difícil que atravessei, e com sua paz de espírito e comprometimento sentimental bem soube me ajudar na retomada de minha vida.

Enfim, a todos e todas que aqui não estão, mas muito contribuíram. Muito obrigado!



## RESUMO

A dissertação é resultado de pesquisa de percepção dos produtores rurais, a partir dos 26 anos, sendo faixa etária adulta, sobre o ambiente composto pelo entorno da Floresta Nacional do Jamari, em Itapuã do Oeste, Rondônia, analisando e compreendendo a formação do espaço, suas representações e identidades, de perspectivas de produção, cultura, comunicação e espacialidade ambiental. Após revisão crítica de estudos foi centrado no método fenomenológico, com abordagens nas técnicas geográficas de estudos agrários, cultural e religioso, da história oral temática e de recepção midiática. Os resultados são apontados de forma analítica descrevendo a percepção do sujeito sobre o objeto. O espaço pesquisado é composto por agricultura familiar com pressão de mineração, indústria madeireira e monocultura e tende para o esvaziamento das pequenas propriedades diante da falta de políticas públicas que possam fixar no campo as famílias de pequenos agricultores. A pesquisa foi desencadeada com agricultores em regime familiar que desenvolvem suas atividades rurais com modelo de agricultura não condizente com a realidade amazônica, o que causou desgaste do solo agrícola, redução da produção, estagnação econômica da população e avanço da pecuária. Compreender os fenômenos presentes no lugar trouxe orientações que podem auxiliar em outros estudos e nas diversas análises para orientação de políticas públicas que possam conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental, compensando ao agricultor familiar diante das pressões da pecuária e monocultura. O pequeno produtor do entorno percebe o objeto como espaço de produção, e a área de reserva florestal como espaço coletivo de bem ambiental que poderia ser explorado pelos moradores e não por empresas concessionárias oriundas de outros estados.

**Palavras-chave:** Geografia, Percepção, Fenomenologia, Sustentabilidade, História oral, Mediação midiática.

## ABSTRACT

The dissertation is the search result of perception of rural producers, from 26 years and adult age group, about the environment consisting of the surroundings of Jamari national forest in Itapuã do Oeste, Rondônia, analyzing and understanding the formation of the space, its representations and identities, with prospects of production, culture, communication and environmental space. After critical review of studies was centered on the phenomenological method, with geographical techniques approaches of agricultural, cultural and religious studies, oral history and thematic media reception. The results are aimed at describing the subject's perception analytical about the object. The search space consists of small farming, mining pressure wood industry and monoculture and tends to the emptying of the small farms on the lack of public policies that can attach to the families of small farmers. The search was triggered with farmers in family scheme to develop their rural activities with agriculture model not befitting the Amazon reality, which caused agricultural soil wear, reduced production, economic stagnation of population and livestock feed. Understand the phenomena present in the place brought guidelines that can assist in other studies and in various analyses for orientation of public policy that can reconcile economic development with environmental preservation, compensating the family farmer in the face of the pressures of livestock and monoculture. The small surrounding producer realizes the object as production space, and the area of forest reserve as well environmental collective space that could be exploited by locals and not by concessionary companies from other States.

**Keywords:** Geography, Perception, Phenomenology, Sustainability, Oral history, Mass media.

## **SIGLAS UTILIZADAS**

APP – Área de Preservação Permanente

AROESTE – Associação dos Produtores Rurais de Itapuã do Oeste

BASA – Banco da Amazônia S/A

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

COOPERAMA – Cooperativa de Produtores da Amazônia Ltda

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

EMATER – Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural

FLONA DO JAMARI – Floresta Nacional do Jamari

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ITAPUÃ FM – Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A

FNO – Fundo Constitucional e Operacional do Norte

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PF – Polícia Federal

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RADIOBRAS – Empresa Brasileira de Comunicação S/A

RIOTERRA – Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itapuã do Oeste

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública e Combate a Malária

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

UC – Unidade de Conservação de Uso Sustentável

UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1. Faixa etária .....  | 91  |
| Tabela 2. Organização social .....  | 93  |
| Tabela 3. Principais atividades das propriedades .....                            | 96  |
| Tabela 4. Importância econômica do gado .....                                     | 96  |
| Tabela 5. Principal fonte de renda do gado .....                                  | 97  |
| Tabela 6. Quantitativos e tipos de animais criados .....                          | 98  |
| Tabela 7. Quantitativos da produção agrícola da propriedade .....                 | 99  |
| Tabela 8. Ciclo de comercialização .....  | 100 |
| Tabela 9. Principais problemas para o cultivo agrícola .....                      | 101 |
| Tabela 10. Nível de escolaridade .....  | 102 |
| Tabela 11. Documento da propriedade .....   | 103 |
| Tabela 12. Tempo de residência no lugar .....                                     | 104 |
| Tabela 13. Fontes de água existentes .....  | 106 |
| Tabela 14. Tipos de tratamento d'água .....                                       | 107 |
| Tabela 15. Benefícios de projetos ambientais .....                                | 112 |
| Tabela 16. Tipos de equipamentos e acessórios para aplicação de agrotóxicos ..... | 117 |
| Tabela 17. Religião dos proprietários rurais .....                                | 123 |
| Tabela 18. Como toma conhecimento de notícias e informações .....                 | 130 |
| Tabela 19. Preferência na programação de televisão .....                          | 132 |
| Tabela 20. Nível de tomada de decisão pela programação da televisão .....         | 133 |
| Tabela 21. Tipos de decisão tomada pela programação da televisão .....            | 133 |
| Tabela 22. Frequência com que houve rádio .....                                   | 134 |
| Tabela 23. Preferência na programação do rádio .....                              | 135 |
| Tabela 24. Nível de tomada de decisão pela programação do rádio .....             | 136 |
| Tabela 25. Tipos de decisão tomada pela programação do rádio .....                | 137 |
| Tabela 26. Tipo de informativo impresso a que tem acesso .....                    | 144 |
| Tabela 27. Índice de tomada de decisão por informativo impresso .....             | 145 |
| Tabela 28. Nível de tomada de decisão por comunicação oral/verbal .....           | 146 |

# SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO</b> .....  | <b>16</b> |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>21</b> |
| <b>CAPÍTULO 1 – ESTUDO DO PROBLEMA</b> .....                               | <b>25</b> |
| 1.1 Contextualização do lugar pesquisado.....                              | 25        |
| 1.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa.....                           | 32        |
| 1.3 A Fenomenológica como método analítico .....                           | 38        |
| 1.4 Considerando a geograficidade .....                                    | 42        |
| 1.5 Aporte das medidas quantitativas e qualitativas.....                   | 46        |
| 1.6 Construção da História Oral.....                                       | 47        |
| <b>CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA</b> .....                            | <b>52</b> |
| 2.1 PERCEPÇÃO COMO ELEMENTO DA FENOMENOLOGIA .....                         | 52        |
| 2.1.1 Contribuições aos estudos brasileiros da Percepção Ambiental.....    | 57        |
| 2.1.2 Populações tradicionais e suas relações míticas com a natureza ..... | 53        |
| 2.1.3 Topofilia, as sensações e outros sentidos.....                       | 62        |
| 2.1.4 O espaço cultural da fé e da religiosidade.....                      | 64        |
| 2.2 O ESPAÇO AMBIENTAL EM ÁREA DE ENTORNO.....                             | 66        |
| 2.2.1 Impactos da fragmentação florestal .....                             | 67        |
| 2.2.2 Corredores Ecológicos e interligação de Áreas Fragmentadas .....     | 69        |
| 2.2.3 A importância das matas ciliares .....                               | 70        |
| 2.3 MEIOS, MEDIAÇÃO E RECEPÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL .....                 | 71        |
| 2.3.1 A medição midiática para compreender a recepção geográfica .....     | 72        |
| 2.3.2 A cotidianidade familiar e a mediação .....                          | 74        |
| 2.3.3 A temporalidade social e a mediação .....                            | 76        |
| 2.3.4 A competência social e a mediação .....                              | 77        |
| 2.3.5 A espacialidade nos usos midiáticos.....                             | 78        |
| 2.3.6 Mídias e o campo: a mobilidade do rádio e o atrativo da TV .....     | 78        |
| 2.3.7 A composição da mensagem.....  | 81        |
| 2.4 ESTRUTURA DO DISCURSO AMBIENTAL .....                                  | 84        |
| <b>CAPÍTULO 3 – ANÁLISES DOS RESULTADOS</b> .....                          | <b>89</b> |
| 3.1 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS.....  | 89        |
| 3.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL .....  | 106       |
| 3.3 ESPACIALIDADE CULTURAL E RELIGIOSA.....                                | 124       |

|  |            |
|--|------------|
| 3.4 COMUNICAÇÃO E RECEPÇÃO.....                                | 128        |
| <b>CAPÍTULO 4 – HISTÓRIA VIVIDA E REGISTRADA .....</b>         | <b>149</b> |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>  | <b>197</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>201</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>206</b> |
| Anexo 1. Formulário de pesquisa qualitativa/quantitativa ..... | 206        |
| Anexo 2. Autorizações e cessões autorais .....                 | 214        |

## APRESENTAÇÃO

Conhecia Itapuã do Oeste de ouvir falar e por passar no curtíssimo trecho urbano cortado pela BR-364, a uma hora de viagem de Porto Velho. Já estive na área de mineração como repórter e também a trabalho onde andei em algumas trilhas da Floresta Nacional do Jamari. Até ai, nada mais sabia do município que tem uma ponte que sai do nada e vai para lugar nenhum, pois nunca foi concluída, da extinta pastelaria que servia o saboroso suco de cacau e da vida pacata perceptível na população que escolheu esse lugar para viver.

Durante a participação como técnico em um projeto socioambiental desenvolvido no município, comecei a andar um pouco mais, conhecer pessoas e sentir que nessa parte da Amazônia havia um contexto socioeconômico mais amplo, pessoas que chegaram para ganhar a vida e realizar sonhos, famílias que acreditaram na possibilidade de um tempo melhor, e um setor rural que produz e que convive ao lado de uma enorme área de reserva numa relação de vizinhança com o meio natural que precisava ser compreendida. Andei, conversei, observei, trabalhei e percebi que a minha atividade profissional no município não deveria se limitar em ações de comunicação social temporária. Senti que precisava saber mais e de alguma maneira contribuir para que o meu tempo nesse lugar resultasse em algo que pudesse servir para o desenvolvimento, para a comunicação e para a história. Percebi que o universo de meu trabalho estava inserido na Geografia, e a Comunicação era um elemento dentre tantos outros na tentativa de reconstruir o espaço alterado pela migração camponesa, pela extração mineral e pela exploração madeireira.

Durante três dias em que ajudei na coordenação de uma pesquisa de recepção de mídia, entendi que ainda mais precisava ser conhecido e compreendido, e havia outras indagações que ultrapassavam os limites da Comunicação. Busquei e descobri que a Geografia me ajudaria não apenas num momento, mas acrescentaria em muito à minha carreira profissional, numa interdisciplinaridade de métodos, técnicas e elementos que ajudariam encontrar respostas a tantos porquês que surgiram na atuação como profissional de Comunicação Social.



Nesta dissertação está uma parte de conhecimentos que adquiri nos além de dois anos que participei do Programa de Pós-graduação Mestrado em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, onde pude conhecer não apenas esta ciência maravilhosa, mas criei afinidade com pessoas que mergulhadas no universo acadêmico, possuem rica contribuição para o desenvolvimento deste Estado, e para o desenvolvimento da Geografia com seus incansáveis momentos dedicados a compreender tantas indagações da presença humana no espaço amazônico. Nos meus empolgantes estudos descobri na natureza do espaço, a dinâmica da ação do homem e os diversos fenômenos que podem construir, desconstruir e reconstruir o espaço humanizado.

Busquei nessa dissertação contribuir para a compreensão dos fenômenos da ocupação do espaço e que construíram a percepção dos produtores rurais quanto a área de entorno definida também como área de amortização da Floresta Nacional do Jamari, numa comunidade formada pelas Linhas 605, 616 e 618 do setor rural do município de Itapuã do Oeste, tendo como sujeitos produtores rurais em regime de agricultura familiar.

A formação desse espaço rural e agrário foi conturbada com a liberdade de desmatar e comercializar madeiras nas décadas de 1970 e 1980, sem controle e sem fiscalização, e pelas limitações que surgiram a partir da criação da unidade de conservação, mudando o aspecto legal da área, mas não alterando o modelo de ocupação e de percepção do espaço. Divergências, incompreensões, repressões e educação ambiental estão presentes na construção e compreensão da percepção desses produtores que percebem o meio natural como importante para a preservação, mas não percebem esse mesmo espaço como fonte de importância econômica local que, apesar de ser permitido o uso sustentável da reserva, poucos benefícios chegam aos cidadãos itapuaenses.

As análises dos fenômenos presentes e observados demonstram a fragilidade desse ambiente que sofre pressões econômicas de alto valor como mineração, indústrias madeireiras e a monocultura que tornou a mais recente pressão nesse espaço. Apesar do volume econômico dessas atividades, os valores empregados nesses investimentos não são percebidos como benefícios diretos para a população do entorno. A representação de valor observada nas pequenas propriedades está na pecuária leiteira destacada como

a alternativa econômica mais viável diante das poucas condições financeiras desses proprietários para recuperar os ciclos de lavouras. Tais limites vêm promovendo o êxodo rural, o que facilita a entrada da pecuária em grande escala e da monocultura diante do envelhecimento e escassez da mão-de-obra agrícola, em áreas que foram colonizadas pela agricultura familiar, e por essa presença humana criou na comunidade sua identidade local, que poderá suprimir por causa de uma possível substituição de pequenas propriedades por grandes propriedades rurais. As atividades de agricultura familiar observadas são de pura subsistência com venda de excedentes e a lucratividade das propriedades se firma no negócio da criação de gado.

No primeiro capítulo apresento os métodos utilizados na pesquisa, dando ênfase a fenomenologia, tendo incluído a história oral temática e a recepção midiática como ferramentas para captação das informações que serviram para as análises e conclusões a partir das percepções dos sujeitos dentro dos objetivos de compreender os modelos de ocupação do espaço. A fenomenologia foi escolhida por oferecer elementos que possam descrever o espaço vivido não pela individualidade, mas pelo conjunto de modos de vida que definem as percepções, não separando o sujeito do objeto, mas integrando-os num universo espacial que define o recorte. Pela fenomenologia é possível compreender a consciência não pela ação direta e presente na paisagem, mas pela subjetividade carregada nos sentimentos e demais atos do interior humano, e isso não está expressado no que é sentido, mas sim no que é vivido. O sujeito sente e percebe aquilo que vive, aquilo que tem valor, aquilo que lhe traz apego. Pelas representações o indivíduo constrói sua identidade e esta define a geograficidade que não está definitivamente construída, mas é alterada à medida que novas representações surgem no processo de redução fenomenológica.

Numa área de entorno com pressões expressivas, o sujeito estará em constante reconstrução espacial, e sua trajetória de vida estará definindo a história do lugar, e percebemos que essas existências e suas ações temporais são carregadas de elementos de fatos vividos que podem descrever pela percepção a trajetória do lugar, por isso, incluí o método história oral temática para extrair das declarações dos personagens as ações determinantes para a espacialidade percebida. Já a inclusão metodológica de investigar pela recepção midiática as influências ou não da comunicação massiva na construção da percepção, não foi meramente para citar a Comunicação Social, minha área de atuação profissional, numa pesquisa geográfica, mas sim, para ajudar

compreender como o sujeito recebeu no passado as informações que formaram o modelo de ocupação do espaço e como os meios midiáticos influenciam ou não na reconstrução espacial diante de influências e poder de mobilização social que esses meios possuem. Partindo do pressuposto de que o discurso progressista do Governo Federal replicado pelos órgãos governamentais que relacionavam diretamente com os colonos, e que esse mesmo discurso, fundamentado no desenvolvimentismo, foi inserido nos meios midiáticos que comunicavam com esse público tenha norteado a formação do espaço agrário ainda em vigor e que não se adéqua a uma área de entorno de unidade de conservação na Amazônia.

O segundo capítulo dessa dissertação traz o contexto teórico que auxiliou nas interpretações e análises da percepção do sujeito sobre o objeto, discorrendo de princípios epistemológicos a elementos mais recentes de estudos da espacialidade. Está incluso os arranjos teóricos da Fenomenologia que contribuem para as análises, da Geografia Cultural e da Religião, das relações míticas, das representações, e das sensações que geram o apego e criam a identidade do lugar. Procurei discorrer sobre o espaço ambiental para compreender como o homem se relaciona com os demais seres vivos e como o meio natural reage às interferências humanas, para entender a importância da unidade de conservação como espaço coletivo útil para a humanidade e para os seres naturais presentes no ambiente. Ainda nesse capítulo são apresentadas as características dos meios midiáticos, as formas de mediação e como o indivíduo recebe e percebe a mensagem destinada pela mídia e pelas demais formas de comunicação. Discorri sobre as relações da comunicação com os sistemas sociais, a abrangência e importância da comunicação rural e direcionada, a competência social dos meios e a espacialidade da utilização dos meios.

As análises apresentadas no capítulo três tiveram como base para as interpretações, os métodos e elementos referenciais contidos nos capítulos anteriores. Para facilitar as análises, os dados da pesquisa foram subdivididos em Aspectos Socioeconômicos analisando produção, organização social, cadeias e a descrição social do grupo de amostra; Percepção Ambiental analisando como o sujeito percebe o espaço objeto e quais as representações mais influentes; Espacialidade Cultural e Religiosa para compreender as influências da fé na formação cultural e na identidade do lugar; e Comunicação e Recepção analisando como os meios midiáticos atuaram no período de formação do espaço e qual a capacidade de influência atual para utilizá-los como

ferramenta da integração socioambiental e concepção de nova percepção caso seja necessário.

O Capítulo 4 constrói através de imagens fotográficas a visualização e contexto observado e pesquisado no espaço. A sequência das fotos foram definidas de modo que possa causar no leitor uma viagem ao ambiente a partir da Linha 618 (Embratel), passando pelo núcleo da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, seguindo na Linha 616 (General Carneiro) e na Linha 605 até a chegada no núcleo urbano de Itapuã do Oeste. Os registros buscaram a captação da paisagem, do cotidiano rural e urbano, e a inclusão de elementos humanos na visualização composta dos modos de vidas.

Compreender o espaço vivido nessa parte da Amazônia brasileira é rever um pouco do passado ainda presente nos testemunhos dos pioneiros, é indagar o morador sobre suas representações que definem o presente, é observar o cotidiano dessa gente em busca de respostas que possam dimensionar o apego e valor do lugar, é entender a percepção sobre um futuro que pode constituir outra paisagem alterando o espaço rural e ambiental, dando assim com esses elementos analíticos condições para a observação necessária sobre que destino dar a esta parte do Brasil que foi ocupada com sonhos e realizações de vidas dentro de perspectivas de cultivar, crescer e prosperar.

## INTRODUÇÃO

Viver em Itapuã do Oeste é estar ao lado da Floresta Nacional do Jamari (Flona do Jamari), criada pelo Decreto nº 90.224, de 25 de setembro de 1984, enquadrada como *unidade de conservação de uso sustentável* (UC), que permite a exploração dos recursos naturais renováveis através de planos de manejos e outros projetos sustentáveis. Com área total estimada de 215.000 hectares, a Flona do Jamari está localizada no estado de Rondônia, nos municípios de Itapuã do Oeste com 95% da área compreendida e 5% da área de Cujubim, numa região de bioma amazônico que sofre pressão econômica em virtude da vocação agrícola com avanço da pecuária e da indústria madeireira. A Flona do Jamari foi a primeira UC que passou por processo de concessão para exploração de madeiras através de plano de manejo sustentável, que apesar de polêmica, essa atividade econômica tornou-se uma necessidade já que a área da Flona constantemente era invadida por madeireiros que exploravam de forma predatória, ilegal e sem qualquer responsabilidade com o futuro da floresta, enquanto que no sistema de manejo sustentável as concessionárias têm obrigações que definem os critérios de cortes seletivos das árvores em ponto de comercialização, respeitando as espécies protegidas, as árvores matrizes e cumprem as exigências de recomposição das áreas desmatadas.

Esta dissertação busca compreender a percepção dos produtores rurais que declaram proprietários e que exercem a atividade em regime de agricultura familiar, no entorno da Floresta Nacional do Jamari, a partir do olhar desses sujeitos quanto aos aspectos de produção, organização, proteção ambiental, relação de cultura e identidade com o lugar, e o entendimento sobre o modelo atual de ocupação do espaço, reunindo elementos de comunicação social que compõem na interdisciplinaridade um sistema de estudo da compreensão da percepção geográfica do espaço, considerando o poder de influência que a comunicação exerce na construção de consciência, e desde a formação desse espaço, a comunicação gerada aos produtores não considerou a sustentabilidade, mantendo sempre o diálogo do imediatismo da política governamental de integrar a Amazônia como forma de soberania, e não de desenvolvimento local ou regional sustentável.

É sabido que esse espaço foi organizado no modelo aplicado na década de 1970 em diversos municípios de Rondônia onde, colonos vindos de outros estados brasileiros foram instalados sem um planejamento sustentável que pudesse garantir aos colonos a manutenção da vida no campo, pois a falta de políticas agrícolas não permitiu a consolidação de uma agricultura forte e próspera o suficiente. Até mesmo a assistência técnica e o extensionismo rural não observaram as adversidades da região Amazônica, seguindo modelos agrários de outros ecossistemas que não conseguiram se manter sustentáveis nesta região. A alternativa dos produtores rurais em migrar de lavouras para a pecuária ocorreu como forma de sobrevivência diante de tantas incertezas no campo composto por áreas degradadas, baixas perspectivas de produção e comercialização, ausência do poder público no planejamento e execução de ações básicas necessárias para o desenvolvimento local, e a tendência migratória do campo para a cidade que reprime o crescimento produtivo e muda a vocação da população mais jovem. Incerto também é o destino desse espaço que sofre a pressão da mineração, da exploração madeireira e da monocultura com a expansão da soja, novidade esta que desperta a cobiça de pequenos produtores.

Pressupomos que a continuidade das ações de desmatamentos na zona de amortecimento tenha efeito dentro da unidade de conservação já que nesse perímetro ocorrem movimentações de espécies que buscam *habitats* propícios para expansão da alimentação ou reprodução de proles. Circulando pela área compreendida por esta pesquisa foi possível verificar animais silvestres cruzando as estradas, principalmente à noite, o que caracteriza a importância do entorno como zona de amortecimento, necessitando de um espaço organizado de modo que atenda as demandas dos produtores rurais e ao mesmo tempo contribua com o meio natural, servindo de corredores ecológicos para a interligação de ilhas, utilizando para isso as matas ciliares e as áreas de preservação permanentes (APPs).

Existem motivos diversos que justificam a preservação ambiental no planeta e, dentre tantos, consideramos o que estima Brown (2006) de que há entre 5 milhões a 50 milhões de tipos de seres vivos sobre a Terra, entre plantas, micróbios, peixes, aves, mamíferos e outros animais que existem por alguma razão, em que na época dessa expressiva quantidade, menos de dois milhões eram conhecidos, catalogados e descritos em literaturas de conhecimento científico e público. Conforme Keipi *apud* Zarin (2005) a América Latina possuía 25% das florestas nativas do mundo e a metade de florestas

tropicais remanescentes, porém o desmatamento crescente em taxa média anual estimada pelo autor em torno de 7,5 milhões de hectares, equivalente a 0,8% da totalidade, já requeria atenção especial para manutenção da cobertura nativa pelo menos nas áreas de reservas. O Brasil concentrava a maior biodiversidade do planeta, liderando entre os 17 países com maiores concentrações botânicas e de animais do mundo, destacando-se ainda com a maior rede hidrográfica (ARRUDA, 2006). Segundo o autor, apesar de tamanha riqueza natural, as áreas cobertas por unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, ocupavam na época menos que 10% do território nacional. Nesse contexto, a Amazônia é considerada o maior celeiro de seres vivos e, na maioria, ainda desconhecidos e não catalogados, numa biodiversidade rica em espécies, em que essa ampla variedade faz desse ecossistema um aporte diferente, onde a sobrevivência das espécies indica interdependência tanto na composição da cadeia alimentar quanto nas demais relações de sobrevivência. Por esses motivos já seriam suficientes para a determinação da importância da preservação ambiental na Amazônia, o que proporcionaria a manutenção da ampla diversidade de seres vivos, mas as derrubadas colocam em riscos a cobertura vegetal que ainda encobre muitos seres desconhecidos que podem ser eliminados do planeta.

São muitas as consequências da ocupação da Amazônia como: a destruição da biodiversidade conhecida e desconhecida, eliminação total das matas ciliares comprometendo as bacias hidrográficas, secando igarapés, riachos e rios, findando nascentes que sustentam e irrigam fauna e flora. O estudo dessa temática contribui para orientar novas ações no sentido de (re)construir esse espaço rural, com alinhamento para o desenvolvimento local sustentável, incluindo a preservação ambiental necessária para a manutenção desse ecossistema. Assim, a análise e a compreensão da percepção dos produtores rurais são necessidades para conter o (des)ordenamento e encontrar respostas para alguns questionamentos sobre a ocupação espacial no entorno da Floresta Nacional do Jamari, onde a paisagem continua sofrendo alteração devido ao modelo agrário ainda em vigor, marcado pelo avanço do desmatamento com a prática de queimadas causando o descontrole do ecossistema.



# CARACTERIZAÇÃO

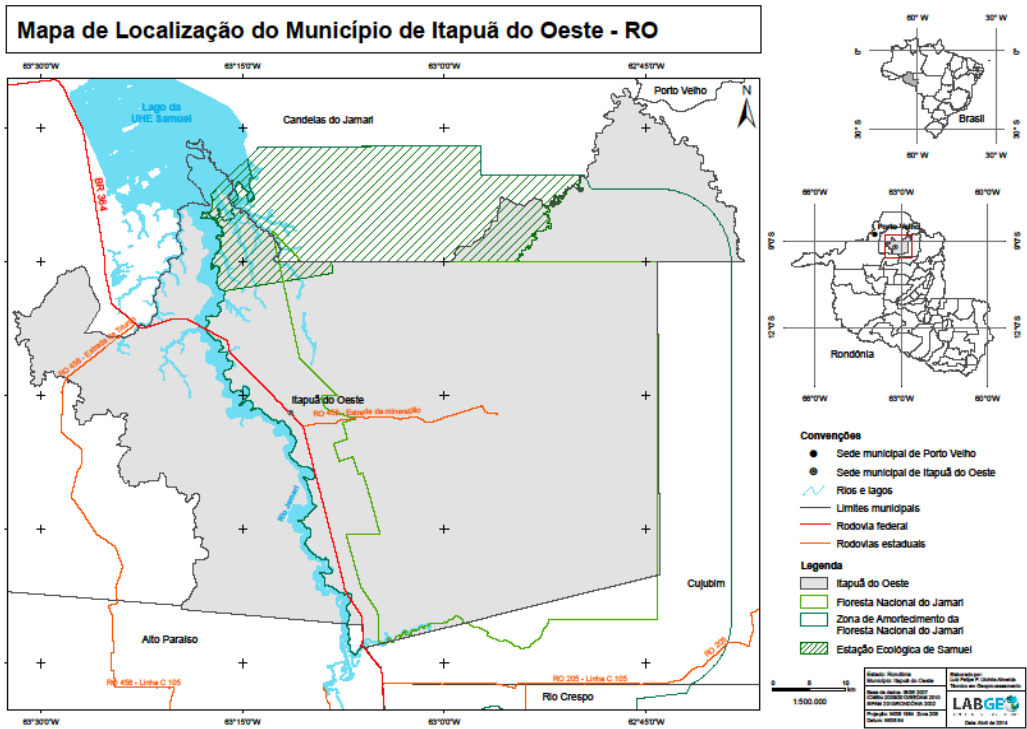


## **CAPÍTULO 1 – ESTUDO DO PROBLEMA**

### **1.1 Contextualização do lugar pesquisado**

O município de Itapuã do Oeste está localizado no Estado de Rondônia, às margens da BR-364, com distância de 105 quilômetros de Porto Velho, a capital, tendo sua localização em latitude 09°12'18" sul e longitude 63°10'48" oeste, com altitude de 0 (zero) metros do nível do mar, economia predominante de agropecuária, indústria e serviços (Mapa 1). O bioma é amazônico com clima tropical e temperatura média anual de 26°C. A hidrografia é composta pela bacia do rio Jamari, tendo no território do município uma grande parte do lago da Usina Hidroelétrica de Samuel, responsável pela elevação do lençol freático, o que prejudica algumas culturas em virtude do excesso de água no solo (IBGE, 2010).

Estudos sobre as origens das famílias e a dinâmica populacional migratória da bacia do rio Jamari, onde está localizada a Flona do Jamari, constatou 31,98% de nascidos em Rondônia, e desses, 75% com idade inferior a 25 anos, e os demais habitantes da região eram compostos por 16,28% de mineiros, 13,68% de paranaenses, 7,95% de baianos, e 7,76% de capixabas (ALMEIDA SILVA *apud* ALMEIDA SILVA, 2009). O autor considera que essas origens também contribuíram para a apreensão do espaço pela população local, pois nesses estados de origens a ocupação agrícola foi à base da substituição da floresta nativa por cobertura cultivada, modelo que não se adequou à realidade amazônica considerando as diferenciações das características naturais de solo, clima, relevo e até do ciclo de chuva que em nada se assemelha com as tipologias do Sul e Sudeste brasileiro. Mesmo que muitas propriedades foram vendidas e parte desta população pioneira não reside mais no lugar, o modelo implantado permanece o mesmo do início da colonização na década de 1970.



Mapa 1. Localização do município de Itapuã do Oeste - RO

Para entender a presença humana na região, se faz necessário conhecer o contexto histórico do lugar. O então povoado de Jamari foi elevado a distrito de Porto Velho em 22 de dezembro de 1981, conforme Lei Municipal nº 213. As poucas famílias que viviam no lugar sobreviviam principalmente do trabalho na atividade mineral já que a localidade servia de base de entrada para a mineração de cassiterita. Na década de 1980 a colonização agrícola impulsionou a chegada de novas famílias atraídas pela distribuição gratuita de terra pelo INCRA, que implantou o Projeto de Assentamento (PA) Machadinho, em 15 de fevereiro de 1982, consolidado através do Decreto-lei Federal nº 88.225 de 1983. Nessa época chegaram 2.934 famílias que foram assentadas pelo PA Machadinho desencadeando o ciclo agrícola de desenvolvimento. Com o surgimento da vocação agrícola, o distrito de Jamari ganhou dimensão econômica e na década seguinte foi elevado a categoria de município pela Lei Estadual nº 364, de 13 de fevereiro de 1992, desmembrando área territorial dos municípios de Porto Velho e Ariquemes perfazendo uma área de 4.081,583 quilômetros quadrados. O nome do município não agradava a maioria da população que através de plebiscito decidiu-se pela alteração toponímica<sup>1</sup> municipal passando de Jamari para Itapuã do Oeste mudança esta oficializada em 24 de outubro de 1997, por meio da Lei Estadual nº 747.

A população estimada para o município de Itapuã do Oeste em 2013 foi de 9.661 habitantes, com base de projeção a partir do último censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, quando o município apresentou a contagem de 8.566 habitantes (IBGE/<http://cod.ibge.gov.br/2348M>). É nesse universo que se encontra os produtores rurais sujeitos desta pesquisa, onde definimos como recorte espacial de amostra para as análises da pesquisa dessa dissertação.

A ocupação humana no entorno da Flona do Jamari tornou-se mais concentrada a partir da década de 1970, com a política de reforma agrária implantada pelo Governo Federal, quando famílias vindas de outras regiões do país, principalmente do Sul e Sudeste, recebiam terras e incentivos financeiros para o desenvolvimento de lavouras. Os agricultores foram impulsionados pelo discurso progressista do governo militar de que o novo estado seria o eldorado brasileiro, lugar de prosperidade e de desenvolvimento, gerando a prática de desmatar em grande escala as propriedades rurais para o cultivo agrícola e pecuário, na esperança de riquezas ou de pelo menos um

---

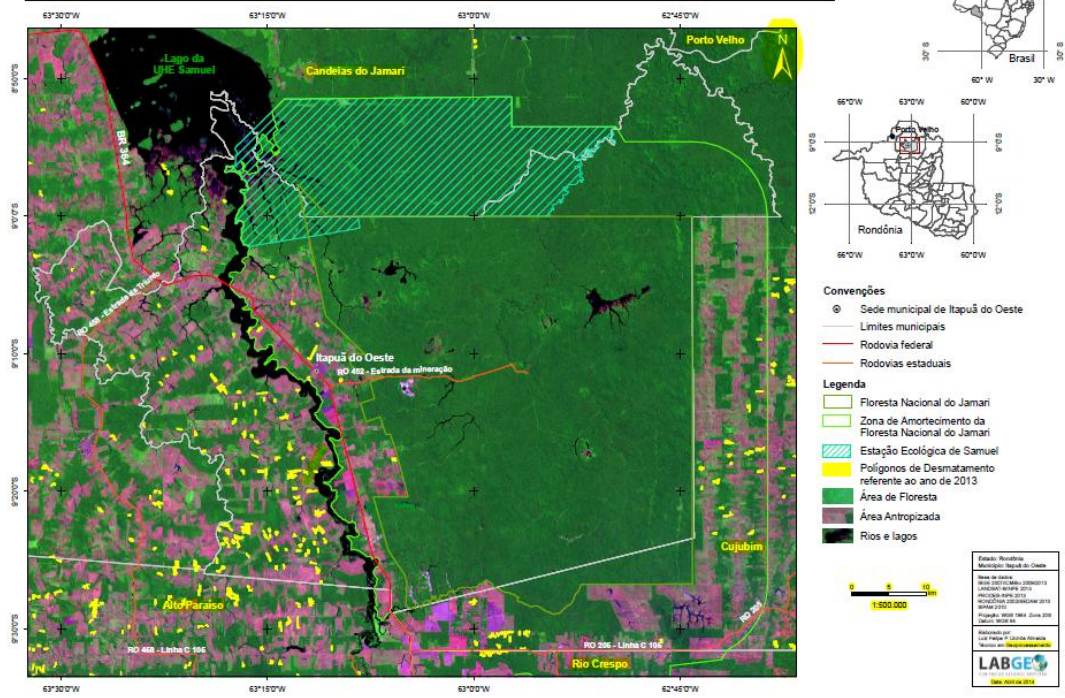
<sup>1</sup> (Gr) Mudança de nome do lugar com base em estudo lingüístico, (FERNANDES, 2003). Esta parte da lingüística tem forte ligação com a Geografia, história e Arqueologia.

padrão de vida estável. O desmate imediato e em grande escala era tido como benfeitoria que garantia a permanência do assentado na propriedade, gerando a representação de que quanto maior a área desmatada maior seria as benfeitorias da propriedade, representando que o colono estava trabalhando na terra. Essas informações aparecem com naturalidade nos discursos dos agricultores que estão na região desde a era da colonização.

O modelo de ocupação territorial no estado de Rondônia seguiu os mesmos implantados nos ciclos da castanha, da borracha, mineração e colonização agrária em que a majoração econômica estaria acima das questões ambientais. Esse modelo com a crescente expansão agrícola continua com a mesma dinâmica de ocupação espacial em que o desmate da floresta nativa se faz necessário para dar lugar às culturas econômicas. Para Soares-Filho (2006) o modelo econômico adotado na Amazônia poderá promover a eliminação total de 40% da floresta nativa até o ano de 2050. Na maioria das propriedades pesquisadas, até as reservas legais definidas por lei foram desmatadas dando lugar ao gado e a lavouras. Essa proporção torna-se preocupante uma vez que o crescimento populacional numa área de entorno, quando expressivo, demanda que novas áreas de florestas nativas sejam desmatadas para a constituição da espacialidade agrícola seguindo o modelo até aqui vigente.

O mosaico do entorno da Flona do Jamari apresenta constantes alterações com novos focos de desmatamentos (Mapa 2). Nota-se a repetição de erros do passado com a ausência de políticas públicas que possam desenhar um modelo de espacialidade agrícola exequível na Amazônia, o repetitivo ciclo de desmate para plantar lavoura sem oferecer condições para a recuperação de solo proporciona a continuidade de impactos promovidos no passado e que atualmente apresentam reflexos ao meio ambiente, como observado no recorte espacial desta pesquisa.

**Carta Imagem de Desmatamento em 2013 no Município de Itapuã do Oeste - RO**



**Mapa 2. Carta imagem de desmatamento em 2013 no município de Itapuã do Oeste - RO**

No município de Itapuã do Oeste, o cultivo agropecuário é crescente com vasta área ocupada por pastagens e por lavouras constituindo as principais fontes econômicas da população rural e urbana. O senso agropecuário do IBGE 2012 (<http://cod.ibge.gov.br/23RXXK>) apontou o rebanho bovino em 73.071 unidades de animais cultivados nas pastagens do município, numa proporção de 8,5 reses por habitante, num momento em que o rebanho no estado contou 12.218.437 de reses total. Se comparando a população de bovinos com a população humana de Rondônia, teremos uma média de 6,9 animais para cada habitante, proporção esta menor que a apresentada em Itapuã do Oeste. No entorno da Flona do Jamari encontramos grandes propriedades que cultivam o gado para o corte e leite, em áreas de pastagens amplas já que o gado é criado à pasto, mas existem também as pequenas propriedades em regime familiar que possuem reses que servem para a sustentação dessas propriedades com o abastecimento de leite aos laticínios.

A exploração madeireira representa importante fonte de emprego e renda ao município. A ilegalidade na atividade industrial e a exploração indiscriminada de madeira, fez com que, em 2008, durante uma operação conjunta do IBAMA, Polícia Federal – PF e outros órgãos resultassem no fechamento de diversas empresas do ramo que operavam de forma irregular na região do entorno da Flona do Jamari, sendo que a proporção do negócio foi tamanha que o desemprego causou problema social evidente principalmente no município Cujubim, onde concentrava o maior número de indústrias legais e ilegais (BASTOS, 2011). Desde então a presença da Força Nacional é constante na região para reprimir a exploração ilegal de madeiras e ajudar os órgãos fiscalizadores no controle da UC. As ações de controle e repressão deixaram os produtores apreensivos a ponto de que, durante esta pesquisa, percebemos certa cautela e até omissões em respostas relacionadas a temática ambiental e a Flona, o que nos obrigou a eliminar alguns entrevistados para não comprometer as análises, substituindo esses entrevistados por outros que propuseram a dar respostas de formas mais claras e objetivas.

A atividade de mineração dentro e no entorno da Flona do Jamari atrai o interesse de empreendedores de todos os portes de capital, já que desde a retirada de material básico para a construção civil como pedra britada, areia e cascalho até a mineração em escala industrial, são atrativos que refletem na economia local e regional, diante do potencial dos recursos naturais renováveis existentes nesta floresta

(ALMEIDA SILVA, 2009). No interior da Flona do Jamari está a Mineração Jacundá que opera a mais de meio século, atualmente controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que explora o minério de cassiterita<sup>2</sup> de alto valor de mercado por ser essencial para diversos processos industriais da siderurgia. Na década de 1980, durante o apogeu da mineração, a Flona abrigou em seu interior, nas vilas instaladas pela mineradora, cerca de cinco mil pessoas, um contingente que trabalhava, estudava e vivia integralmente dentro da UC. Essa população interna chegou a ser maior do que o número de moradores na sede do distrito de Jamari, hoje cidade de Itapuã do Oeste. A mineração diminuiu o quantitativo de trabalhadores ao aumentar o potencial de maquinários, mas ainda é lembrada no entorno da Flona por causa dos empregos gerados. Esta pesquisa sondou a percepção dos agricultores quanto a atividade de mineração, que demonstrou ser mais conhecida do que a Flona na qual está inserida.

O espaço objeto desta pesquisa é vasto em fauna e flora que precisam ser estudadas e compreendidas. Algumas espécies florestais existentes na Floresta Nacional do Jamari estão ameaçadas de extinção como o mogno (*Swietheniama crophila*), o cedro (*Cedrela odorata*) e a cerejeira (*Amburana cearencis*) (IBAMA *apud* BASTOS, 2011). Espécies animais ameaçadas de extinção também são encontradas nesta área, como a Onça pintada (*Panthera onça*), o Gavião real (*Harpia harpyja*), e o Cachorro do mato (*Atelocynus microtis*).

Como a presença desses animais são bioindicadores de ambientes conservados (RIOTERRA, 2011) representa que, apesar das invasões e desmatamentos ilegais, e ainda, do extrativismo vegetal e mineral, atividades autorizadas por meio de concessões públicas, a Flona do Jamari se mantém conservada mesmo diante de tamanha ameaça desenvolvimentista no entorno com as pressões econômicas existentes dentro e fora da UC. Apesar de que o indicador seja de ambiente conservado, não seria motivo para acomodar já que o processo de desmatamento registrado anualmente na região do entorno é acentuado e perceptível através de imagens obtidas de satélites que mostram constantes mudanças na paisagem através da construção de mosaicos.

O uso de agrotóxicos e a presença de monocultura são observados ao longo da extensão compreendida como zona de amortecimento nos municípios de Itapuã do Oeste e Cujubim. Nas margens das rodovias BR-364 e RO-205 a soja é cultivada em

---

<sup>2</sup> Bioxido natural de estanho, (FERNANDES, 2003).

alta escala e tem atraído os pequenos agricultores para o arrendamento de suas propriedades para a monocultura. A exploração madeireira também é causa de alteração do espaço natural na zona de amortização, espaço este que requer cuidados não apenas com a flora, mas pela circulação da fauna, rica e vasta, que necessita ampliar a busca de alimentos na demanda de expansão de território de sobrevivência. É comum encontrar animais silvestres as margens ou cruzando às estradas vicinais ou rodovias, bem como é possível encontrar com frequência, restos de animais mortos por atropelamentos.

## **1.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa**

Desde a aprovação do projeto em 2012 foram iniciadas as visitas de campo na área pesquisada para conhecer o lugar, fazer as primeiras observações empíricas e descritivas, entender os modos de vida e iniciar a compreensão do fenômeno objeto da pesquisa. Essas visitas aconteceram em intervalos médios de três meses, consistindo nas três linhas rurais pesquisadas que integram a região da Comunidade Nossa Senhora Aparecida. Os primeiros signos obtidos foram utilizados para a compreensão da hermenêutica no sentido de desvendarmos os objetivos e iniciarmos o processo de escolha de métodos. Thomaz (2009) orienta que nessa fase o pesquisador deve se conduzir pelo terreno e não pelos mapas para a construção de documentos primários, aproveitando as habilidades do pesquisador em geografia de perceber o objeto com um olhar diferente do morador acostumado com a paisagem e com a realidade vivida. A autora considera que ao se inserir no campo o pesquisador encontra problemas para observar, interpretar, registrar e tomar decisões sobre coletas de dados já que nesse momento tornou-se parte do campo pesquisado, cabendo ao pesquisador as tomadas de decisões sobre método e técnicas a serem aplicadas em busca dos resultados definidos nos objetivos. Conforme a autora o olhar do pesquisador para a realidade social dará a este, as possibilidades de definir o que observar com maior ou menor relevância, a partir da escolha de quem deve ser abordado e como devem ser procedidas as abordagens visando obter as informações necessárias para a pesquisa.

Durante as visitas de observações foram contactados cerca de 50 produtores e produtoras rurais que através de conversas informais foram descrevendo o universo do lugar, suas histórias e perspectivas. A partir dessas pessoas foram selecionadas as 20 que pudessem melhor contribuir com as respostas, diante do conhecimento do espaço pesquisado, o tempo de residência no lugar, da participação ou não nos eventos e ações



que compõem a coletividade, habilidades de dialogar e responder aos questionários. Esse quantitativo selecionado representa o universo de forma não redundante, dando uma margem que pudesse compor as análises e interpretações.

Quando se refere a pesquisa rural, Thomaz (2009) orienta que as coletas de entrevistas e as respostas aos questionários quantitativos ou qualitativos devem preceder de modo que o colaborador não se sinta vigiado ou de algum modo pressionado. Tudo deve ser observado no espaço pesquisado e a autora orienta que o silêncio e as pausas dos entrevistados são carregados de significados que precisam ser compreendidos a partir do contexto ao qual está inserido. As abordagens foram feitas em momentos e horários em que os entrevistados estavam livres de suas tarefas cotidianas, sem a presença de outros membros da famílias ou da vizinhança que pudessem interferir na pessoalidade das respostas, e de maneira que desse ao entrevistado a liberdade de responder às perguntas.

Este método calhou ao ambiente da pesquisa sendo uma área de entorno de uma unidade de conservação que já foi alvo de muitas invasões e, conseqüentemente, de conflitos entre órgãos fiscalizadores com madeireiros, garimpeiros, agricultores e outros exploradores. Thomaz (2009) também considera a dificuldade para obter informações e interpretações em ambiente rural marcado por algum tipo de tensão, e para maior compreensão é importante que o pesquisador retorne diversas vezes ouvindo pessoas diferentes de gêneros e idades, e quando necessário, até ouvir a mesma pessoa mais de uma vez. Nesta pesquisa aplicamos essa técnica já que as percepções no entorno da Flona do Jamari sofrem pressões e nos primeiros contatos entre pesquisador e entrevistados foi observada desconfiança e, conseqüentemente, respostas não condizentes com a realidade do meio vivido.

É no primeiro momento da pesquisa que Suertegaray (2002) considera que o pesquisador visualiza o espaço em sua totalidade complexa e dialética, sem a preocupação de compreender o sistema, agindo puramente como observador transformador de si mesmo, num mundo que ao mesmo tempo é real composto por tudo que existe e virtual com suas imagens e representações. Esse mundo ainda desconhecido pelo pesquisador é composto de elementos significativos que descrevem quem são os sujeitos e suas relações no sistema apreendido. Segundo a autora, esse primeiro momento é revelador, mas ainda sem explicações, sem respostas, sem origens, e o

fenômeno ainda é um objeto a ser explorado e descoberto. Foi nessa orientação que aconteceram as primeiras visitas realizadas no espaço da pesquisa, dando uma visão generalizada do objeto. As observações indicaram que no período da manhã os produtores estavam mais ocupados com as tarefas de campo e somente depois do descanso do almoço, a partir das 14 horas, é que tornou possível encontrá-los mais disponíveis para responder aos questionários e entrevistas. Para alguns, no período das 10 horas ao meio dia, enquanto aguardavam o almoço e já terminadas as atividades agrícolas na propriedade, também dispuseram a colaborar com a pesquisa. Outra observação importante é que aos domingos e feriados não seriam propícios para as entrevistas porque geralmente os familiares que moram na cidade passam o dia em visita na propriedade, e também é o dia das atividades religiosas e de lazer como as visitas aos amigos e as partidas de futebol. Os contatos nesses dias foram mais para observação dos modos de vida e cotidianidade, considerando que a aplicação de questionário, na presença de familiares ou outros visitantes, sofreria interferências nas respostas. O primeiro momento serviu ainda para certificar de que o método fenomenológico seria o mais apropriado para compreender a percepção dos produtores rurais quanto a preservação ambiental e demais objetivos desta pesquisa, considerando que a Fenomenologia oferece elementos teóricos de compreensão da totalidade a partir da individualidade dos sujeitos pesquisados.

Vale ressaltar o que orienta Suertegaray (2002), de que a ocorrência das primeiras sensações originadas pelo olhar empírico somado aos conhecimentos que começaram a aguçar a curiosidade em saber mais e penetrar no universo que começava a ser desvendado. Nessa fase utilizamos os instrumentos tecnológicos disponibilizados obter informações e coletamos os materiais necessários para as análises. Para a autora, é nesse momento que a visão do mundo pelo pesquisador começa a ser mais analítica e o uso de instrumentos como mapas, máquinas fotográficas e laboratórios passa a definir a síntese da construção geográfica. As leituras se tornam mais compreensíveis e além das utilizações de instrumentos, o pesquisador começa a definir os procedimentos para continuar a pesquisa. Seguindo os procedimentos orientados pela autora, muitas fotografias foram produzidas nesse momento para que servissem às análises e dar a estruturação da síntese da realidade geográfica.

Tanto a aplicação do questionário qualitativo/quantitativo quanto as entrevistas gravadas, ocorreram em momentos bem distintos de modo que favorecesse a

compreensão das múltiplas representações dos diferentes personagens em temporalidade e espacialidade. Foram aplicados os questionários e também utilizada a técnica de conversa informal onde perguntas similares as contidas no questionário foram aplicadas informalmente, como se fossem em conversa cordial de uma curiosidade do pesquisador quanto ao lugar. Notamos que, ao perceber que o questionário estava concluído, o colaborador se sentia mais a vontade e respondia com mais naturalidade e com maior convicção, mesmo em questões relativas ao meio ambiente e propriamente a unidade de conservação. Dessas respostas informais surgiram dados importantes para as compreensões que mais adiante serão expostas, e ao mesmo tempo contribuíram para orientar as pautas e escolhas de personagens que responderam as entrevistas gravadas realizadas pelo método de história oral. A coleta dessas entrevistas aconteceu sempre no momento em que já havia mais confiança dos entrevistados quanto à importância da pesquisa. Uma preocupação surgiu quanto ao tipo de equipamento a ser utilizado para coletar o máximo das expressões e sentimentos dos colaboradores sem inibir.

Um pré-teste com filmagem em julho de 2013 revelou certa inibição e gerou a necessidade de buscar outro recurso para a captação dos depoimentos. O mais propício e que adotamos nessa fase foi um gravador de áudio digital marca Sony, modelo IC Recorder ICD-B26, medindo 11cm x 5cm x 1,5 cm que cabe bem dentro da mão, e por ter excelente sensibilidade de captação de áudio não havia necessidade de muita aproximação, gerando menor inibição. O aparelho contém em seu sistema uma subdivisão em duas pastas, e que efetua cada gravação em um respectivo arquivo digital no formato MP3, facilitando a reprodução e a transferência de dados já que os arquivos são formatados automaticamente. Para fazer as transcrições do conteúdo gravado para a versão descritiva em textos que pudessem compor a dissertação, utilizamos o software Express Scribe Pro, disponível gratuitamente, que possui uma interface muito prática onde todos os recursos necessários como captura de áudio, ícones de manejo do áudio e janela para editoração de texto ficam tudo numa única tela, dando agilidade e simplicidade ao processo.

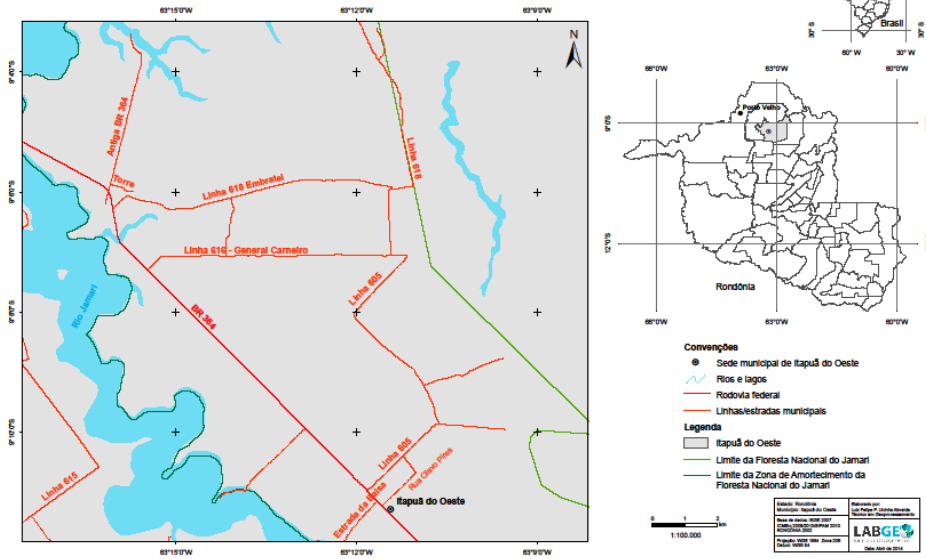
A pesquisa aconteceu primeiramente através de um questionário nas variáveis quantitativo/qualitativo composto por 60 perguntas aplicadas aos 20 produtores e produtoras rurais em regime de agricultura familiar, residentes no recorte compreendido como amostra (Mapa 3). A escolha dessa comunidade se deu por ser uma das mais antigas nesse entorno, considerando que foi possível encontrar moradores da época da

colonização, bem como, moradores mais recentes que já chegaram na comunidade depois que as propriedades já estavam abertas, as estradas em boas condições, energia elétrica e outros benefícios.

Para responder aos questionários foram escolhidos os 20 produtores e produtoras que se declararam donos das propriedades em regime familiar, constituídos aqui como amostra do universo de pessoas residentes na região, que se dispuseram a contribuir voluntariamente com a pesquisa, e que responderam aos questionários sem a presença de pessoas que pudessem causar algum tipo de influência nas respostas. Esta etapa foi realizada no mês de maio de 2013, durante o verão, e nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, durante o inverno, para que pudessemos observar as condições das propriedades e das estradas nas duas estações predominantes na Amazônia, e apesar de que no inverno compreendido ao período desta pesquisa foi de intensas chuvas, as estradas permaneceram em condições de trafegabilidade para qualquer tipo de transporte. Foi possível observar a motivação desses produtores rurais nas diferentes estações, sendo que no inverno declaram que as propriedades são mais produtivas do que no verão.

No período de janeiro a março de 2014, foram realizadas pesquisas com entrevistas gravadas para colhermos os depoimentos que pudessem render declarações importantes para compor a fase de análise desta dissertação. Para esta etapa utilizamos o método de história oral, que mais adiante será detalhado, ouvindo e gravando não apenas com produtores rurais sujeitos do objeto desta pesquisa, como também, outros personagens que puderam contribuir com as informações necessárias para responder as indagações que tivemos durante a realização desta pesquisa. Esses entrevistados compõem uma rede formada a partir dos questionamentos surgidos e das indicações surgidas naturalmente no processo de captação das informações necessárias e que serão expostas no decorrer dessa dissertação.

**Mapa de Localização da Área de Estudo      Itapuã do Oeste - RO**



**Mapa 3. Localização das linhas 605, 616 e 618 que compreende a Comunidade Nossa Senhora Aparecida, no município de Itapuã do Oeste - RO**

### 1.3 A Fenomenologia como método analítico

Criado por Edmund Husserl (1859-1938), o método fenomenológico surgiu no século XX como um movimento filosófico fundado por Franz Brentano, mas logo se estendeu a todas as áreas das ciências humanas, numa ruptura com o século anterior e que proporcionou a construção da filosofia contemporânea. Pelo método husserliano a análise do fenômeno parte da essência do dado, renunciando a dedução, pouco importando com a linguagem, e descartando os fatos empíricos. A fenomenologia surgiu como o oposto ao naturalismo psicologista que até então, concentrava a análise do fenômeno apenas nas coisas naturais, naquilo que é físico e pode ser materializado. No pensamento de Husserl o fenômeno precisa ser estudado pelas essências, pelas ações humanas, pelas motivações de vivências, enquanto que o naturalismo propunha a análise do que é físico. São muitas as definições do método fenomenológico. Chauí *apud* Bertol (2003) destaca a evolução do conceito de fenomenologia a partir de Immanuel Kant (1724-1804) que definiu como sendo as formas do espaço e do tempo sobre o entendimento que o mundo externo oferece ao sujeito do conhecimento; também por Friedrich Hegel (1770-1831) que numa evolução conceitual acrescentou que o fenômeno somente é percebido pela consciência e esta consciência é o próprio fenômeno percebido pelo sujeito; e subsequentemente o conceito definido por Edmund Husserl de que tudo é fenômeno e o fenômeno é toda existência real de coisas percebidas pela consciência do indivíduo. A autora, ao estudar a percepção espacial e fenomenológica, destaca outros três conceitos: a partir de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) em que o espaço é o mundo da experiência vivida pelo corpo; a fenomenologia analítica existencial de Martin Heidegger (1889-1976) que define como sendo a relação entre sujeito-objeto, onde o espaço é a intersubjetividade do objeto; e a fenomenologia do espírito de Hegel que define o espaço como o mundo da autoconsciência, onde a consciência se movimenta em busca do rompimento da alienação material visando o reencontro com o sujeito-objeto idêntico.

Seguimos pelo conceito de Merleau-Ponty (1999), considerando ser mais adequado para esta pesquisa em que, a fenomenologia da percepção é o estudo das essências na existência, onde o objeto está inserido num mundo que existe antes de qualquer análise. Podemos afirmar que o lugar é o mundo que está na existência antes do fenômeno, e toda análise deve discorrer no que é real na existência interior do indivíduo que ali vive. Ao usar a fenomenologia como método de estudo, o autor

destaca que é preciso fazer um relato do espaço, do tempo e do mundo vivido descrevendo as experiências vividas pelo sujeito no mundo ao qual está inserido, sendo este o seu mundo construído a partir de suas inspirações e necessidades. Desse modo, o mundo vivido é o meio natural, o mundo real, um lugar constituído conforme as percepções do indivíduo, dentro de seu modo de vida e de seus hábitos de sobrevivência, onde seus pensamentos representam o que ele realmente vive. O mundo real precisa ser descrito como ele é visto no espaço, descrito no tempo e na forma em que é vivido. O espaço é construído e percebido pelo sujeito em sua forma de vida, enquanto que o seu pensamento está relacionado com a representação desse espaço pela maneira que o indivíduo o sente.

Considerando as orientações marleau-pontynianas descrevemos o mundo real do entorno da Flona do Jamari semelhante às diversas pequenas propriedades dos demais municípios de Rondônia, com os lotes trazendo à frente uma área de pastagem, um curral, a residência, o jardim ou uma horta caseira, enfim, um modelo de ocupação do espaço que nada difere de uma região comum para a agricultura e pecuária, que em um primeiro momento nada indica ser uma área de entorno de uma unidade conservação. À primeira vista a paisagem segue o modelo de ocupação do espaço dominante no Estado. A agricultura é de baixa produtividade por causa da baixa fertilidade do solo, problema este muito questionado por esses proprietários que desejam uma propriedade com mais rendimento, com mais culturas, mas as condições não permitem. O cultivo é de subsistência com a venda do excedente em feiras livres e para comerciantes que revendem na cidade. A principal renda dos agricultores vem dos benefícios como aposentadoria rural, bolsa família, e o rendimento do leite vendido aos laticínios. ´

Quem vive no lugar chegou na terra para constituir o sonho de criar a família, e ter um espaço para produzir e ter a independência econômica, o que não se consolidou num todo diante do sistema de produção artesanal, sem auxílio de máquinas agrícolas e implementos que muito ajudariam no preparo e correção do solo. Esse sonho de prosperar na terra é percebido em todas as conversas em que os moradores relatam suas histórias de vidas, recordam dos momentos mais difíceis e fazem questão de comparar com as facilidades que consideram ter no momento sempre expressando a vontade de ver a terra produzindo e rendendo o suficiente para um padrão de vida que inclua o conforto no lar e a ajuda aos filhos para um futuro melhor, e esse futuro melhor para o jovem rural do entorno da Flona do Jamari, deixou de ser no campo e agora consiste em

ir para a cidade para dar continuidade aos estudos, que não passam do ensino médio nas localidades. Essa juventude acaba empregada no comércio ou indústria e não voltam mais para o campo. Enquanto isso, na propriedade rural, homens e mulheres imergem num cotidiano de trabalho duro, de vida difícil, de esperança que nunca acaba. O homem vai para o trabalho pesado no campo, e a mulher e o jovem, e até crianças se revezam nas inúmeras rotinas desde a alimentação dos animais no terreiro, jogar água nas plantas, o cultivo da horta, a limpeza e as prendas domésticas. Um cotidiano comum de família agrícola de qualquer região de Rondônia.

Se para Husserl a fenomenologia é o estudo das essências, para encontrar esse princípio é preciso voltar as coisas mesmas. Discorrendo sobre o tema, Zuben (1994) ressalta o caminho proposto por Husserl, chamado de *redução* fenomenológica, que é a busca de um ponto de partida para o pensamento na intenção de reencontrar a experiência refletida no mundo, que deve sair de si mesma para ser considerada verdadeira. A redução proposta por Husserl sugere mostrar o mundo como ele realmente o é, voltando-se as primícias, e que a palavra é a descrição perceptiva do mundo sentido e vivido. Já Merleau-Ponty (1999) considera que o real é inesgotável e voltar às coisas mesmas não leva a apreender todas as coisas uma vez que sempre haverá essências antes dos fenômenos. Nisso, Merleau-Ponty destaca o '*cogito*' que é o fato da existência fenomenológica, ou seja, a ação em que o fenômeno acontece, tendo o sujeito como o ator social do evento. No cogito o pensamento do indivíduo revela quem ele é no espaço vivido, já que não pensa o que sente e, sim, sente o que vive e isso é o que pensa. O cogito reconhece o pensamento do sujeito como o *fato* e o *ser* no mundo vivido. O cogito está na essência que emerge consigo as relações vivas da experiência do indivíduo que vê o mundo como ele vive e não como ele pensa. Assim, o pensamento que revela de dentro de si surge a partir daquilo que ele é e vive, e não necessariamente daquilo que realmente pensa sobre o espaço objeto.

Fazendo uma redução e voltando ao início do fenômeno percebemos que o morador do entorno da Flona do Jamari, ainda pensa como viveu no tempo em que chegou no lugar. Mantém o sonho de ter uma terra fértil e produtiva, onde a renda do cultivo a cada colheita traria ao lar o suprimento, a bonança, o complemento ante as necessidades e a realização de sonhos de consumo, apesar de que esse morador é aparentemente de vida simples e não impede de ter ambições pessoais, o que é comum em grupos sociais. Por repetidas vezes ouvimos palavras que declararam a vontade de



ter uma grande lavoura produtiva, mais gado no pasto, mais dinheiro para investir. Tornar a propriedade cada vez mais produtiva é a essência do homem do campo que tem na agricultura sua forma de viver e de sobreviver. O sonho está parado na impossibilidade de adquirir um trator agrícola que seria para esses agricultores a redenção do campo produtivo conforme almejam, acreditando que a correção do solo daria mais produtividade ao campo.

Outra representação de valor observada pelo cogito é que ainda almejam pela exploração madeireira que no passado era uma atividade sem restrições legais, e a venda dessa matéria prima representava dinheiro na mão na hora que precisasse. Essa representação ainda está presente e nas conversas se ouvem declarações que almejam a liberdade de comercializar madeira e ter uma renda valiosa com esse negócio, mas nas propriedades já não existem mais madeira de lei, tornando uma ameaça à unidade de conservação. O morador do entorno questiona a exploração dentro do Flona do Jamari feita por empresas concessionárias oriundas da região sudeste do país. Para a maioria, a exploração deveria ser feita por empresa local que na percepção dos produtores rurais daria mais distribuição de renda no município. O que mantém ainda a esperança e o apego ao lugar, são as recordações presentes no espaço onde os filhos cresceram, onde desbravaram cada palmo terra, onde a malária que não sai da lembrança afligiu corpos e vidas, mas essas dificuldades não romperam a esperança de superar doenças, distâncias, isolamentos e com a perseverança conseguiram os objetivos que os trouxeram para o lugar. A Flona do Jamari representa potencial econômico, mesmo sendo percebida também como espaço de valor ambiental.

Pelas definições conceituais merleau-pontynianas, podemos afirmar que o mundo é representado como aquilo que ele, o sujeito, vive e sente, incluindo a empatia que adquire pelo lugar, a confiança dos fatos existenciais, a memória que guarda dos fatos vividos e presenciados, e a imaginação que constrói a percepção que tem do espaço. Na definição de Bertol (2003), com base no conceito de Merleau-Ponty, a percepção que o ser humano tem do seu mundo está relacionado a sua cultura e/ou formação educacional, ao meio ambiente, as suas emoções e outros fatores que estão dentro do sujeito e no seu exterior, mesmo que tudo isso esteja numa subjetividade. Se o lugar de sua vivência proporciona condições adequadas e satisfatórias, o sujeito terá a percepção de uma representação agradável e valorosa desse espaço, o que não ocorre quando o cogito vem de eventos insatisfatórios, uma vez que, o sujeito percebe o

fenômeno a partir do seu ponto de vista, dentro de sua capacidade de apreender, e no contexto daquilo que ele vive.

#### **1.4 - Considerando a geograficidade**

Holzer (1997) considera que o estudo da fenomenologia não pode restringir as experiências do conhecimento e da vida como reveladas na História, mas deve se ater as análises das vivências intencionais da consciência, já que o sujeito se insere no fenômeno a partir da produção do sentido do espaço total para o local. Discorrendo sobre o conceito de geograficidade de Dardel, o autor considera que o conhecimento que o sujeito traz do mundo é o que move o indivíduo na construção de seu espaço, e esse espaço construído é intencional a partir das ações de ligações existenciais humanas, que enuncia a paisagem como resultado das interações do homem com os diferentes espaços.

No pensamento fenomenológico de Dardel (2011) dá destaque ao conceito de geograficidade onde o mundo percebido pelo sujeito vai além do espaço vivido e abrange a totalidade, sendo que a percepção é obtida num campo mais amplo, num horizonte maior, em que o indivíduo vê o lugar num contexto holístico. E nesse aspecto Dardel define a geograficidade em dois conceitos: o *espaço geométrico* dado como único, composto de característica física que o identifica, formado por uma paisagem que está em determinado lugar, e que a mão do homem molda esse espaço a seu modo, dando uma singularidade. É composto por tudo que está no horizonte e tem forma, característica, cor, densidade e demais aspectos abstratos do mundo natural e mundo real. Enquanto que o *espaço geográfico* é a descrição da paisagem representada no olhar do geógrafo ou de qualquer outro sujeito que observa e procura descrever as formas do ambiente que está a sua frente a medida de sua percepção, dentro de suas representações. É tudo que está no mesmo horizonte, mas alcançado pelas representações que formam as percepções, aquilo que é percebido pelo sujeito, é algo estático que existe e permanece e pode ser medido em dimensão, densidade, cheiro, clima e outros aspectos de composição física. Esse espaço é vivido e sentido, e é descrito como fenômeno pela poética do observador que oferece a imaginação e sensibilidade os valores reais de sua experiência humana. Conforme Dardel (2011), a geograficidade implica no reconhecimento da realidade em sua materialidade e no estilo descritivo que registra o ambiente dando a dimensão temporal e espacial.

Observando pela geograficidade de Dardel, para os moradores do entorno da Flona do Jamari, o espaço geométrico formado pela unidade de conservação que ali está com suas partes ainda intactas e outras já impactadas, enquanto que o espaço geográfico percebido pelo sujeito é um espaço do bem, útil para a natureza e formadora de um ciclo físico benéfico como ‘mais chuvas’, ‘deixa o clima mais fresco’, ‘necessário preservar’, ‘por causa do oxigênio’, definidas assim pelos argumentos dos moradores que, talvez tenham apreendidos por meio de repressões fiscalizadoras ou mesmo nas palestras educativas que sempre renovam os conceitos e reforçam a importância da floresta nativa para a fauna, para a flora, para a pesquisa e para o uso sustentável. Percebe-se um discurso construído e apreendido, um discurso que se repete e se aceita, uma persuasão talvez pela repetição ou pela repressão, porém um discurso existente e evidente. O espaço geográfico que é percebido e sentido denota área ambiental que poderia dar renda a quem é do município e não para empresas de fora do estado, que não investem em compensações sociais, a ponto disso não ser percebido pelos moradores que declaram desconhecer os benefícios das empresas de mineração e madeireiras que atuam dentro da Flona. É percebida certa frustração quanto a importância dessas ações de forma industrial, enquanto que o morador prefere o garimpo artesanal e a exploração de madeiras por empresas locais, o que na percepção desses, essas atividades trariam mais empregos e o dinheiro circularia no município de forma mais abrangente e justo.

Oliveira & Souza (2010) discorrendo sobre geograficidade nas formas simbólicas, consideram que os métodos e técnicas que estudam essas formas geralmente contextualizam como um único estudo, sendo a Geografia Cultural, legado do positivismo que ordenou o estudo fenomenológico a partir de uma base física, o que nos dificulta a compreender conteúdos tão abstratos como os culturais e os simbólicos, possuidores de bases especializadas que não podem ser medidas e sim, sentidas e vividas, enquanto que os estudos trariam as percepções dessas expressões que são subjetivas. Os autores elogiam a renovação da Geografia Cultural a partir da década de 1970, principalmente com autores como Claval, Tuan, Rosendhal, Santos, Corrêa dentre outros que passaram a explorar em suas análises o simbólico das formas e os efeitos espaciais perante a vida humana. A influência cultural está relacionada com o rural e o urbano num misto de relações e raízes que integram esses dois espaços contidos no entorno da Flona do Jamari.

A principal tradição é a festa da padroeira Nossa Senhora Aparecida que movimenta a comunidade na organização e une os moradores urbanos e rurais nas celebrações e demais realizações. Nessa região de Itapuã do Oeste a população é predominante católica apesar de que o censo de 2010 do IBGE aponte no município a maioria de cristãos evangélicos, o que não minimiza o efeito das comemorações à santa que, num misto de profano e sagrado, motiva um bom número de pessoas até de outros municípios durante os festejos. A *mítica* religiosa que acompanha o catolicismo desde a era medieval está inserida na cultura do morador dessa comunidade que tem a fé cristã sustentada paralelamente em Jesus Cristo com a intervenção de Maria em suas diferentes representações de gênero, e nesse caso a Aparecida. A cavalcada que sai da cidade de Itapuã do Oeste rumo a comunidade é a ligação do urbano e rural nessa realização que cresce a cada ano e já entrou no calendário municipal como festa tradicional. Criada como forma de atrair o morador da cidade para acompanhar o evento no setor rural, a cavalcada foi a forma mais prática para chamar a atenção de visitantes.

Outra tradição que surge com importância para a cultural local é a festa do abacaxi, uma forma de promover a produção do fruto que vem ganhando espaço nas terras ácidas do município. Com a produção crescente, os produtores resolveram divulgar e abrir novos mercados por meio do festejo que envolve toda a comunidade desde os preparativos até os momentos finais do evento, que também reúne em suas características a unidade de urbano e rural. Apesar de mais recente do que a festa da padroeira, a festa do abacaxi também conquistou espaço e integra o calendário municipal devido a grande participação de pessoas vindas até mesmo de outros municípios. Esses eventos trazem em seus formatos idéias de festas rurais com a inclusão da religiosidade e da identidade que o lugar apresenta dentro de uma totalidade.

Sobre o conceito de *totalidade*, Santos (2008a) estudando a globalização, considera que, os espaços modernos sofrem transformações buscando a adaptação com as novas necessidades que emergem, porém esses espaços não crescem na mesma temporalidade de que os desejos de consumo. Faz crítica ao sistema global em que os espaços minoritários tornam apenas em subsistemas do espaço global, privilegiando apenas uma minoria em detrimento da maioria. O autor preocupa-se com a compreensão e explicação do espaço geográfico no mundo globalizado e considera que os estudos devem partir de um contexto socioespacial agrupando informações relativas a elementos econômicos, sociais, culturais e políticos que são fundamentais na espacialidade. O

mundo existe em seu tempo e seu lugar, e para Santos, a totalidade é a expressão de um momento integralizado pelo modo de produção, formação social e espaço que serve como o palco das ações sociais. Destinos da economia, a nova espacialidade no contexto sistema-mundo, e até mesmo os novos conceitos de território e lugar são abordados na crítica que o autor faz ao propor uma nova Geografia que venha considerar as divergências modernas na busca de convergências para a geograficidade. Orienta que o espaço global é inexistente e ressalta a existência de espaço globalizado, em que o mundo “é um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS 2008.a, p.169), e que cada lugar disponibilizará condições peculiares para ações distintas. Se o mundo globalizado reconstrói normas, para Santos o lugar é próprio e possuidor de suas normas regidas pelas formas que podem individualmente compor o espaço globalizado.

O sentido globalizado nos eventos culturais do entorno da Flona do Jamari vem da influência da fé, da religiosidade e da performance de eventos tradicionalmente rurais, num composto geral, mas a importância do local ganha força na inclusão da promoção da agricultura e pecuária como forma de identidade e de representações. A facilidade da informação totalizada que chega através da televisão, o principal meio de comunicação de massa, de certo modo exerce influência nos consumos dessa comunidade rural, mas não chega impactar a identidade local que resiste. O desejo de consumo é percebido nos lares desses produtores rurais que declararam com satisfação possuir produtos elétricos e eletrônicos como geladeira, freezer, liquidificador, batedeira, triturador de alimentos e até lavadoras de roupas. Notamos que o falar de produtos comumente de residência urbana é uma satisfação de consumo que conota prosperidade.

O rádio e a televisão estão nas listagens de eletroeletrônicos, e a antena parabólica rompe com o isolamento trazendo notícias dos grandes centros do país e do mundo, e ao mesmo tempo revelando a globalização de modos de vida como o impacto da violência, onde observamos certo interesse por programação com notícias de segurança pública, mesmo o campo sendo um lugar tranquilo para se viver. E são pelos meios de comunicação que chegam as novas formas de consumo e de compreensão do universo social e econômico em evidência no mundo e que refletem no país, no estado e no município. O morador do entorno sabe discernir entre o que é ‘lá de fora’ com o que ‘é daqui mesmo’, mas de alguma forma as influências chegam e ocupam espaços, como

na preferência musical que em nada difere do que é tocado nas rádios nas rádios de cidades maiores, e as músicas mais tocadas na rádio local são as mesmas que compõem a listagem das demais emissoras do país.

### **1.5 - Aporte das medidas quantitativa e qualitativa**

A observação e o sentimento tem valor na descrição espacial, mas para que haja precisão na afirmação do espaço percebido se faz necessário agregar métodos que possam dar condições de análise. Sobre a fenomenologia, Giorgi (1988, *et all.*) discorrendo sobre o pensamento de Husserl, orienta que o estudo fenomenológico precisa ser acompanhado de pesquisas quantitativas e qualitativas que darão suporte aos elementos analíticos, compondo informações primárias que possam descrever e interpretar o fenômeno. Explica que a pesquisa quantitativa é estabelecida com questões fechadas, apresentadas ao colaborador que dará suas respostas a medida das hipóteses sugeridas e que depois de tabuladas darão um quantitativo perceptivo. Já a pesquisa qualitativa é aberta e o colaborador responde de acordo com suas convicções ou percepções dando personalidade a cada questão que na soma de pensamentos podemos estabelecer uma compreensão total de um grupo pesquisado.

Garnica (1997) referindo ao uso de pesquisa qualitativa diz que é uma concepção de geração de conhecimento, e destaca que os procedimentos da natureza exata de testes de fundos matemáticos trazem neutralidade ao pesquisador que figura como narrador da pesquisa. O autor define a pesquisa como uma trajetória ao que se pretende compreender, dando ênfase a qualidade da informação e dos elementos significativos que remetem às indagações, que geram a compreensão das coisas que o homem convive e, assim, não há neutralidade do pesquisador em relação a pesquisa, pois o homem atribui significados e define o que pretende ser visto dispondo a comunicar e relatar do modo de sua intenção. Por isso, Garnica afirma que não há conclusão numa pesquisa qualitativa e, sim, relatos de resultados obtidos e tabulados que servirão para as interpretações que podem mudar de representações conforme o olhar do interpretante.

Considerando o que Santos (2008.b) define para o espaço dois componentes sendo a *configuração territorial* que são os dados naturais modificados pela ação consciente humana, e a *dinâmica social* que considera o conjunto de relações sociais existentes numa sociedade em momento específico. O autor ressalta a importância da

temporalidade para as interpretações e análises numa pesquisa, sendo que de um tempo para outro, mesmo sendo mantidos os fluxos e fixos do objeto, a percepção do indivíduo altera devido a diversas mudanças vividas e sentidas nas fases de ascensão e declínios sofridos em cada tempo. Quando muda as relações sociais, conseqüentemente, muda a cotidianidade, e a cada tempo tem a inclusão de novas relações sociais e formações de sistemas que promovem alterações no espaço vivido.

### **1.6 – A construção da história oral**

Durante a fase de coleta de informações através de pesquisa quantitativa e qualitativa, alguns produtores fizeram declarações importantes para serem registradas como História, e percebemos que poderiam na fase de análise contribuir para ilustrar o pensamento crítico. O entendimento foi que tais depoimentos poderiam enriquecer o conteúdo analítico desta pesquisa pela originalidade e pela importância dos elementos narrados pela percepção dos colaboradores. Decidimos incluir partes dessas narrativas como suporte aos resultados apresentados na pesquisa, e utilizamos o método de história oral para colher os depoimentos e fazer todo o processo de transcrição e descrição do conteúdo apurado.

Entre os gêneros da história oral, Meihy (2007) destaca três tipos, sendo: *história oral de vida, história oral temática e tradição oral*. Na história oral de vida as histórias são construídas pelas narrativas inspiradas em fatos, incluindo inspirações acopladas nas diferentes reações emocionais como silêncio, exageros, fantasias e outras distorções. Conforme o autor, esse tipo de história oral é um método sugerido para a construção de biografias por valorizar o indivíduo, apesar de que em pesquisas acadêmicas pode ser aplicado para compreender o funcionamento de sociedades a partir dos reflexos, das emoções, e das atitudes. Alberti (2007) diz que a história oral de vida é mais extensa que os demais tipos, sendo que o eixo será sempre a biografia de um personagem, onde o mesmo relata suas vivências e experiências. A trajetória do entrevistado é o principal tema do roteiro e do objeto da pesquisa mesmo que esteja dentro de um recorte temático.

No método tradição oral, Meihy (2007) sugere que na aplicação é fundamental a técnica de observação constante, dando melhor reconhecimento do outro e o registro do cotidiano, inclusive, com presença na rotina do indivíduo colaborador para apreender o comportamento do grupo. Essa mesma técnica é sugerida em estudo de recepção

mediática, onde o pesquisador passa momentos junto com o sujeito em seu lar, no seu convívio, para que as observações de influências possam ser notadas nas diferentes reações e motivações. Para encontrar essas informações nas entrevistas orais, se faz necessária a observação do cotidiano dos indivíduos e aplicação de questionários que possam obter dados sobre os modos de vida e questões socioeconômicas, o que foi feito preliminarmente obtendo as informações primárias. Tais informações contribuíram com a formação de documentação até então inexistente, com o registro dos fatos vividos e que através da história oral tornaram-se elementos conhecidos de uma vida cotidiana do grupo.

Quanto a essa técnica utilizamos e consideramos de suma importância, pois foi na fase de observação do cotidiano que conseguimos compreender o espaço vivido e as apreensões dos personagens. Foram necessárias muitas visitas para observar a cotidianidade e empreender a abordagem no momento exato em que o colaborador estivesse disponível e na condição individual sem interferências. Notamos que o morador do entorno da Flona do Jamari inicia suas atividades por volta de quatro horas da manhã e durante todo o dia sempre tem ocupações, mas existem os momentos em que se encontram livres que passam receber visitantes, e nas tardes foram os melhores momentos para os encontros das entrevistas.

Apesar da relevância do método de tradição oral, optamos em aplicar na maioria dos casos a história oral temática que é considerado por Meihy (2007) como o mais difícil devido a complexidade de encontrar personagens que sejam atores sociais ou testemunhas do objeto em estudo, porém, entendemos que seria o melhor tipo de história oral que se aplicaria ao objetivo da pesquisa, no caso a percepção ambiental do espaço vivido pelos produtores rurais do entorno da Flona do Jamari e qual a contribuição exercida pela comunicação para a formação dessa espacialidade. Conforme Alberti (2007), na história oral temática se faz necessário adequar as narrativas dos depoentes com os objetivos do projeto, tendo essas trajetórias de vidas, relações diretas e definidas com a temática como “um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas” (p.38), e assim, não utilizamos um roteiro determinado, possibilitando mais flexibilidade nos diálogos e aproveitando o que de melhor cada sujeito pudesse contribuir. Nessas coletas de informações, Meihy (2007) orienta que é essencial na história oral temática fazer confrontos passíveis regulados a partir de datas,



situações e nomes numa rede formada por personagens que possam suprir a diversidade de opiniões que levem à totalidade. Portanto, observa o autor que as escolhas dos colaboradores a serem entrevistados numa pesquisa devem seguir não a critérios quantitativos, mas sim, por critérios qualitativos, sendo primordial a qualidade das informações que tais personagens podem contribuir com os objetivos do projeto.

Desse modo, o número de entrevistados é definido a medida que os próprios personagens podem citar ou indicar em suas declarações orais, os demais colaboradores que tenham relação com a cronologia dos fatos vividos ou sentidos, formando dessa maneira a rede proposta por Meihy, havendo o contraponto qualitativo dos assuntos narrados, evitando o que Daniel Bertaux *apud* Alberti (2007) destaca como pontos de saturação nas possíveis repetições de histórias ou fatos que em nada acrescentarão na apreensão sobre o objeto. Por isso é importante formar uma rede de entrevistados de modo que as histórias se completem na temática do projeto, e nunca pensando em campos quantitativos que possam redundar nas narrativas.

Para Meihy (2007), a formação de redes que possam nutrir opiniões diversas ou mesmo que mescladas com outras fontes contribuem para a documentação original, proporcionam valor ao sentido conclusivo, partindo do pressuposto da pesquisa e dispondo a discussão em torno da temática central. Neste caso o entrevistador tem papel importante na intervenção com perguntas que possam dar sentido e formar documentos contextualizados para o esclarecimento do tema proposto. Construimos a rede ouvindo inicialmente como sujeitos, os produtores rurais, e desses, buscamos outros personagens com contribuições importantes para as análises e conclusões.

Na construção da história oral temática, Meihy (2007) sugere a aplicação de questionário seguindo o princípio de entrevistas livres apresentando os assuntos divididos em temas o que proporciona melhor ordenação de idéias, explorando melhor a explanação por parte dos colaboradores. Alberti (2007) também sugere questões qualitativas onde as perguntas sejam abertas no sentido de obter depoimentos significativos viabilizando uma generalização dos resultados. Na constituição de documentos em história oral é relevante a importância da construção dos fatos como forma de validar os fatos vividos e as circunstâncias dando o sentido social para as minorias, e registrando o vínculo coletivo das famílias agrícolas pesquisadas. É essa junção de histórias individuais que formam o sentido coletivo de um modo de vida do

lugar, e que traduz o pensamento e sentido que cada personagem dá a sua forma de ver o lugar vivido e sentido. A vivência comunitária se explica pelos fatos vividos de cada indivíduo que participa com suas histórias e suas formas de ver e sentir o espaço local.

Se na história oral não se deve preocupar com a quantidade de entrevistados, mas, sim, com o que cada um poderá contribuir com a construção da história do lugar, Alberti diz que o número de entrevistados é relativo ao objetivo, podendo ser apenas uma pessoa se seu depoimento suprir os objetivos, o que não foi o caso dessa pesquisa que fez uso de outras fontes para complementar o investimento em história oral.



# REVISÃO LITERÁRIA

## **CAPÍTULO 2 – REVISÃO LITERÁRIA**

### **2.1 – Percepção como elemento da Fenomenologia**

A contribuição de Hartshorne (1978) para o estudo da geografia humana e a fenomenologia, volta-se aos fundamentos em que o objetivo final da disciplina é o conhecimento do todo, a partir dos estudos dos fenômenos localizados num mesmo lugar. Como regra básica para desvendar o difícil problema da compreensão das interrelações existentes no sistema, considera que o pesquisador deva encontrar qual “fenômeno entre os milhares que variam conforme as áreas, devem ser selecionado para inclusão num estudo geográfico” (p. 40-41), e o assim fazer não tira a importância dos demais fenômenos ali existentes, porém, no espaço temporal basta estudar os fenômenos que interagem entre si.

Sobre essa seletividade, Hartshorne destaca que é senso comum entre os pesquisadores afirmar que a “Geografia não pode apresentar todos os fatos de uma área, do mesmo modo que a História não pode registrar tudo que houver ocorrido”, (p. 41), mas importa selecionar os fatos importantes de um sistema em estudo. Sugere o autor que, a escolha do que é considerado parte de uma análise, deva seguir a integração que os fenômenos escolhidos exercem dentro do objeto, e que, a omissão de fenômenos não reduzirá a importância do resultado. Vale muito mais a conexão dos fenômenos pela importância que um ou outro venha exercer sobre o espaço, do que meramente excluir fenômenos sem medir a causa e efeito que possa exercer sobre o conjunto em estudo.

Nenhum pesquisador é capaz o suficiente de definir escolhas ou promover tais exclusões dentro de um sistema que interrelaciona o ambiente e o homem. Hartshorne explica que encontrar o princípio dentro da totalidade das variações observadas numa área requer notar as particularidades de cada fenômeno e promover a interligação existente, constituindo um aspecto de significância capaz de ser estudado. O que apresenta com reduzida importância para a totalidade na variação da área, consideravelmente, torna tópico insuficiente de compor as interrelações propostas nos objetivos da pesquisa. Ao fazer um estudo interpretativo, o pesquisador encontrará as variações do fenômeno da totalidade e, conduzirá na interrelação do sistema aos demais fenômenos que serão incluídos no estudo. No decorrer do estudo é provável o surgimento de novas relações que remeterão ao reinício em busca da recomposição de um sistema, isso porquê:

Se todas as relações pudessem ser percebidas, parece provável que uma única progressão contínua, de uma importância de categoria de variação espacial para outra a ela relacionada e da mesma maneira para a seguinte, produziria, em última instância, a análise de todas as variações espaciais significativamente relacionadas umas às outras”, (HARTSHORNE 1978, p. 42).

O autor ressalta que muitos leitores criticam esse modelo por tornar os estudos ao determinismo geográfico já superado, mas refuta ao dizer que a compreensão correta dos sistemas que interrelacionam no objeto fará com que essa concepção seja legítima para entender a presença do homem no ambiente, enquanto que o determinismo geográfico separa o natural do humano e “que parecem aceitar os aspectos naturais por si mesmos, e os aspectos humanos apenas como relacionados aos da natureza” (1978, p. 43). Hartshorne reafirma que as relações presentes devam ser consideradas no que forma qualquer relação digna de compor os estudos. Essa seletividade ocorre naturalmente quando o geógrafo está estudando uma área, sendo capaz de definir o que é mais importante e o que menos contribui para a relevância das variações terrestres de fenômenos. É fundamental a seleção de fenômenos humanos ao considerar que são muitas as variações apresentadas num espaço, mas que esses critérios sejam submetidos a métodos que possam dar eficiência na seleção que dará sentido aos estudos. Em essência, a Geografia não determina a terra como simplesmente uma realidade física, mas é, sobretudo, um espaço habitado pelo homem e essa verdade sugere que “é difícil imaginar como se poderia estudar os aspectos não-humanos da terra sem pensar em sua significância para o homem” (HARTSHORNE 1978, p. 46).

Moraes (1990) ao discorrer sobre as principais obras de Friedrich Ratzel sobre a Geografia do Homem, rever opiniões que a influência da natureza exerce sobre o homem, e reúne textos em que Ratzel faz crítica ao pensamento de que a natureza é dominante sobre as decisões humanas, destacando a tendência de admitir a possibilidade de fortes transformações interiores a partir das influências exteriores. O pensamento ratzeliano foi um precursor do positivismo geográfico em confronto ao determinismo que tentava provar o domínio da natureza sobre o homem, enquanto que Ratzel via o homem como “um ser da natureza que possui instintos, necessidades e aptidões” (p. 10), gerado de forma privilegiada, com a capacidade de raciocínio, e possuidor de liberdade única no meio natural. Conforme o autor, Ratzel foi contra aos métodos dedutivos, logicistas e a qualquer tipo de especulação, propondo modelos formalizados em

descrições minuciosas dos fatos existentes no espaço, formando sistemas que pudessem organizar conjuntos de elementos que descrevessem os fenômenos humanos. O método descritivo ratzeliano parte da composição de classificação de sistema por um percurso inicialmente indutivo e que leve a conjuntos mais restritos de fenômenos, para que cheguem as causas existentes na escala local do sistema.

Os estudos de Ratzel sobre a Geografia do Homem avançaram no sentido de entender as flexibilidades das ações humanas, as diferenças percebidas nos modos de vida de um mesmo povo em face às mudanças naturais como clima, solo, vegetação e outros aspectos. O entendimento levou a compreender que os sucessivos estágios em que caminham os povos rumo ao desenvolvimento são mais determinantes nos fenômenos do que as influências externas do progresso. Assim, podemos entender que as sensações formadas pelas adversidades e as motivações causadoras de estímulos podem promover tendências em decisões ou até mesmo nas percepções que o indivíduo forma do espaço em que vive. Numa área como o entorno da Flona do Jamari, onde a pressão ambiental é grande com a presença constante de fiscalização e repressão, ao mesmo tempo em que os agricultores compreendem a necessidade de preservar o meio natural, tendem a obter certo ranço nas limitações impostas, e essa impressão, naturalmente há de alterar a percepção sobre a espacialidade da qual estão inseridos.

Outra posição de Ratzel sobre o estudo do homem em sua relação com a natureza coloca em grau de importância, a influência exercida pelo território na composição da percepção espacial. Segundo Moraes (1990), no pensamento ratzeliano a necessidade de moradia e alimentação é determinante nas relações entre sociedade e território, pois é no espaço territorial que essas necessidades são supridas, independente do tipo de relação social aplicado pelo grupo. Sendo nômade ou sedentária, medieval ou pós-moderna, o vínculo estabelecido entre o homem, a moradia e a terra exercem, conforme o pensamento ratzeliano, o mesmo nível de representação de valor, de cultura e de apego. São nos limites territoriais que o homem gera sua prole, constitui o âmbito familiar, e num contexto maior cria seus vínculos de amizade e estreitas unidades com os habitantes de um lugar, ao que Ratzel afirma que “a família, a comunidade, a vila, são associações estritamente unidas” (RATZEL *apud* MORAES, 1990, p. 76). Essa associação humana estabelecida entre si num território é capaz de gerar unidade a ponto de a expansão familiar ampliar o território, já que com novos integrantes a família necessitará de mais espaço para suas ações coletivas.

Sobre essa vivência em associação, Bollnow (2008) destaca a importância da habitação na geração de vínculos, valores e afetos, e considera que a mudança de moradia, mesmo ocorrendo numa mesma localidade, altera toda estrutura de vida de uma família que requer a reestruturação em novo território composto de bairro, ruas e vizinhanças. As afetividades de um lugar são fortes laços que direcionam o mundo vivido, e o autor define este lugar como espaço vivenciado, possuidor de características próprias não limitadas aos pontos geográficos, mas “cada lugar é portador de significados especiais” (p. 73).

Pelo método merleau-pontyniano a percepção é a forma como o sujeito apreende o espaço vivido (MERLEAU-PONTY, 1999), conforme suas experiências e suas formas, e de como se relaciona com as coisas e fatos. A percepção geográfica do espaço e do comportamento do indivíduo consiste na observação dos fenômenos sociais a partir da percepção em que o sujeito exerce sobre o objeto, e isso é resultado das representações e identidades. A paisagem que se apresenta num determinado lugar está ali como elemento físico e natural, mas é percebido pelo sujeito da forma que a compreende, e o espaço é alterado a partir do interesse humano e da forma em que se pretende ou se apreende na ocupação do espaço. Sobre esse conceito, Bouyer (2009) comentando o pensamento de Merleau-Ponty diz que o sujeito como agente da percepção percebe o objeto conforme o modelo de ação construído em suas representações, e não a partir de ponto de vista teórico e filosófico. Ao invés desse processo, o “agente que percebe é um mero receptor das informações vindas do ambiente externo” (p.59). Se para o sujeito são as representações e identidades que lhes darão o sentido do objeto em sua percepção, do lado do pesquisador surge então a necessidade de possuir conhecimentos teóricos e filosóficos que possam apreender a subjetividade da percepção do sujeito. Zuben (1994) no estudo sobre a fenomenologia de Merleau-Ponty destaca a importância da percepção por ser o primeiro contato com o mundo pesquisado, propondo ser o ponto de partida para a explicação das coisas descritas e não necessariamente sua explicação ou análise como todo. O real existe e está no espaço independente de nossos juízos e valores. A descrição do real é aquilo que é percebido e isso vem do indivíduo que está no mundo em que reconhece conforme suas interpretações.

Para Santos (2004), o conceito de apreender e de avaliar o espaço é relativo à percepção de cada indivíduo, e isso vem da construção que o mesmo faz a partir dos

conhecimentos adquiridos em diversos fatores e meios ao longo da vida, estando muito relacionado a identidade e representações. E assim, o que para um é fortemente vinculado como verdade absoluta, para outro pode ser antagônico, totalmente oposto aos seus interesses, mesmo se referindo a um mesmo espaço. Ao estudar a percepção de uma comunidade, por exemplo, levamos em consideração as diversas representações dos sujeitos presentes no espaço, e é a soma de todas as representações que formam os sistemas apresentados no lugar. O autor fez crítica ao modelo de investigação da percepção geográfica que não deve se fixar em objetividade e nem subjetividade ao que diz:

A chamada geografia da percepção limitou-se a aprofundar a análise das percepções dos objetivos geográficos, cobrindo-se na justificação de que as percepções são também dados objetivos, mas esqueceu de levar em conta duas coisas. De um lado, a percepção individual não é o conhecimento; de outra forma, a coisa não seria objetiva e a própria teoria da percepção seria incompleta, senão inútil. De outro lado, a simples apreensão da coisa, por seu aspecto ou sua estrutura externa, nos dá o objeto em si mesmo, o que ele apresenta mas não o que ele representa. (SANTOS, 2004, p. 93-94).

Para o autor, o conhecimento imediato construído num processo de conhecimento histórico longo, torna imediato num momento em que ocorre a aceitação da idéia ou da coisa. Aquilo que não era percebido já era sentido e vivido pelo sujeito e no momento em que a percepção ocorre é para o sujeito a revelação da coisa como que se já existisse, pois já estava em seu interior representado de alguma forma e a percepção é o resultado do desenvolvimento completo ocorrido no passado e, que, estava oculto até a revelação percebida do novo. Santos (2004) ressalta que a geografia do comportamento sustenta-se de duas essências em que os comportamentos individuais partem das vontades e das decisões pessoais, contribuindo para a modelação do espaço. Partindo desse pensamento, compreendemos que o comportamento humano é decisivo na organização e ou na desorganização do espaço, onde as vontades pessoais ou coletivas definem a estruturação evidente no meio ambiente e que podem ser observadas na paisagem eminente do lugar.

Quanto ao estudo da percepção geográfica é importante compreender a intencionalidade do sujeito, a condição em que se coloca o sujeito na ação do fenômeno, e a origem no tempo e no espaço. Sobre esses elementos de análises, Chauí (1999)



descreve sobre as teorias da percepção empirista, racionalista e fenomenológica, e diz que na concepção da teoria empirista a idéia surge a partir da percepção proveniente da sensação passiva, formulada pelo pensamento do indivíduo, sendo esta a única forma de conhecimento. Já na teoria racionalista intelectual a confiabilidade da percepção não é total para o conhecimento devendo se fixar mais no pensamento filosófico e científico, de forma que uma imagem percebida nem sempre condiz com a realidade podendo haver distorção a medida da sensação, e tanto na percepção como na sensação existem confusões eminentes e, por isso, segundo o autor, são métodos não confiáveis que devem ser abandonados. Portanto, a fenomenologia do conhecimento afirma que a percepção é parte do conhecimento originário do ser humano, mas que o sujeito percebe o fenômeno a partir da idéia constituída em si, ocorrendo de compreender à medida de suas fontes do saber e do viver.

### **2.1.1 - Contribuições aos estudos brasileiros da Percepção Ambiental**

As pesquisas em percepção no Brasil ganharam dimensão entre as décadas de 1970 a 1980, quando iniciaram as buscas da compreensão da formação do espaço, principalmente pela psicologia, arquitetura e geografia. Marin (2008, p.212) destaca estudiosos como a geógrafa Livia de Oliveira que juntamente com o arquiteto Vicente Del Rio editou em 1999 a obra *Percepção ambiental: a experiência brasileira* tendo nas abordagens teóricas principais o estruturalismo e a fenomenologia a partir das reflexões de Bachelard e Merleau-Ponty, em que as abordagens das percepções envolveriam a dimensão humana. Marin (2008) destaca os conceitos humanizados em que a paisagem não estaria mais restrita a meio natural, mas teria o ser humano com consciência, afetividade, e conhecimento crítico; a nova definição de espaço seria o humanizado como espaço vivido; e o conceito de lugares receberia a dimensão existencial e perceptiva. A autora faz críticas a utilização de teorias inadequadas ao estudo da percepção em muitas pesquisas ao longo de décadas no Brasil, que se fixavam muito mais em teorias filosóficas. Como alternativas, surgiu abordagens que venham da recepção de estímulos até a intuição do sujeito, além da formação da idéia e da imagem, sendo essas abordagens distintas de pensamentos filosóficos.

Outra grande contribuição de Livia de Oliveira para os estudos da percepção ambiental no Brasil foi a tradução da obra *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio*, publicada em 1980. Essa versão trouxe aos pesquisadores fontes

teóricas que contribuem ainda hoje para as pesquisas da geografia, arquitetura e psicologia sobre a percepção ambiental. Topofilia<sup>3</sup> é definido por Tuan (1980) como o sentimento que o indivíduo tem com o meio ambiente material, devido aos valores e atitudes que são dadas a natureza. Sobre a obra de Tuan, discorreremos mais detalhadamente no item 2.1.3.

Contribuições vieram também de autores como Vicente Del Rio que no universo da Geografia Humana destacou a importância do estudo da percepção para gestão de áreas naturais protegidas, destacando a composição desse estudo com a inserção de fisiologia, semiótica, representações sociais e funcionalismo; e de Antônio Carlos Souza Diegues que refletiu sobre conceitos epistemológicos para formação de uma estrutura de estudos sobre a percepção ambiental (PACHECO & SILVA, 2006).

A contribuição de Leff (2001) para o estudo da percepção ambiental na América Latina dialoga com o que observamos no área pesquisada com a superexploração dos recursos naturais, principalmente a madeira e minério de cassiterita; a desestruturação do entorno ecológico com a aplicabilidade de um modelo agrícola com vasto desmatamento e pressão sobre a unidade de conservação; o impacto sobre os recursos hídricos com a sucção e desencadeamento dos lençóis freáticos. No entorno da Flona do Jamari pouco resta de matas ciliares e de reservas legais nas propriedades agrícolas, assunto este que estaremos discorrendo no item 2.2 a seguir, mas que dentro do olhar crítico de Enrique Leff é extremamente prejudicial ao espaço natural, tanto que nas propriedades pesquisadas a maioria não tem fontes de água na superfície, tendo como alternativa mais comum a escavação de poços semi-artesianos para o abastecimento da propriedade. Os moradores mais antigos relatam que o lugar era rico em nascentes, córregos e igarapés que foram desaparecendo ao longo do tempo a medida dos impactos causados pelo desmatamento no entorno.

Por ser crítico da urbanização do espaço natural, Leff (2001) também destaca a saturação do ar e da acumulação de lixo como impactos recorrentes dos processos urbanos. O ar de Itapuã do Oeste não sofre tanto impacto por causa da concentração urbana ainda ser pequena e população está bem distribuída nos setores rurais do município, porém, quanto ao acúmulo de lixo e tratamento inadequado é visível no lixão

---

<sup>3</sup> Relação que o indivíduo torna com o meio natural, considerando respeito e proteção, dada a importância para o homem e demais seres vivos que se relacionam e necessitam da natureza.

bem perto da cidade sem tratamento e sem aterro sanitário. O autor discute o desenvolvimento urbano com vista para a sustentabilidade, rompe com a globalização que para ele aumenta o rompimento do processo de geração de estilo de vida proposto pelo modelo de desenvolvimento sustentável rural, trazendo o que chama de acúmulo da irracionalidade humana como o tráfico de drogas, violência e falta de segurança pública. Apesar de defender a sustentabilidade no campo, o autor não apresenta claramente um modelo ideal de sociedade urbana que possa ser sustentável, tendo um bom relacionamento com o meio natural sem divergir com as tecnologias e avanços econômicos convencionais das comunidades urbanas.

### **2.1.2 – Populações tradicionais e suas relações míticas com a natureza**

A busca epistemológica de Antônio Carlos Souza Diegues tornou referência para estudiosos da percepção ambiental através da edição de *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, que nessa pesquisa utilizamos a terceira edição (2001). Na obra, o conceito de *natureza intocada* e *mito moderno* são apresentados como representação simbólica da existência de espaços físicos naturais intocados pelo homem, preservando o estado de pureza e facilitando as reproduções de fauna e flora, que na visão de conservacionistas, o mundo natural requer direitos semelhantes ao humano, e o homem não teria o direito de dominar a natureza como um destruidor. A obra revela a importância das populações nativas e tradicionais que sabem conviver com a natureza e dela tiram o sustento de forma sustentável. O autor cita que o conceito de parques naturais surgiu nos Estados Unidos da América no século XIX, com a definição de *wilderness* sendo o mundo natural em estado selvagem como terra intocada pelo homem, sendo em sua crítica, esse mundo natural uma concepção tipicamente urbana gerada por indivíduos que viviam longe de ambientes naturais e que necessitavam das matérias primas da natureza. Para ele, quem habita no setor rural, ou em comunidades tradicionais ou indígenas possuem percepções diferentes, sendo que o termo conservação pode não existir em populações fora do meio urbano.

Seguindo o pensamento de Pinchot, esses usos estariam dentro do contexto de produção econômica, e assim, para Diegues (2001) a exploração dos recursos naturais por meios de manejos, a concepção desses espaços como bem comum, a preservação como forma de evitar o desperdício seriam partes da visão conservacionista de preservação para o bem coletivo e manutenção futura. Ainda no pensamento

pinchotiano a conservação de uma área natural daria condições para o uso pela geração presente, de forma que não houvesse desperdício, e isso seria uma forma de garantir o uso por gerações futuras, onde o espaço natural deveria possuir condições para o desenvolvimento de muitas pessoas, dentro de um planejamento de uso que pudesse garantir a sustentabilidade. O modelo de parque natural é criticado ao contestar o preservacionismo originário dos Estados Unidos, baseado na estética e na espiritualidade da vida selvagem, que impede o desenvolvimento industrial e urbano em favor da proteção da natureza. A separação entre sociedade e a natureza proposta pela concepção de wilderness<sup>4</sup>, não é aceita pelo autor que propõe a utilização desses espaços por modelo de desenvolvimento sustentável, pela manutenção de famílias ou populações tradicionais, considerando que em países de Terceiro Mundo essas populações são comuns em áreas que são transformadas em parques naturais, incluindo os indígenas, pescadores artesanais, e extrativistas, que sabem tirar o proveito da natureza de forma a preservar os ciclos, garantindo a sustentabilidade.

Os modelos apresentados por escolas modernas de ecologia são destacados por Diegues (2001), pois apresentam o homem como elemento essencial no benefício do espaço natural, e desse modo destaca a *ecologia profunda* que considera a preservação da natureza por si própria sendo um modelo que nivela os direitos entre natureza e homem, mas que ganha crítica de ecologistas espiritualistas numa proposição de que as sociedades humanas deveriam inspirar na natureza, já que o homem traz em si o antropocentrismo e não respeitariam as necessidades de recomposição dos espaços de parques naturais. Outra escola citada é a *ecologia social* que considera o homem como ser que vive em grupos sociais diferentes, sendo considerados anarquistas e utópicos em suas aspirações sociais e econômicas. Nessa escola é proposta a formação democrática da sociedade descentralizada, que viva em sistema comunal de produção, aproximando ao sistema de sociedades tradicionais e indígenas que apresentam características parecidas quanto a esse formato. E por último a escola *ecosocialismo* criada a partir de uma crítica ao culturalismo e ao naturalismo, gerando uma nova ideia baseada no conceito de que o homem produz o meio onde vive e esse meio é produto da criação do homem, considera que a natureza é parte da história de uma sociedade, reforça o conceito de que não é o indivíduo que se relaciona com a natureza, mas é o coletivo social que mantém essa relação, e o entendimento de que a sociedade é parte da

---

<sup>4</sup> Sistema de parque natural intocável pelo homem com preservação total do meio físico natural.

natureza e ao mesmo tempo é criação da natureza, e desse modo pode conviver com o ambiente natural de forma harmoniosa.

A mítica antropomórfica citada por Morin também é lembrada por Diegues (2001) que acrescenta os neomitos e o mundo natural que comportam os princípios de inteligibilidade e semântica, além de um subprincípio de unidualidade que influencia os ciclos da natureza. Do pensamento moriniano, ressalta a importância dos mitos para a sociedade considerando que a formação dos mitos não se restringe aos indígenas, mas também a populações tradicionais, caçadores, extrativistas, e pequenos agricultores que reproduzem em seus espaços, e que a influência urbana não eliminam os mitos, mas os exprimem de formas afetivas na poesia e na arte, ou então, recriam os mitos por que são narrativas que reproduzem o surgimento do mundo e as explicações afetivas para ocorrências não explicadas de outra forma. A própria concepção de parques naturais protegidos, segundo o autor está permeada por mitos como o preservacionismo espiritualista ou pela necessidade de salvar a biodiversidade da ação humana, e as relações do homem com a natureza são manifestadas pelas funções de *representar*, refletindo o valor que a natureza representa em diversos aspectos, de *organizar* onde o espaço social e do trabalho pode ser construído em harmonia com o meio natural, e a função de *legitimar* as relações tornando o espaço legal respeitando a legitimidade atribuída.

Outra consideração importante sobre o lado mítico é que essa forma de compreensão do meio natural sendo expressado pela linguagem, e se inserida na força produtiva poderia render mais condições de compreender o conflito entre o espaço ecológico que poderia ser utilizado para as sociedades urbanas e o espaço comunitário para uso das populações tradicionais que compreendem esse espaço pela condição de subsistência e pelas relações de produção que proporcionam. No valor linguístico, sustenta que as expressões míticas transmitem o conhecimento e a aprendizagem que podem ser reproduzidos e reinterpretados pelas sociedades através das expressões linguísticas, e isso romperia com os conflitos ecológicos sobre as representações dos espaços naturais, considerando que para as populações urbanas esses espaços possuem determinados valores e já para as populações que vivem nesses espaços as representações são diferentes, priorizando os valores de subsistência e de produção.

Assim, ressalva o pensamento de Mckay que propõe três tipos de propriedades visando a sobrevivência, a conservação e interesses míticos, sendo: a propriedade *privada individual*, a propriedade *pública*, e a propriedade comum que serviria para comunidades que fazem usos comuns dos espaços se apropriando de recursos naturais renováveis, sendo este último um modelo mais justo e sustentável. O processo proposto por Mckay *apud* Diegues (2001) é visto como um sacrifício necessário das populações rurais em detrimento das populações urbanas, sendo ainda o que considera um choque entre as populações tradicionais e populações modernas. As populações nativas e tradicionais são de baixo poder econômico e não possuidores de poder de produção, utilizando-se da força do trabalho familiar que gera um sistema produtivo com baixo impacto sobre a natureza, diferentemente de grandes campos produtivos, possuidores de maior força de trabalho que gera conseqüentemente maior impacto sobre a natureza. Para o autor, as sociedades tradicionais são caracterizadas tipicamente moldadas pela cultura, caracterizada pelos modos de vida de dependência com a natureza, uma forma de manejo sustentável nos ciclos da natureza, transmite os conhecimentos adquiridos para as gerações futuras, tem prioridade na produção de subsistência e oferece ao mercado o excedente, utiliza de sistema de trabalho mútuo no parentesco e compadrio, e utiliza tecnologia de baixo impacto sobre o meio natural. A Comunidade Nossa Senhora aparecida pode ser vista como uma população tradicional analisando por esses conceitos de Diegues, cabendo incluir esses elementos nas análises.

### **2.1.3 - Topofilia, as sensações e outros sentidos**

Podemos definir a *topofilia* dando vários conceitos, mas aqui queremos fixar no pensamento tuaniano sobre a relação que o homem constrói com o meio em que vive, e somente podemos entender essa relação se entendermos o sujeito na ação praticada no ambiente. O meio físico, o meio natural e o homem estão sobre a terra e as relações estabelecidas entre si é que definirão o espaço construído. Compreender esses sistemas nos dará sentido para tomadas de decisões que possam ser duradouras e sustentáveis no que se refere ao homem e ao meio ambiente. Tuan (1980), inspirado pela geografia humanística que gerou a fenomenologia, elevou seus estudos para as preocupações das relações do homem com o ambiente, dando um novo entendimento sobre as relações do sujeito com o objeto, movendo as aspirações das pessoas com a natureza e dos sentimentos e ideais sobre os espaços vividos. Esse enfoque concentra no entendimento do ambiente físico no imaginário social do sujeito, dentro de conceitos de memória e

cultura, experiências vividas, identidade com o mundo construído e compartilhado num espaço comum. Nisso, o autor desvenda as influências das individualidades, do gênero, do temperamento, da idade, da cultura, da raça, e dos laços afetivos e emocionais que o indivíduo carrega quanto ao meio em que vive. Tudo isso, segundo o autor, exerce influência de pessoa a pessoa, mudando de intensidade e de sutileza, refletindo nos modos de vida e de expressão, e de reconhecimento e identidade com o ambiente. Sobre esse sentimento interior, contido na subjetividade humana, Tuan considera que a visão é o mais valioso órgão do sentido que dará expressão da percepção humana, com a capacidade de dar significados às sensações captadas. “O homem depende mais conscientemente da visão do que dos demais sentidos para progredir no mundo” (1980, p. 7). E nessa formulação do conceito de lugar, a partir do visual, o autor considera que o sujeito exprime seu sentimento pelo ambiente gerador de imagem para a topofilia, ou seja, a paisagem tem um significado a partir da relação que o sujeito exerce com o meio fixo que compõe a paisagem. “O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais”, (1980, p. 129).

Tuan (1980) não nega a influência da ciência física e nem da literatura na composição da identidade que o indivíduo cria do ambiente, mas orienta sobre a composição da subjetividade que define em cada um sua visão de mundo, tanto que ressalta que a cultura promove capacidade de definir padrões, formas de ver e de sentir o ambiente, pois traz cargas de definições de verdades arbitrárias. Para o autor são os costumes estabelecidos pelas culturas homogêneas que qualificam as sensações que definirão a percepção que o indivíduo faz do meio vivido e sentido. O apego é outro fator destacado por Tuan como definidor da percepção ambiental. Discorrendo sobre a familiaridade e afeição que o indivíduo adquire com o ambiente, o autor orienta que “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (1980, p. 114). As influências dos pertences de uma pessoa, a história, as experiências vividas, as relações de gênero e familiares, e laços de amizades acrescentam na afeição criada pelo indivíduo, e essa construção histórica é responsável pelo amor gerado pela terra natal ou pelo lugar onde os desejos e sonhos pessoais foram supridos e realizados. Todas as pessoas sonham com um lugar ideal na subjetividade, e é essa busca que o sujeito tenta impor nas representações que cria do ambiente em que vive, acrescentando os sentimentos sensoriais que acumula da vivência e das realizações vividas.

No estudo da percepção ambiental (VILLAR et. all. 2008) define como capacidade de tomada de consciência sobre os problemas ambientais decorrentes no espaço, e que isso ocorre a partir da educação ambiental que o sujeito possui, percebendo o meio ambiente, aprendendo a proteger e a cuidar deste espaço. Também define que a percepção do espaço ambiental parte da leitura que cada indivíduo faz, somando com o pensamento dos demais sujeitos que vivem no mesmo lugar. Essas percepções são desenvolvidas a partir de aspectos culturais, socioeconômicos, e demais fatores que exercem funções distintas sobre o ambiente. Cada indivíduo possui uma percepção a partir dos valores e das importâncias que adquirem do meio ambiente, e isso vem da interpretação do próprio indivíduo sobre o mundo no qual está incluso. Discorrendo sobre a educação ambiental, os autores consideram de suma importância para que desperte nos indivíduos maior responsabilidade e respeito ao meio em que vivem. Os autores consideram que a educação ambiental ajuda na construção da percepção adequada para a preservação ambiental, melhorando a compreensão da interrelação entre o homem e o ambiente, resultando em medidas propícias para a proteção e boa utilização dos recursos naturais existentes, e até mesmo para a prevenção e controle da saúde, evitando as contaminações que possam causar doenças. E nesse contexto, (Villar et. all. 2008) consideram que para estudar a percepção ambiental é preciso considerar as expectativas do sujeito, bem como suas satisfações positivas e negativas, seus julgamentos e suas condutas que são refletidos nos modos de vida.

#### **2.1.4 - O espaço cultural da fé e da religiosidade**

A Amazônia é rica em diversidade cultural e tem suas raízes da fé popular firmada nos mitos indígenas e na fé cristã católica, vinda com as missões jesuítas do século XVII, e conforme Saraiva & Silva (2008), esse formato de catolicismo prioriza o culto dos santos e os tradicionais festejos que as comunidades celebram aos padroeiros. Consideram que esses eventos enaltecem a comunhão da fé e a unidade dos grupos que se unem para organizar e celebrar as festas. Mesmo esses tipos de fé sendo descritos como reconhecidos em comunidades tradicionais ribeirinhas, podemos perceber expressões semelhantes em comunidades rurais em Rondônia e outras partes da Amazônia que realizam festejos comemorativos aos santos padroeiros por meio de quermesses.



As realizações das festas de santos padroeiros causam alteração no espaço e como lembra Saraiva & Silva (2008), em virtude das organizações e realizações, os indivíduos modificam suas rotinas de trabalhos, seus horários e outras ações do cotidiano em detrimento da dedicação ao evento, que para as comunidades tem representação expressiva. Essa espacialidade é construída de acordo com a programação e tradição que envolve as procissões que requerem trajetos, a presença do elemento sagrado que geralmente ocorre nos ritos celebrados dentro das igrejas e a parte festiva nas barracas e salões instalados para abrigar os participantes. Para cada atividade existe um espaço próprio, pensado, planejado e construído. A construção desses espaços é percebida durante os períodos das festas e passadas as funcionalidades voltam ao cotidiano sem as mesmas representações, exceto as igrejas que permanecem como espaço sagrado nas demais celebrações que ocorrem nos respectivos calendários.

Aspectos similares são observados em outros estudos sobre a cultura religiosa nas comunidades tradicionais ou rurais da Amazônia, destacando a fé como a representação simbólica de mitos e crenças em populações tradicionais em Rondônia.

A comunidade mantém viva a crença no sagrado e estas crenças irão alicerçar a luta de resistência, dar-lhe unidade enquanto grupo social participante da construção espacial. O sagrado parece aqui como relação que media o contato do indivíduo (que crê) com sua divindade; (SILVA, 2007, p. 233).

Sobre a construção dessa espacialidade, o autor ainda cita que as possibilidades de reinterpretações de tais representações são renovadas as novas gerações, à medida que são agregadas e codificadas, e quando os conhecimentos são repassados e acumulados historicamente. Dessa forma, o ato de unir para realizar o evento, ação capaz de reunir todos os integrantes das famílias da comunidade em torno dos preparativos, bem como a unidade gerada em ensaios de apresentações, e da participação de toda a família nos festejos e na liturgia religiosa, tornam como elementos da construção e renovação dessa fé que vai passando de geração a geração já que “as narrativas míticas organizam as regras sociais e a maneira de agir no espaço”, (2008, p. 233).

No estudo da geograficidade da fé católica e suas formas simbólicas, (OLIVEIRA & SOUZA, 2010) ver nesses eventos a manifestação cultural no espaço, onde o simbolismo expressado nos atos materiais, imateriais e comunicacionais são

valores de um espaço da fé, do social, e do econômico, principalmente na construção de um espaço turístico. Destacam que para compreender o mundo vivido se faz necessário um olhar holístico e permanente, uma vez que as representações se movem com mais rapidez no imaginário, a partir de cargas constantes de informações atualmente mais difundidas, o que requer reflexões em recortes temporais mais curtos, diante de reconstruções dos espaços que ordenam a vida humana socioespacialmente. Há de se considerar que, atualmente as sociedades estão mais fixadas no dinamismo interativo moderno do que mesmo em tipologias folclóricas que passem de geração em geração. Apesar das intencionalidades e das visões globais presentes nas relações e sistemas atuais, os autores consideram que, as tradições religiosas e os espaços construídos ganham diferenciações e identidades próprias a medida das percepções dos indivíduos envolvidos no grupo social.

## **2.2 - O ESPAÇO AMBIENTAL EM ÁREA DE ENTORNO**

Num breve artigo sobre limitações de uso de área de entorno, (PINEDA, 2010) faz crítica a Resolução 13/90, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que determinava uma área compreendida de dez quilômetros de uma unidade de conservação (UC) como zona de amortecimento, e que o exercício de atividades capazes de impactar o interior da UC deveria receber autorização legal de órgão ambiental responsável. Para a autora que atua na área do direito, havia muita subjetividade nas definições dos limites de extensão e das atividades que poderiam gerar impactos, o que comprometia o desenvolvimento de atividades agrícolas como o cultivo de espécies transgênicas e da utilização de alguns tipos de agrotóxicos controladores de pragas. Pineda cita outra legislação (Lei Nº 9.985) que impõe critérios para as limitações e para as restrições em zonas consideradas de amortização, o que a autora considera mais viável para o agronegócio. Se tratando de entendimento jurídico, já que a autora é advogada especialista em Direito Socioambiental é perceptível que esse pensamento progressista leve em conta juízos de valores, enquanto que a discussão ambiental na Amazônia deve ir além do juízo de valor nos entendimentos e interpretações de leis, e há de considerar fatores bióticos que possam garantir a manutenção das unidades de conservação e eliminar as possibilidades de riscos aos meios de vidas existentes numa área de preservação. A manutenção de critérios técnicos

e não de critérios jurídicos ou socioeconômicos seria a garantia de que as UCs estariam resguardadas de atores que possam alterar suas razões de existir por causa de interesses econômicos ou políticos.

### **2.2.1 - Impactos da fragmentação florestal**

O modelo de utilização do espaço agrário no entorno da Flona do Jamari, e a falta de políticas ambientais que possam implementar a agricultura familiar, causam perceptíveis alterações na paisagem e na qualidade do solo, promovendo o surgimento de fragmentos da vegetação nativa. Considera-se fragmentação florestal a separação de áreas grandes em espaços segregados, ocorrendo por meio não natural reduzindo o ecossistema em pequenas parcelas isoladas. Dada a importância de estudar esses impactos, Kornan (2003) segue que a fragmentação florestal pode ser compreendida pelas teorias de biogeografia de ilhas que estuda a densidade populacional de espécies numa área fragmentada, das metapopulações, da redução de populações numa determinada área e suas relações com espécies de outra área próxima.

Em áreas onde ocorrem desmatamentos sem planejamento, mesmo que haja interesse em cumprir a legislação deixando parte da mata nativa como reserva legal, nota-se a ocorrência de fragmentação de florestas o que é prejudicial para os exemplares de seres vivos daquele habitat (KORMAN, 2003). Isolados em pequenas porções do meio físico, as espécies tendem ao desequilíbrio da cadeia alimentar, e reduções ou extinções de certas categorias. Essas populações silvestres apresentam perdas considerando a redução de alimentação, confinamento na área de movimentação, redução da capacidade de reprodução de prole, entre outros danos possíveis. Conforme Cerqueira (et. all. 2005) a aptidão do indivíduo pertencendo a fauna será melhor quando o habitat for propício à espécie, e quando há redução do habitat, diminui a abundância regional da espécie com menor taxa de reprodução e sobrevivência. A mesma consideração é feita por (SCARIOT et. all. 2005) de que quanto menor a parte em fragmentação, maior será a influência externa alterando a dinâmica do ecossistema.

Conforme Britez (2005), a importância das áreas de amortecimentos deve ser considerada porque funcionam como corredores entre as florestas isoladas com áreas remanescentes maiores. No caso da Flona do Jamari a área de entorno é composta por propriedades rurais, e segundo Vieira (2005), a presença humana na zona de amortecimento aumenta a interferência na dispersão das espécies nativas, limitando a

conexão das populações presentes nos fragmentos. Considerando o bioma amazônico, composto de diversidades de espécies, a presença humana diminuirá as variedades numa área, já que o modelo de ocupação agrícola tradicional consiste em pastagens e alguns espaços de lavoura, distanciando as áreas cobertas por florestas. Na Amazônia, a aplicação do sistema agroflorestal na recomposição desses espaços é alternativa que proporciona melhores condições de sobrevivências uma vez que o cultivo consorciado de espécies florestais com espécies frutíferas aumenta a oferta de alimentos e a cobertura assemelha com a vegetação primária composta de variedades, proporcionando ainda o surgimento de corredores ecológicos que possam interligar as ilhas.

Para Valeri & Senô (2003), a ocorrência de barreiras naturais ou de intervenção antrópica interfere no habitat de espécies numa área fragmentada, tornando mais um problema em áreas de amortização com presenças de cercamentos e outras barreiras. Nas propriedades existentes no entorno da Flona do Jamari existem muitas cercas em virtude das pastagens para o cultivo de bovinos. Esses cercamentos feitos de arames de aço se tornam obstáculos para os animais silvestres que necessitam se movimentar entre os fragmentos em busca de condições de sobrevivência. Valeri & Senô observam que ao se depararem com essas barreiras erguidas pelo homem, os seres vivos de um fragmento ficam limitados e não conseguem atingir as condições adequadas de vida. GÓIS (2009) considera que a expansão agrícola e o crescimento populacional exercem contribuição na fragmentação de florestas, reduzindo espécies ou alterando suas composições genéticas. Essas consequências são notadas nos fragmentos florestais do entorno da Floresta Nacional do Jamari, já que produtores rurais percebem que a incidência de espécies que antes existiam na região, atualmente não são mais encontradas ou as quantidades de exemplares não são as mesmas existentes anteriormente. Até mesmo os peixes têm diminuídos por causa do assoreamento de rios e igarapés e pela falta de alimentação que os obriga a buscar novas condições de subsistências, conforme observado pelos moradores do entorno da Flona do Jamari.

Quando se refere a recomposição de áreas que sirvam de corredores e ilhas, não se deve fazer aleatoriamente, porém necessita observar as condições de recuperação dessas porções de coberturas vegetais consideram a variedade de espécies para que imite a floresta nativa e ofereça as condições necessárias para a sobrevivência e manutenção das espécies com forte alimentação presente na cobertura vegetal.

### 2.2.2 - Corredores Ecológicos e Interligação de Áreas Fragmentadas

Analisando diversos estudos e pesquisas existentes sobre conservação de espaços biogeográficos, encontramos várias definições para corredores ecológicos, mas todas se apresentam contextualizadas com a finalidade de conectar áreas de unidades de conservação e de fragmentos de ecossistemas. As Áreas de Preservação Permanentes (APPs) existentes nas propriedades rurais se tornam fragmentos que não proporcionam meios para a sobrevivência de algumas espécies e, diante disso, os biomas remanescentes não conseguem se multiplicar diante das limitações e falta de interação com outros ecossistemas que geram meios propícios para a sobrevivência. Os corredores ecológicos proporcionam a conservação e preservação desses espaços, fazendo com que espécies existentes numa área preservada se movimentem até uma unidade de conservação, proporcionando a distribuição das espécies, ampliando a oferta de alimentação, ou ainda, proporcionando a reprodução de prole com maior condição de fertilidade e de provisão.

Corredor ecológico é definido na Resolução nº 9/96 (CONAMA) como “faixa de cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária, em estágio médio e avançado de regeneração, capaz de propiciar habitat ou servir de área de trânsito para a fauna residente ou remanescentes” (Art. 1º). Os corredores ecológicos são criados dentro de critérios estabelecidos e, posteriormente, regulamentados legalmente. Em ecossistemas menores os corredores ecológicos podem surgir de um planejamento adequado para o manejo de áreas de encostas e de matas ciliares, como no caso das propriedades rurais, onde a orientação técnica e educação ambiental possam suprir os produtores rurais com informações que gerem a compreensão da necessidade dessas áreas para a distribuição das espécies ou mesmo como alternativa econômica.

Quando planejada, uma APP poderá servir para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis de valores alimentícios, medicinais e madeiráveis, num mesmo momento em que promove a conservação da biodiversidade e a preservação de riquezas para as futuras gerações. Dentre os princípios de Wallace *apud* Brown (2006) a dispersão de longa distância é possível e é o meio provável de colonização de ilhas distantes. Daí a necessidade de corredores ecológicos para possibilitar a movimentação das espécies chegando a outros fragmentos florestais, proporcionando a reprodução de prole e, conseqüentemente a ampliação populacional de espécies. A composição de

corredores ecológicos entre APPs e unidades de conservação pode ser feita de florestas primárias ou reflorestadas, apesar de que o custo para a produção de mudas ainda seja elevado por falta de incentivos às pesquisas que possam mensurar as espécies mais adequadas para cada tipo de bioma. Em virtude de poucas pesquisas e experimentos, tais conhecimentos ainda são limitadores na implantação de políticas públicas que atualmente são insuficientes para reconstruir espaços impactados, fazendo necessária a implantação de políticas públicas na Amazônia que incluam essas premissas, já que neste bioma a tipologia de solo muda consideravelmente.

### **2.2.3 - A importância das matas ciliares**

É considerada mata ciliar toda a vegetação que se desenvolve às margens de rios, córregos, lagos, lagoas, nascentes ou qualquer outro fluxo d'água natural. Sobre a importância dessa vegetação, Rizzo (2007) diz que essas faixas de vegetação são essenciais para o equilíbrio ambiental. A manutenção das matas ciliares é sem dúvida um desafio ao desenvolvimento sustentável que precisa aliar crescimento econômico e subsistência com a preservação dos meios naturais. Entre os valores de manutenção das matas ciliares, consideramos a capacidade de retenção do solo evitando a erosão, manutenção da paisagem, conservação da biodiversidade, conservação da água potável e contendo o assoreamento dos leitos. As matas ciliares são consideradas no Código Florestal Brasileiro como Áreas de Preservação Permanentes (APPs), e sobre esses espaços, Arruda (2006) orienta que essas coberturas vegetais são fontes de alimentação para peixes e outros animais, proporcionando o fluxo de genes e a movimentação da biota, o que facilita a dispersão de espécies e recolonização de áreas degradadas, servindo ainda para a manutenção das espécies que necessitam de áreas maiores que as unidades individuais existentes.

A eliminação das matas ciliares em Rondônia é um fenômeno desde a era da colonização, conforme os produtores rurais mais antigos, ao tomar posse das parcelas de terra eram orientados por agentes de saúde da extinta SUCAM de que as matas ciliares eram locais de reprodução e de morada do mosquito transmissor da doença, o *Anopheles*, e que, por isso, a derrubada das matas ciliares eram fundamentais para eliminar os focos do mosquito. Esta ação, partindo de uma instituição pública de saúde, é conhecida em toda Amazônia e ganhou crítica do poeta amapaense Eliaquim Rufino, na música Mosquito da Malária que diz:

Hoje quem defende a Amazônia  
É o mosquito da malária.  
Se não fosse esse mosquito  
A floresta virava palha.  
Salve, salve, salve ele  
Viva sua febre incendiária.  
O maior ecologista da Amazônia  
É o mosquito da malária.  
Não adianta SUCAM  
Jogar DDT na sua área,  
Super-defensor da Amazônia  
É o mosquito da malária.

Ao acabar com o mosquito *Anopheles* por meio da eliminação de seu habitat, gerou um dano ambiental grave eliminando fontes hídricas das microbacias do rio Jamari. As consequências da falta de mata ciliar são observadas no assoreamento de rios, riachos e igarapés que no passado tinham vida abundante e agora sofrem com a falta de água durante o verão. Alguns cursos d'água mudaram o trajeto e outros desapareceram gerando dificuldades para quem precisa irrigar plantações ou mesmo para saciar a sede do gado.

### **2.3 – MEIOS, MEDIAÇÃO E RECEPÇÃO DA COMUNICAÇÃO RURAL**

Partindo do pressuposto de que a comunicação social poderá exercer influência na percepção ambiental dos produtores rurais do objeto em estudo, se faz necessário discorrer sobre meios, mediação e recepção da comunicação existente no recorte temporal e espacial em estudo. O processo de comunicação é amplo englobando as formas verbais e não verbais, utilizando diferentes meios de acordo com a acessibilidade e a disponibilidade tecnológica no período. Os meios mais acessados no recorte compreendido por esta pesquisa são o rádio e a televisão considerados os mais influentes em se tratando de comunicação de massa. Em cada um desses formatos de mídias existem outros elementos de emissão e recepção que, independente de estilo e modelo, exercem poder de interlocução. E é para compreender essa possível influência

simbólica na educação e formação da percepção que discorreremos a seguir pela teoria da mediação em comunicação.

### **2.3.1 - A mediação midiática para compreender a recepção geográfica**

O conceito de mediação teve origem com os autores, o sociólogo T. W. Adorno que se identificou com o marxismo, fundamentando seus estudos a partir da teoria crítica da escola de Frankfurt firmada na relação capital e trabalho, e, pelo russo L. S. Vigotski que deu ênfase a seus estudos a psicologia social e educacional na abordagem sócio-histórica, revolucionando a psicologia tradicional. Apesar de que ambos sofreram influências marxistas seus pensamentos tiveram escolas diferentes com contribuições para a psicologia educacional e psicologia social. Em Zanolla (2012), Adorno vê a mediação como fruto da ação e da subjetividade, em que a contradição e a objetificação da cultura e da formação, estabeleceria risco na formação de uma falsa consciência, enquanto que Vigotski compreendeu a mediação como processo cultural pela aprendizagem, estabelecendo ligação social entre o signo, a atividade e a consciência. As obras desses autores contribuíram para a compreensão da mediação como agente possível de promover transformação social, numa capacidade educacional do conhecer e aprender, gerando uma troca de experiências subjetivas entre sujeitos, possibilitando o conhecimento pelo vir e ser (DUARTE *apud* ZANOLLA 2012). Em Vigotski a formação do conhecimento viria das funções mentais superiores desencadeadas internamente e de forma não linear, contemplando a “possibilidade de estudar o universo simbólico a partir da análise da apreensão de signos, e, por conseguinte, modificar ações através da aprendizagem” (Zanolla, 2012, p. 7). Já em Adorno a formação do conhecimento viria das forças que movem o sistema social e político, e nesse caso “a materialização da práxis cristalizada pela prática que arrisca o pragmatismo” (p.10). Assim, Adorno consideraria que a identidade do sujeito, correria risco de ser coisificada e as representações do indivíduo se tornariam abstrações face a alienação preconizadora de tabus sociais e motivações subjetivas.

Na década de 1960 intensificou os estudos sobre a recepção midiática a partir do modelo de Laswell em que consiste: o *emissor* (pessoa que) envia uma *mensagem* através de um *meio* (de comunicação) a um *receptor* (pessoa) que estará *decodificando* (recepção) e gerando algum tipo de *reação* (feedback). Os primeiros estudos de comunicação fixavam no pressuposto do domínio total dos meios imperialistas que



emitiam suas mensagens, e a massa receptora dessas mensagens as aceitavam como verdade absoluta. Esse poder total dos meios foi refutado pelos estudos de mediação que deu novo sentido à recepção midiática, fixando mais no domínio da interação considerando as representações e identidades no efeito da mensagem. Na América Latina, a partir da preocupação de entender como as mensagens emitidas pelos meios de comunicação de massa eram recebidas pelos receptores do rádio e da televisão, gerou o surgimento da Escola Latinoamericana de estudos das mediações e da recepção midiática, tendo o espanhol radicado na Colômbia Jesús Martin-Barbero como precursor e inspirador de outros estudiosos.

O autor efetuou diversos estudos, principalmente sobre a influência cultural exercida pelas telenovelas nas camadas de massa da sociedade, e o poder de consumo de produtos industrializados anunciados por essas programações. O autor fixou estudos na indústria cultural e considerou a comunicação como práticas sociais, onde a mediação integra a comunicação com a cultura. Considerou o bairro como lugar de transformações já que o vínculo afetivo do indivíduo criado com a comunidade a qual está inserida é gerador de elementos de formação de identidade e repleto de representações. Estudou a formação de identidade em culturas Latinoamericanas e fez críticas a outras escolas que se firmavam no dualismo dos processos sociais, fixados no nacionalismo populista causador da perda de identidade por causa da grande concentração popular nos núcleos urbano, e de outro lado, o progressismo iluminista que via a cultura popular como indolente e supersticiosa e não pelas necessidades sociais dos indivíduos que a integram (MARTIN-BARBERO, 1997).

O autor viu o consumo capitalista como pressão contra a cultura, porque os processos de padronização de produtos e homogeneização dos gostos impõem inovações e mudanças constantes, obrigando a geração de novas ações de produção cultural. A partir da década de 1930 quando as populações passaram a concentrar mais no urbano, segundo Martin-Barbero, os países teatralizaram a criação nacional e o cinema tornou-se primordial na revelação das representações. Nos anos de 1950 surgiu o rádio que revolucionou a comunicação tornando-a mais popular e massiva, mediando entre o tradicional e o moderno, e trazendo como consequências a redução da cultura a slogans. As músicas sofreram deformações melódicas e ideológicas, e os valores sociais passaram a ser transmitidos pelo meio (rádio) e não mais pelas identidades familiares, religiosas ou de comunidades.

O rádio seguiu como meio dinâmico, acessível e de grande mobilidade e, assim, consolidou como interlocutor no mercado transnacional de cultura. A cultura sofre novas alterações a partir da década de 1960, com o desenvolvimento tecnológico que passou a popularizar a televisão que trouxe novas linguagens e adequações ao formato do meio que se tornaria a partir de então o principal interlocutor transnacional e formou uma nova homogeneidade dos estilos de vida desejáveis, banuiu o nacionalismo e incorporou os antigos conteúdos sociais, culturais e religiosos que integraram a nova cultura nacional. A publicidade ganha dimensão e torna os produtos industriais em instituições domésticas. Martin-Barbero foi inspirador e base para outros estudiosos que seguiram seu método e suas técnicas de pesquisa fixando no que chamou de três lugares de mediação: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência social.

### **2.3.2 - A cotidianidade familiar e a mediação**

Sobre a *cotidianidade familiar* Martin-Barbero (1997) considerou como o lugar ideal para compreender a mediação, considerando que é no seio da família que o poder simbólico é mais expressivo. Dentro de casa as opiniões afloram, o debate aquece e as divergências são mais nítidas. O autor usou muito da observação para compreender os efeitos dos meios de comunicação massivos nas diferentes camadas sociais, considerou a totalidade do conceito de massa. Estudando os métodos martin-barberianos, compreendemos que é na família que os indivíduos revelam quem realmente são, “através das relações sociais e da interação dos indivíduos com as instituições” (WOTTRICH *et. all.* 2009, p.3), sendo a família um lugar de geração de conflitos e de manifestações de anseios e inquietações. Tanto no bairro quanto no lar, para Martin-Barbero (1997) a cotidianidade é despolitizada por não estar inserida nas estruturas produtivas, e cita Emile Durham ao qual o estado generalizado de desorganização familiar esta associado a exploração brutal da forma de trabalho. Sobre essa representação destaca que nem sempre a ascensão profissional é um arrivismo, podendo ser a expressão de direitos e de protesto do indivíduo.

Na percepção popular, o espaço doméstico não se restringe às tarefas da reprodução da força de trabalho. Pelo contrário, e frente a um trabalho marcado pela monotonia e despojado de qualquer atividade criativa, o espaço doméstico representa e possibilita um mínimo de liberdade e iniciativa. Da mesma forma, nem toda forma de consumo é interiorização dos valores das outras classes. O consumo pode falar e

fala nos setores populares de suas justas aspirações a uma vida mais digna, (Martin-Barbero, 1997: p.289).

Sobre o consumo, o autor ainda considera que a cotidianidade familiar tem importância na percepção, a saber que, as práticas cotidianas como lugares de interiorização mudam constantemente, e que nesse conceito o consumo não é mais meramente uma força dominante, mas sim uma formação de sentidos capazes de gerar demandas e dispositivos de competências sociais. E são nessas competências que o autor destaca as leituras que são as aparentes representações que surgem no indivíduo ou no grupo a partir das percepções que possuem e expressam. No entendimento de leitura como formação de sentido, Martin-Barbero considera que não existe apenas produção, mas também reprodução dos sentidos em que os significados são organizados, e que nesses lugares, bairro e lar, as leituras populares polarizam no prazer da repetição, e são essas linguagens que são inseridas e utilizadas pelos meios de massa para persuadir e para convencer sobre as resistências com uma narrativa de gosto popular.

Os discursos mais compreensíveis são os típicos de folhetins (telenovelas e seriados) que reproduzem a cotidianidade familiar e do trabalho, com suas aspirações e representações de uma vida vivida, ou sentida, ou percebida. As telenovelas foram focos de estudos do autor que dedicou diversos trabalhos a compreender as simulações da vida social das classes que se encontram no mesmo horário, em lares diferentes, gerando em cada um o olhar a seu modo, conforme suas representações e identidades. Num mesmo horário e canal famílias com cotidianos diferentes, culturas diferentes, e outros aspectos da diferenciação social se encontram frente a televisão para assistirem a uma mesma programação que fala de cotidianidade. Os folhetins exercem poder de influência justamente por causa dessa aproximação cotidiana que lhe é peculiar, estando diariamente dentro da rotina da familiar tornando um compromisso diário do público que acompanha os capítulos.

Os telejornais que também são carregados de cotidianidade e inserem em seus respectivos conteúdos os modos de vida de todas as classes num mesmo formato de leitura, tornam atrativos da televisão dentro do cotidiano familiar e levam as mensagens até os indivíduos proporcionando elementos para suas convicções e afirmações, quer sejam em questões sociais, políticas e até mesmo na espacialidade ambiental e rural como os objetivos que estudamos nesta pesquisa.

### 2.3.3 - A temporalidade social e a mediação

Na linha martin-barberiana a *temporalidade social* é vista como o contraponto entre o tempo cotidiano e o tempo de produção e isto se insere também na cotidianidade tanto familiar como de trabalho. A temporalidade social do trabalho é medida e contada; é algo negociável que tem valor, da mesma forma que a temporalidade dos meios de comunicação também é expressa por valores a medida de suas repercussões. Ao se inserir na cotidianidade familiar, o rádio e a televisão tornam-se elementos negociáveis e requerem as adaptações e ajustes temporais, e assim são definidas as programações em horários que possam atrair mais pessoas em suas faixas de audiências de acordo com o segmento a que pretende alcançar. Sobre essa temporalidade social, (WOTTRICH *et. all.* 2009) destacam que “a televisão é organizada pelo tempo da repetição e do fragmento, incorporando-se assim ao cotidiano dos receptores”, (p.4), o mesmo servindo para o meio rádio que também entra na cotidianidade de forma repetitiva e em fragmentos de conteúdos. Esse tempo repetitivo foi bastante destacado nos estudos de Martin-Barbero como formas persuasivas em que começam e acabam para recomeçar, o que geram fixação de audiência pela expectativa gerada na programação e linguagem seriada, e pela persuasão gerada pelo efeito de repetição.

O autor também considera o viés da inserção do tempo virtual onde o indivíduo ou a família são inscritos na cotidianidade temporal dos meios, e assim, ajustam suas rotinas domésticas à medida que possam acompanhar a programação televisiva, e no caso do rádio, por ser um meio de mobilidade que possa ser levado para qualquer lugar, as audiências são ajustadas a medida da cotidianidade do receptor, e da mesma forma que a televisão, a temporalidade é importante e medida com valor. Ainda sobre a temporalidade, Martin-Barbero (1997) considera a importância da linguagem adequada para a leitura que o receptor faz, assim, ao que chama de tempo ocupado nos meios, “cada texto remete à sequência horária daquilo que o antecede e daquilo que o segue, ou aquilo que aparece no palimpsesto nos outros dias, no mesmo horário” (p. 296), dando ao tempo o devido valor de articulação do poder, conforme o pensamento de Foucault. A sequência de um programa em série promove uma linguagem dentro dos parâmetros de produção industrial, em escala e em volume, que requer uma linguagem específica composta de fatores de uma semiótica-estruturista, com uma posição crítica política, falando com “estratégias mediante as quais a ideologia dominante penetra o processo de

comunicação, ou melhor, para falar com a linguagem coesa, penetra a mensagem provocando determinados efeitos”, (1997, p. 278).

### **2.3.4 - A competência social e a mediação**

A *competência social* que se refere Martin-Barbero é o *habitus* de classe, ou seja, a mediação exercida por toda “vivência cultural que o indivíduo adquire ao longo da vida, não apenas através da educação formal, mas por meio das experiências adquiridas em seu cotidiano”, (WOTTRICH *et. all.* 2009, p.4). A relação entre televisão e cultura foi estudado por Martin-Barbero (1997) que considerou contraditória essa persistência que, de um lado traz os críticos que destacam a televisão como arte e isso seria uma ação cultural, e que mais adiante também seria relacionada à decadência cultural devido a sua característica de produto cultural, e de outro lado surge os folcloristas que situam a cultura no povo, sem mestiçagem e sem contaminações, levando para um purismo cultural. Para Martin-Barbero centralizar as análises em eixos isolados sem considerar o valor cultural existente em cada matriz é o mesmo que compor um enredo que encubra o culturalismo, já que a cultura está presente em todas as manifestações e o fazer separar é escolher elementos culturais para serem encobridos sem revelar seus valores e representações nas demandas das diferentes manifestações culturais. Segundo o autor é na televisão que as diferenças sociais são desativadas e postas numa integração ideológica que se unem e ganham dimensão na propagação de matrizes culturais ou de sensibilidades da produção das elites.

Desconhecer essa tensão, vendo apenas a eficácia do mecanismo integrador e o jogo de interesses comerciais, é o que justificou e continua a justificar que a televisão nunca seja considerada quando se trata de políticas culturais, nem por parte dos governos, nem por parte das oposições, (Martin-Barbero, 1997, p. 297-298).

Tais desconhecimentos seriam justificados pelos pensamentos críticos que cada eixo faz do meio e não necessariamente da inexistência ou existência cultural no meio, e desse modo, esse dualismo de críticos e folclóricos coloca sempre em questão a busca pelas obras primas da televisão. A discussão de que a televisão é ou não cultura é um tanto limitador e em nada contribui para as análises de mediações midiáticas já que o considerável é a capacidade de mobilização social que esse meio proporciona, capaz de interferir na cotidianidade e na temporalidade do indivíduo, independente do gênero de produção que se aplica, até porque os investigadores do meio televisão consideram que

a percepção do nível de gênero é determinante nos resultados e investimentos existentes na indústria cultural envolvida pela televisão. A decisão do que é produzido, em que linguagem, em que tempo e para que público faz parte do mecanismo de produção que determina o gênero e gira toda tensão do sistema produtivo.

### **2.3.5 - A espacialidade nos usos midiáticos**

Para compreender o sistema produtivo da indústria cultural e de toda estrutura formada em torno dos meios de comunicação de massa, devemos considerar a complexidade e especificidade de cada meio, que ao produzir promove uma reciclagem das demandas apresentadas pelos públicos e de seus usos, e nisso Martin-Barbero (1997) alerta que a competitividade formada entre um ou outro gênero, e de cada emissora, em nada se relaciona com a competência comunicativa que está muito mais relacionada a gênero e estilo do que mesmo a valores de produção incorporados numa programação já que esses fatores não podem ser mensurados numa pesquisa de audiência. As ideologias constantes numa produção, os níveis e fases de decisão, e as rotinas de produção recebem e incorporam o estilo que vem para dar sentido à mensagem e atuar como mediador e chegar na percepção do indivíduo.

O estudo da recepção midiática estará focado nos valores culturais que o produto ou gênero exercem nas classes sociais, considerando seus modos de vida, suas identidades e suas representações. Nisso, Martin-Barbero orienta que o espaço em que o indivíduo vê a televisão e ouve o rádio são etnograficamente compostos de diferenças que promovem mudanças na percepção e não se esgotam nas diferenças sociais, e os usos seguem além fazendo com que uma diferença articula a outra. É preciso considerar o lugar onde o indivíduo tem acesso ao meio, se na sala onde há um poder central na casa ou se no quarto de dormir sozinho e isolado; se há refúgio num bar ou em casa de vizinho; e até mesmo que lugar ocupa a televisão ou o rádio no ambiente doméstico, se está numa posição visível e de destaque ou se guardado num armário para usos em momentos específicos e tudo isso promove uma leitura que a topografia possibilita ao “estabelecimento de uma topologia simbólica configurada pelos usos de classe” (p. 301). Os gêneros circulam entre os caminhos do sistema de produção e das lógicas de usos. Antes do gênero é preciso considerar a existência de uma estratégia de comunicação que consideram a temporalidade e a espacialidade do objeto e do sujeito.

### **2.3.6 - Mídias e o campo: a mobilidade do rádio e o atrativo da TV**

O rádio tradicionalmente é o meio de comunicação com maior penetração no setor rural por ser dinâmico, por ter a *mobilidade* de estar em todo lugar, possuidor de uma linguagem simples e coloquial, e adequável a qualquer tipo de público. Por ser um equipamento de baixo custo, em cada casa tem pelo menos um rádio na média brasileira, e agora com a possibilidade de sintonia em aparelhos de telefonia móvel, tornou ainda mais acessível. No setor rural o rádio é a companhia nos currais, nas lavouras e dentro de casa diante da possibilidade de mobilidade dos aparelhos. A *sensorialidade* do rádio é outra característica forte que promove no ouvinte a criação de paisagens simbólicas em seu imaginário que possa interpretar o que está sendo dito. Sobre essa sensorialidade, no manual *Rádio: A Arte de Falar e Ouvir* (SEPAC, 2003), destaca que isso “desperta a imaginação do ouvinte, que logo cria em sua mente a visualização do dono da voz ou do que está sendo dito” (p.21).

O mesmo manual também destaca outras características do rádio como a *simplicidade* que diferente da televisão (outro meio de comunicação de massa) dispensa um aparato de recursos e técnicas, possibilitando às pessoas não especializadas a possibilidade de fazer a comunicação no rádio, como ocorre nas emissoras comunitárias existentes em Cujubim e Itapuã do Oeste, onde as principais recepções radiofônicas vem das emissoras instaladas de forma simples através de outorga comunitária, com produtores e locutores dessas comunidades que utilizam do talento nato e atuam sem os conhecimentos técnicos dispensados aos profissionais de emissoras maiores instaladas em cidades bem estruturadas. Comunicar através do rádio é levar uma mensagem de forma direta, clara e simples que pode ser compreendida por todos os públicos, com objetividade e brevidade, aspectos esses indispensáveis a um meio muito *dispersivo* por concorrer com os ruídos presentes num ambiente. Sempre inédito e muito ágil, o rádio promove a divulgação imediata de fatos e acontecimentos por ter a possibilidade de transmitir de qualquer lugar e a qualquer tempo, saindo na frente dos demais meios de comunicação que requerem mais técnicas e aparatos para disponibilizar a informação aos respectivos receptores.

O *papel social* do rádio é destacado desde o princípio de suas operações no início do século XX, onde atua como difusor de notícias, culturas, artes, e serviços de utilidade pública muito comum nesse formato, através de anúncios como ofertas de empregos, achados e perdidos, promovedor do debate social e porta-voz da comunidade na vigilância sobre os poderes. A facilidade do diálogo através do rádio em que a

autoridade e o cidadão comum podem se encontrar no mesmo instante, promovem a noção de comunidade nas mobilizações de defesa da cidadania e nas ações de emergências em casos de sinistros e ocorrências naturais. Em todo momento da vida social o rádio está presente de uma forma dinâmica e abrangente, levando aos mais distantes espaços e adentrando em diferentes lares e outros ambientes, com a praticidade, simplicidade e coloquialidade que o torna compreensível e estimulante à audiência.

A utilização do rádio como ferramenta para a prática da extensão rural é destacada por Weber & Devéns (2010), como forma de debater e manter o contato com o homem do campo, de forma abrangente e imediata, levando mensagens e informações que possam ajudar o agricultor nas tomadas de decisões e demais orientações pertinentes ao meio de produção e a vida no campo. Apesar de que os principais interesses da informação rural esteja no sentido de promover a difusão de tecnologias que possam aumentar a produtividade e avançar em rendimento, as ações de sustentabilidade são novidades que ganham espaço na programação radiofônica, além de informações sobre “administração da propriedade rural, melhoria da qualidade de vida no campo, preservação ambiental, entre outros fatores que contribuem para a produtividade agrícola” (p. 46). Esses temas estão presentes na programação radiofônica de entidades que lidam com a extensão rural e nas demais comunicações verbais ou não-verbais difundidas nas reuniões, palestras, folhetos, visitas, enfim nas diferentes formas de comunicação que podem auxiliar o produtor rural em suas decisões. É através do rádio que o isolamento das comunidades rurais é rompido, alcançado os mais distantes lares com a prestação de serviço, informação e o entretenimento por meio dos programas musicais.

Se o rádio possui seu charme e atração, imagine então a televisão que é o aperfeiçoamento do rádio com imagem. Com a expansão de redes de energia elétrica ao setor rural, a televisão vem ganhando espaço nos lares e tomando um tempo que antes pertencia exclusivamente ao rádio, por ser um meio de grande expressão por causa da imagem e cores mobilizando dois importantes sentidos humanos sendo: a audição e a visão, dando maior ênfase no sentido visual já que a principal característica está essencialmente na imagem. Sobre essa sedução, Maciel (1995), diz:



Na televisão, onde a imagem é, muitas vezes, a própria notícia, o telespectador é seduzido através do olho e passa a acreditar naquilo que vê na tela. É uma relação quase mágica que o olhar estabelece entre o fato que é mostrado na tela da televisão e o telespectador que recebe a informação, (p. 16).

O autor considera que o sentido visual refletido no ver é mais convincente do que o ouvir ou ler nos demais meios de comunicação, e nesse *poder visual*, o meio se estabelece com profunda capacidade de convencimento, uma vez que, a visualização da imagem é mais forte do que palavras. Apesar dessas possibilidades, Maciel considera que é preciso adequar a linguagem de modo que a comunicação seja estabelecida de forma clara e direta, por ser um meio também *dispersivo* já que requer a atenção do indivíduo receptor e na disputa pelo olhar no ambiente dispersivo a mensagem poderá não surtir o mesmo efeito. Se de um lado é dispersivo, de outro podemos afirmar que é *intimista* requerendo uma linguagem como se a estória fosse contada para apenas uma pessoa, um formato coloquial em que a mensagem segue no diálogo do eu para você. O meio é também *seletivo* porque a mensagem precisa ser passada de forma muito rápido e a fração temporal em televisão é medida por segundo, exigindo maior eficiência na comunicação estabelecida. O *didatismo* é outra característica desse meio que possibilita recursos diversos na construção da mensagem, proporcionando um detalhamento mais eficaz do que outros meios na forma de comunicar com seu público. A *linguagem* ideal exige ritmo na fala, simplicidade no texto, raciocínio rápido, e frases curtas, verbos fortes e afirmativos.

### **2.3.7 - A composição da mensagem**

Ao estudar a mediação e a recepção midiática é preciso considerar o valor da mensagem que deve ser produzida com estrutura capaz de gerar estímulos e convencimentos. Persuadir é o objetivo de qualquer mensagem independente do meio que se utiliza e do gênero que se produz. Emitir uma mensagem que sai de um meio e vai ao encontro do indivíduo que está em seu *habitus* e dali precisa se mover em direção àquilo que foi mediado é o desafio do comunicador que precisa não apenas emitir uma mensagem, mas fazer com que essa mensagem alcance o receptor gerando algum estímulo de resposta. Tanto o saber comunicar bem como o definir em que meio e em que gênero fará com que a mensagem chegue com melhor capacidade de persuadir o

receptor, são elementos que requerem cuidados nas escolhas para que os objetivos de comunicação sejam estabelecidos com sucesso.

Na concepção de *amplitude* da comunicação, Santos (2003, p. 19) declara que pode ser subjetiva quando a recepção é individualizada, interpessoal quando ocorre a recepção em grupo, e massiva quando empregada pelos meios de comunicação de massa atingindo um maior número de receptores. Define que os processos de comunicação apresentam os elementos de *interlocução* que compõem a emissão, *mensagem* que são os sinais utilizados pelo emissor, os *meios* utilizados na propagação e o *contexto* onde se realiza o ato comunicativo, ou seja, o espaço. A comunicação e linguagem são consolidadas por signos que são as representações de emissão pelos quais vêm a mensagem para ser decodificada pelo receptor. Os signos possuem propriedades que interferem no processo de interpretação da mensagem, definidos na comunicação social como denotação e conotação. Na denotação o significado do signo é real, lembrando nitidamente o que a figura representa. A figura de um cavalo representa o animal cavalo e nada além do que isso. Já na conotação a significação do elemento pode associar a novos significados, a saber, a figura do cavalo pode representar força, transporte animal, valor econômico, entre outros.

Para melhor eficiência da comunicação, Santos (2003, p. 22) declara que os signos devem ser simples, comuns ao emissor e ao receptor, tornando uma mensagem compreendida facilmente, viabilizando o processo de comunicação, o que na Geografia esses elementos gerariam a percepção humana do espaço. É preciso considerar o elemento *ruído* da comunicação, sendo uma interferência física ou pessoal que possa alterar o sentido na recepção da mensagem, evitando ao máximo tais interferências. Quanto mais elementos de argumentação e persuasão forem fixados na emissão da mensagem, melhor será a recepção pelo decodificador. Por mais recursos que possam existir, a eficiência no processo comunicativo requer sempre simplicidade, tornando clara e compreensível em qualquer linguagem ou qualquer meio.

Lira (2008) destaca um capítulo específico para a sedução da palavra conotativa, expondo o valor conotativo e denotativo das palavras poéticas referindo-se à força da emoção na comunicação conotativa, onde os poetas buscam no afeto das palavras a expressão do poder simbólico dos signos comunicativos. Considerando a propaganda institucional do governo brasileiro que estimulou a vinda de migrantes para Rondônia

na década de 1970, apesar de não ter o apelo poético, devemos considerar o valor conotativo onde a força emotiva estava na representação de valor com a possibilidade do migrante possuir terra para trabalhar e prosperar. Em momento algum a mensagem alertava para os riscos e danos que a ocupação acelerada poderia causar no presente e futuro, tanto ao meio ambiente quanto as vidas que embrenhavam nas matas para desbravar o eldorado brasileiro. O poder simbólico estava representado no valor econômico que seria a possibilidade de mudar de padrão de vida e realizar sonhos, objetivos esses alcançados por aqueles que acreditam, desdobraram, possuíram, cultivaram e de fato tiveram vida melhor que o trabalho de bóia-fria, na indústria ou comércio em seus estados de origem.

Sobrou entusiasmo na comunicação atrativa ao eldorado e faltou composição de subjetividade sobre o futuro sustentável dessa região. A mediação do discurso ambiental, conforme Hannigan (2009), precisa considerar que a mídia é um espaço múltiplo de idéias e fontes, e isso requer um enfoque mais direto estabelecendo um conflito direto com outro tema para ganhar maior força de debate, a saber que a mídia sempre tende para o enfoque dos interesses humanos, onde os jornalistas se apresentam como julgadores dos conflitos numa composição de notícias que, por mais que apresente conceitos científicos, esses vem sem comprovação e dispersos num conjunto complexo de informações, dificultando o discernimento do público alvo. Sobre essa complexidade, Hannigan alerta que a “suspeita científica dá lugar ao ‘senso comum’ (p.136), e a ênfase é menor na natureza das condições do que nas consequências geradas às pessoas, e sabendo disso, o discurso ambiental deve estabelecer uma comunicação eficaz no sentido de apresentar argumentos que possam compor essa dimensão noticiosa baseada num composto argumentativo que possa dualizar desenvolvimento local com sustentabilidade. A propósito sugere o autor que, a profundidade da cobertura é possível desde que haja planejamento ordenado para suprir os meios de comunicação, dando aos profissionais que decidem as pautas, elementos seguros e bem fundamentados que possam garantir boas notícias em espaços adequados e com efetiva organização que possa mostrar o ambientalismo muito mais forte do que as inserções como fatos passageiros, e somente dessa forma é possível entrar na opinião pública e ganhar espaço nas discussões, nas agendas de governos e nas formulações de políticas públicas. É preciso romper com os estereótipos de produção de notícia que limitam a cobertura ambiental que “se tornou institucionalizada” (HANNIGAN, 2009, p.139) quer seja nas

páginas de economia onde o problema ambiental é colocado como negócio verde com crescente relevância ou na argumentação científica que traz elementos físicos como base do conteúdo noticioso para impressionar e não para formar opinião ou gerar conceito.

## 2.4 – ESTRUTURA DO DISCURSO AMBIENTAL

O discurso tem fundamental importância na formação de políticas públicas ambientais para um espaço agrário, desde que bem estruturado e fundamentado para orientar ações. Em seu estudo sobre o tema, Hannigan (2009) define como o significado dado às realidades físicas e sociais, a partir do conceito dado por Hajer, de que se trata de um conjunto de elementos que resulta em ações práticas, e esse enredo considerando como a percepção ambiental construída a partir de ações de comunicação que podem ser verbal ou não-verbal. A formulação do discurso ambiental é importante ainda para a propagação através dos meios de comunicação, para as palestras e debates sobre o tema, para as ações de educação ambiental e nas demais formas de levar ao público alvo os interesses não só de ações de proteção, mas também de construção de consciência ambiental em suas diferentes abordagens. Os resultados de qualquer ação que envolve o meio ambiente estão diretamente relacionados com a forma como o discurso é construído, e dessa preocupação, Hannigan discorreu sobre a construção do discurso ambiental destacando elementos lingüísticos e de persuasão conforme veremos iniciando a partir dos três tipos de discursos: arcádico, ecológico e justiça social.

O *discurso ambiental arcádico* é composto de *externalidade* onde a natureza aparece construída como algo que atua fora da vida humana, a *iconicidade* que representa a presença de uma imagem visual que torna ícone de uma causa ambiental, e a *complementaridade* que é a combinação da sociedade urbana industrial e do social e as relações de todas as doenças ambientais com esses grupos. No discurso arcádico também aparece o contexto de *selvagem* que surgiu na América do Norte no começo do século XX, a partir do movimento Back to Nature, onde surge um personagem ameaçador na estória formando um aspecto mítico que causa uma aparente apatia com o enredo da história. Essa construção mítica aparece inclusive em muitas literaturas como no caso de Chapeuzinho Vermelho, A Bela e a Fera, Pedro e o Lobo e tantos outros

contos que narram a mata como “um lugar perigoso para as crianças andarem sozinhas” (HANNIGAN, 2009, P.66).

No *discurso ecológico* a argumentação predominante aparece nas afirmações científicas que começaram a ganhar dimensão na sociedade a partir de 1866 por Ernest Haeckel, um darwinista precursor do termo *ecologia* nos discursos ambientais, que mais adiante ganhou novas variações e conceitos a partir de novas reconstruções. Essa argumentação sempre sustentada em depoimentos de cientistas e especialistas, tidos como ecologistas, que já na década de 1970 foram saindo da esfera de cientistas para colaboradores e debatedores ambientais na busca de subsidiar a construção de consciências e aperfeiçoamento do discurso ambiental. Numa variação desse movimento, surgiram alguns ecologistas tecnologistas que chegaram ao extremo de acreditar que seria possível reconstruir qualquer ação natural a partir da utilização e criação de ferramentas tecnológicas, mas com o tempo essa tese decaiu a partir do entendimento que alguns elementos físicos e naturais são incapazes de serem reconstruídos ou substituídos.

Outro tipo de discurso abordado por Hannigan é o de *justiça social*, a partir da década de 1980, que também surgiu nos Estados Unidos, porém diferenciando em muito dos demais discursos ambientais, estando firmado em diversos argumentos legais, onde o direito humano aparece sobre a natureza e os fenômenos e na defesa do indivíduo de alguma forma afetado, como nos casos de desastres e sinistros ambientais. O autor identifica em seu estudo alguns componentes que destaca na construção desse discurso, a saber: “o direito a informação sobre uma determinada situação; o direito a uma audiência séria quando as reclamações de contaminação são feitas; o direito de compensação daqueles que poluíram uma localidade em particular; e o direito de participação democrática em decidir o futuro da comunidade contaminada”, (p.76). Tais argumentos compõem a retórica desse discurso sustentado por termos e linguagens apropriadas, incorporando elementos de direito e proteção a vida como fundamentação argumentativa na construção dessa retórica.

O trânsito entre o discurso ambiental e a ecologia política também ganhou dimensão no estudo de Hannigan (2009) com o surgimento da nova *ecologia política*, que constrói o discurso a partir da sociedade local e seu ambiente, considerando as necessidades de sobrevivência e a sustentabilidade. Nesse discurso é considerado as

experiências dos povos do lugar, as condições socioeconômicas e a análise de aspectos históricos das relações de passado colonial e imperial com o meio e a sociedade em estudo, o que Escobar *apud* Hannigan (2009) considera uma forma de capitalizar a natureza. A ecologia política busca o consenso da discussão de métodos que vem do sistema de defesa da natureza com o discurso estatal e de outras organizações, na tentativa de construir um discurso nacional e global focado no preservacionismo.

Para melhor eficiência do discurso ambiental, Hannigan (2009) sugere a escolha correta dos argumentadores que são os atores que promovem o debate e discussão de idéias, e esses porta-vozes saem de grupos de alta relevância científica como médicos, cientistas e outros especialistas, e ainda, oriundos do meio artístico personificados em pessoas de evidências nas mídias, e esses interlocutores difundem os discursos entre as causas e os diferentes públicos. Esse elenco de argumentadores deve ser bem amplo e diversificado para alcançar com mais eficiência os objetivos de cada campanha, idéia ou conceito a ser implantado, defendido ou contestado diante da sociedade. A construção dessa arena de diálogos envolvem processos alternados que, segundo Hannigan, são implantados de forma coletiva ao redor do problema social, nos seguintes subprocessos:

(...) *animando o problema* (estabelecendo áreas de direito, desenvolvendo constituintes, selecionando aconselhamento e repassando capacidades e informação); *legitimando o problema* (procurando expertise e prestígio, redefinindo o escopo, como, por exemplo, de uma questão moral para uma questão legal, construindo respeitabilidade, mantendo uma identidade separada); e *demonstrando o problema* (competindo por atenção, juntando forças, por exemplo, construindo alianças com outros argumentadores, selecionando informação de apoio, convencendo ideólogos de oposição, aumentando os limites de responsabilidade). (HANNIGAN, 2009, p. 103).

Sugere ainda que os argumentos devam estar engajados em atividades variadas, dando suporte ao discurso, dimensionando e juntando os argumentos ambientais, nomeando os problemas e distinguindo em classes para melhor tomada de ação. Como os problemas ambientais geralmente partem de fatores da área de ciência, e outros que vêm moldurados nas experiências de vida, e essas preocupações precisam de debate e de alcance local, regional, nacional ou global. O discurso adequado utilizado nos meios de comunicação, nas formas de relações públicas, nas ações de educação ambiental, e

demais formas de exposição das mensagens visando o conhecimento, a formação de consciência e a estruturação de ideais.



**ANÁLISES**



## **CAPÍTULO 3 – ANÁLISES DOS RESULTADOS**

As análises que seguem estão estruturadas a partir dos resultados obtidos na pesquisa quantitativa/qualitativa com 60 questões abertas e fechadas, onde 20 entrevistados sendo produtores e produtoras rurais em regime de agricultura familiar, responderam ao formulário (ver anexo) com perguntas direcionadas a conhecer aos: Aspectos Socioeconômicos, Percepção Ambiental, Espacialidade, Cultura e Religiosidade, e Recepção da Comunicação. Para compreender os resultados apresentados na pesquisa, foram estudados métodos, técnicas apresentadas no Capítulo 1, e os elementos teóricos contidos no Capítulo 2. O enriquecimento das análises foi obtido com o acréscimo dos depoimentos de pessoas que se propuseram a contar a história do lugar, a partir de suas próprias histórias, dentro da temática ambiental e dos demais objetivos dessa dissertação que é compreender a percepção ambiental dos produtores rurais do entorno da Floresta Nacional do Jamari, conhecer as formas de organização social, entender os motivos que nortearam o modelo atual de ocupação do espaço, e estudar e reunir elementos da comunicação social que possam contribuir com a percepção e espacialidade.

### **3.1 - ASPECTOS SOCIOECONOMICOS**

Entre os 20 entrevistados, 60% possuem áreas de terra de até quatro módulos fiscais, totalizando em média 240 hectares em equivalência regional, medida esta que caracteriza propriedade rural em regime de agricultura familiar. Outros 40% dos entrevistados são possuidores de propriedades rurais menores, caracterizadas como chácaras localizadas no mesmo recorte. Os chacareiros possuem posses de terra localizadas mais pertos da cidade ou adquiriram pequenas áreas de uma propriedade existente pelo projeto de colonização rural. A prática de vender pedaços dos imóveis rurais foi observada em algumas propriedades, onde um possuidor vende para um parente ou amigo uma pequena parte do lote, ocorrendo como forma de ajudar alguém de laços familiares ou de amigos a ter uma pequena porção de terra para trabalhar e sobreviver, ou então ocorre a venda quando um produtor rural necessita de dinheiro para algum investimento e diante de algum tipo de dificuldade para conseguir recursos bancários optam pela venda imediata para compor a capitalização necessária ao investimento ou outra necessidade. Todos os entrevistados pela pesquisa

quantitativa/qualitativa declararam serem os legítimos proprietários, não tendo nenhuma citação para a condição de exploração como posseiro, arrendatário, parceiro ou comodatário, porém, a documentação existente por recibo de compra e venda se percebe em grande parte das propriedades o que num futuro geraria problemas como o litígio com possíveis herdeiros que venham desconhecer ou ignorar a transação efetuada apenas com recibo sem a existência de escritura pública que legitima a posse ao comprador.

Entre os produtores rurais entrevistados que se consideram proprietários, 80% são homens demonstrando a tendência de masculinização crescente no País nos últimos 50 anos. Os 20% do gênero feminino que declaram proprietárias são frutos da regulamentação da mulher rural como trabalhadora, saindo da condição de dona de casa como ocorria no passado. As mulheres que declaram proprietárias de fato são e reconhecem seus direitos de trabalhadora rural, uma conquista de gênero promovida pela luta dos movimentos sociais que representam o segmento, e que através das diversas reivindicações contemplou na Constituição Federal de 1988, os direitos previdenciários, garantia que caracterizou a mulher como trabalhadora rural e não mais como dona de casa como antes era considerada. Não apenas os movimentos sociais propagam essa condição legal da mulher trabalhadora rural, como também o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE que promove campanhas de documentação da mulher rural, dando as devidas orientações dos direitos de gênero, e emitidos os documentos necessários para o exercício da cidadania. O papel da mulher na propriedade rural é importantíssimo, sendo esta a responsável pela educação dos filhos, serviços domésticos, e por grande parte da mão-de-obra no campo em diversos pequenos serviços que consomem muito tempo e condicionamento físico e emocional. Essa característica da mulher rural brasileira é encontrada também no entorno da Flona do Jamari, onde observamos suas atividades cotidianas nas propriedades e nos lares, com importante participação da mulher na mão-de-obra rural.

Quanto aos 80% de homens remete a masculinização da mão-de-obra rural que é tema de estudos de movimentos migratórios que caracterizam como tendência que acompanha o êxodo rural. Sobre este assunto, Camarano & Abramovay (1998) apontam a desruralização progressiva, principalmente pela crescente saída do jovem do campo em busca de novas alternativas nas cidades, como o fator que vem acarretando maior participação da mulher na mão-de-obra nas pequenas propriedades rurais. Como o

marido e esposa ficam sós, ou acompanhados de poucos filhos e muitas das vezes ainda crianças, os trabalhos na propriedade acabam divididos ou acumulados sobre o casal que dão conta dos afazeres rotineiros do lar e do campo. Este fenômeno ocorre no espaço pesquisado caracterizado pelo êxodo de jovens que saem do campo e seguem para a vida urbana para a continuidade de seus estudos e para a busca de empregos já que a pequena propriedade no entorno da Flona do Jamari não oferece condições para a sobrevivência de toda família, uma vez que ao chegar a fase adulta os filhos constituem suas famílias e precisam dar o suprimento necessário, o que dificilmente encontrará numa pequena propriedade com o solo já desgastado e com baixa fertilidade e limitado espaço para o cultivo agrícola.

Quanto ao envelhecimento da mão-de-obra no campo, esta pesquisa indica que 50% dos entrevistados estão com idade acima 55 anos, fase esta da vida que a capacidade de rendimento no campo reduz, e conseqüentemente, provoca a alteração de culturas agrícolas na pequena propriedade causando o abandono de lavouras para as práticas com mão-de-obra mais estáveis como a pecuária leiteira visto como ocorrência comum na área pesquisada. Se agruparmos os entrevistados acima de 46 anos de idade, teremos uma maioria de 75% dos proprietários rurais em regime de agricultura familiar na região, o que demonstra um índice maior de pessoas que tendem a minimizar o ritmo de trabalho na lavoura.

Outro ponto que requer atenção é que nenhum produtor que declarou ser dono da propriedade teria idade menor que 25 anos, o que pode comprometer o futuro da pequena propriedade no entorno da Flona do Jamari, diante da nova pressão que é a monocultura concentrada na produção de soja que mais adiante estaremos dissertando. Sobre essa problemática da mão-de-obra familiar, Camarano & Abramovay (1998) consideram que a migração do jovem e do gênero feminino é a que mais cresce no Brasil, e observamos a mesma tendência na área pesquisada onde não apenas os jovens, mas também algumas mulheres seguem para a cidade, e como consequência a produção cai ainda mais já que sozinho o homem não dá conta de todas as atividades. O envelhecimento da mão-de-obra no entorno da Flona do Jamari é uma tendência de redução do trabalho na pequena propriedade que no momento encontra na pecuária e cultivos de subsistência as formas de suprir as necessidades econômicas das pequenas propriedades.

**Tabela 1. Faixa etária dos proprietários rurais – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Faixa etária     | Percentual |
|------------------|------------|
| De 18 a 25 anos  | 0%         |
| De 26 a 35 anos  | 10%        |
| De 36 a 45 anos  | 15%        |
| De 46 a 55 anos  | 25%        |
| De 56 a 65 anos  | 30%        |
| Acima de 65 anos | 20%        |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Se a mão-de-obra no campo está envelhecendo, e isso é um problema para o futuro dessas propriedades, a incerteza vai além quando analisamos a quantidade de integrantes da família residindo no local. A maioria de 55% dos entrevistados declarou a composição familiar residente na propriedade, acima de quatro integrantes, mas essas famílias já não são tão numerosas como no passado o que garantiria a continuidade do ciclo familiar na propriedade do entorno da Flona do Jamari, quando pelo menos um dos filhos seguiria na vocação dos pais para continuar na manutenção da propriedade. Foi percebido que em muitas residências os moradores do lar são netos que fazem companhias aos avós. Com os jovens chegando em idade de estudar em cidade e suprir suas necessidades a partir de empregos em comércios e indústrias, em pouco tempo essas famílias estarão também reduzidas e passando pelas restrições de mão-de-obra que se observam nas demais famílias com menos integrantes.

Outros 30% das famílias residentes são compostas de dois a três integrantes, e 15% com apenas um morador residente no lugar e observamos que a tendência é que esse percentual de solitários cresça, pois os jovens, adolescentes e crianças que compõem as famílias estão crescendo em idades, seguindo a tendência de terminar os estudos e seguir para a cidade num ciclo que enfraquece a pequena propriedade. Ficar no campo já não representa mais perspectiva de futuro diante de propriedades com solos antropizados, falta de condições para tornar a pequena propriedade mais produtiva, e a incerteza da prosperidade para as novas gerações no espaço que para seus pais ou avós foi um eldorado.

A educação rural tem papel fundamental na definição de um futuro agrícola para famílias rurais, desde que sua metodologia seja direcionada às técnicas e práticas agrícolas inovadoras, visando fixar os mais jovens no campo dando continuidade ao

ciclo familiar de produção agrícola, não sendo o que ocorre em Itapuã do Oeste. Nas conversas com os moradores do lugar ouvimos queixas de que a escolinha rural da comunidade foi desativada e um ônibus busca os estudantes para as escolas instaladas na cidade. Essa iniciativa foi justificada pelo poder público como ação estratégica de redução de custos e melhoramento na qualidade de ensino, diante do baixo índice de matriculados que não compensava para o município a manutenção da escola rural com padrão de qualidade. Como a cidade não fica distante compensa para a Prefeitura o traslado para que as crianças e adolescentes estudem em escolas melhor equipadas, mas as escolas urbanas tem metodologia de ensino direcionada para os modos de vida da cidade, e essas crianças e adolescentes estão já se inserindo num modelo de ensino que os distanciam cada vez mais do campo, preparando-os para viver na cidade, o que pode elevar o índice de pais solitários e envelhecidos vivendo nas propriedades muito mais como casa de campo do que mesmo como modos de vida rural.

Observamos que mesmo nas famílias mais numerosas ainda existem jovens e adolescentes que são dependentes dos pais, mas a tendência é o êxodo para a cidade, quando entrarem na idade juvenil, onde podem dar continuidade aos estudos e conseguir emprego no comércio já que a renda nas pequenas propriedades não suporta sustentar o crescimento da família a medida que os filhos crescem e constituem suas famílias. A maior idade é a porta de saída para o perímetro urbano, do qual o jovem rural não mais sairá, constituindo um novo plano de vida não incluindo a vida rural.

Quanto à organização social dos produtores rurais, demonstra haver uma maior importância nas filiações em sindicato e associação (ver Tabela 2), até porque são as instituições que podem proporcionar em curto prazo algum tipo de auxílio, como a aposentadoria rural (um benefício previdenciário que depende da anuência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR com a emissão de declaração que possa comprovar o exercício da atividade rural), além de assessorar nas obtenções de outras comprovações exigidas pela legislação junto ao INSS. Depois de receber o benefício da aposentadoria como trabalhador ou trabalhadora rural, que torna a base da renda familiar, alguns produtores desfiliam-se do sindicato para economizar o dinheiro da contribuição mensal. A Associação dos Produtores Rurais de Itapuã do Oeste - AROESTE, localizada no quilômetro cinco da linha 618, ao lado da Comunidade Nossa Senhora Aparecida é o canal de busca e recebimento de benefícios que vem de governos como: a rara utilização de máquina (trator de pneu) disponibilizada algumas vezes pela

prefeitura, a possibilidade de receber hora máquina de equipamento para fazer um tanque para criação de peixes, a promessa da chegada de equipamento próprio para a associação visando atender aos filiados, seriam benefícios para atrair sócios desde que ocorressem em proporção que resolvesse os problemas dos produtores rurais, mas esses benefícios quando chegam não contemplam a maioria que questionam a inoperância da AROESTE, o mesmo ocorrendo com a cooperativa que não atua mais na comunidade. A ausência de filiação em cooperativa é indicador de individualismo no que se refere à produção, trazendo como uma das consequências à falta de ação concentrada em culturas agrícolas que possam render mais, criando cadeia de valor para a produção cooperada, que seria a redenção para o campo. É comum ouvir afirmações de que a cooperativa tornou-se inoperante porque os diretores não se interessaram pelos associados. Essa é uma típica resposta em espaços agrários onde não há uma política de incentivo e de orientação ao cooperativismo como forma de fortalecimento da agricultura familiar, numa demonstração de desorganização patrocinada pelo poder público que não auxilia com o extensionismo rural capaz de promover melhor compreensão e organização dos produtores. Esse tipo de organização cooperada quando estimulada e promovida corretamente gera mais capacidade produtiva, pois eleva a produção ao organizar os ciclos econômicos formando uma cadeia de valor, e consequentemente resultando em mais lucratividade, agregando valor, somando em volume, e reduzindo custos distribuídos proporcionalmente entre as partes cooperados. Essa falta de visão empreendedora por meio de cooperativismo é uma resistência cultural onde não há conhecimento legal do sistema de trabalho cooperado e suas vantagens competitivas.

**Tabela 2. Organização social dos proprietários rurais em regime de agricultura familiar – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Organização social                       | Percentual |
|--|------------|
| Sindicato de Trabalhadores Rurais        | 14%        |
| Associação rural                         | 18%        |
| Sindicato e associação                   | 14%        |
| Cooperativa                              | 4%         |
| Filiado Sindicato/Associação/Cooperativa | 4%         |
| Não filiado a nenhuma entidade           | 46%        |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

A associação de produtores contava na época da pesquisa com 37 associados, mas a participação desses nas reuniões e assembléias não foi percebida com expressividade que possa caracterizar fortalecimento do grupo. Entre os colaboradores notamos muitos comentários sobre a atuação da entidade, numa consideração de diversas dúvidas sobre as gestões passadas, às quais podemos avaliar como caracterização de descrédito com a organização que poderia ser muito útil à comunidade, caso fosse fortalecida e assim obteria mais força para pleitear benefícios. Nem mesmo uma nova diretoria à frente da AROESTE foi capaz de estimular novas adesões o que somente com a chegada de benefícios poderá reverter tamanho descrédito.

Tem essa associação aí que diz que vai melhorar pra muita gente... para o agricultor, mas acho difícil. Para os mais francos acho que não vai mudar não... isso aí é só pra eles mesmo... aí no meio tem uns bicho muito sabido e os mais fracos fica pra traz. (Agricultor não identificado para preservar a fonte, em entrevista gravada em 01/02/2014).

Declarações como essas foram ouvidas de outros produtores que também se sentem excluídos dos benefícios da associação que os representa, apesar de que a entidade viveu momentos de marasmo, e pelo que se ouve entre os dirigentes, isso ocorreu por falta de comprometimento e participação dos associados nas ações e reuniões, juntamente com a inoperância dos diretores que conduziram a entidade anteriormente. De outro lado, pudemos perceber o entusiasmo dos novos diretores da AROESTE, que esperam reverter essa percepção, acreditando que conseguirão recursos para melhorar as condições de produção e fortalecer a comunidade. Esperam apoio político para conseguir um trator de pneu equipado com implementos que possam gradear a terra e aplicar o calcário fornecido gratuitamente pelo Governo do Estado, mas o produto acaba não chegando a muitas propriedades por causa do custo final. Alguns produtores disseram que o custo com a logística do calcário torna inacessível para a maioria dos pequenos agricultores, uma vez que o Governo fornece o calcário, mas para o transporte do produto e a locação de equipamento para fazer a aplicação, dependendo da quantidade de área a ser beneficiada, pelo que lamentam, o custo não compensa aos produtores com menores áreas. O novo presidente da associação, Adailton Pasqualette de Souza, com 30 anos de idade, é um entusiasta pelo fortalecimento dos agricultores da comunidade através da participação ativa na organização. Residente na linha 618 a nove anos, conta que acompanhou os melhores

momentos da comunidade com a chegada da energia elétrica e a melhoria das estradas. Foi eleito a presidente da AROESTE depois de viver a experiência de ser o líder da comunidade católica local por dois anos. Como presidente da associação, já conseguiu arrecadar dinheiro numa festa beneficente e adquiriu um terreno equivalente a um alqueire (medindo 170 metros de frente por 200 de fundo) para instalar a sede da associação, aproveitando a estrutura onde antes funcionava uma escola rural em alvenaria com banheiros, duas amplas salas de aulas e uma sala administrativa e que foi repassada pela Prefeitura de Itapuã do Oeste para a Associação através de um termo de responsabilidade. O agricultor Adailton sabe da dificuldade para conseguir benefícios para os associados, mas a vontade de ver a comunidade produzindo estimulou a aceitar o compromisso de presidir a AROESTE e tirar a entidade do marasmo e da inoperância.

Primeiro eu aceitei o desafio porque nossa associação não é nova, é uma associação velha e nunca teve alguém que se interessou por ela, e eu resolvi aceitar esse desafio pela comunidade, e correr atrás de benefício que seria um trator agrícola, que não temos ainda e que faz muita falta. Deixamos de produzir, então, sentimos a falta de maquinário para a preparação do solo para plantio. (...) Seria mesmo a falta de incentivo por não ter maquinário, por não ter calcário, porque nossa terra é fraca e necessita muito de calcário, adubo, e fica caro para o sítio comprar o calcário. Então se a gente tivesse um apoio do governo nessa área, quem sabe produziria mais. Tem gente que até planta algumas culturas, mas o rendimento não é bom por falta de maquinário. Já estivemos com o Governo do Estado e deixamos um projeto na mão do nosso governo... tivemos com os deputados, então, estamos aguardando e esperamos que as respostas deles sejam boas... É projeto para máquinas e equipamentos agrícolas. (Adailton Pasqualette de Souza, entrevista gravada em 24/01/2014).

O desejo dos agricultores é aumentar a produtividade, mas enfrentam o problema da baixa fertilidade do solo. Entendem que a solução seria mecanizar a terra e fazer a recuperação de solo com calcário, e essa meta somente poderá acontecer quando tiverem trator à disposição, uma possibilidade que não alcançarão sozinhos, dependendo de apoio político para angariar recursos públicos que possam garantir as aquisições de máquinas agrícolas e demais equipamentos necessários para a comunidade. A Associação tem planos de conseguir um equipamento para o uso coletivo dos associados, mas dependem de apoio político para que o pleito seja alcançado. O desejo de produzir mais está evidente em toda conversa com os produtores que demonstram conscientes da possibilidade de fazer a terra render mais. Atualmente a principal atividade é a criação de gado conforme declarado por 48% dos entrevistados. A agricultura com a formação de lavoura é a principal atividade em 22% das propriedades, seguido de fruticultura com 12%. A indicação na Tabela 3 do percentual de 3% que



declarou não produzir nada se refere a pequenas chácaras utilizadas apenas como moradias.

**Tabela 3. Principais atividades das propriedades – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Atividades produtivas | Percentual |
|-----------------------|------------|
| Criação de gado       | 48%        |
| Criação de suínos     | 3%         |
| Agricultura           | 22%        |
| Criação de peixes     | 3%         |
| Hortaliças            | 3%         |
| Fruticultura          | 12%        |
| Outras atividades     | 6%         |
| Não produz            | 3%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Procuramos compreender a importância econômica do gado para a pequena propriedade e 25% declarou que a criação de bovinos representa 100% da renda da propriedade (Tabela 4). Os 30% que disseram que o gado não tem representação econômica é que a propriedade sobrevive de outras atividades ou é utilizada apenas como moradias, como no caso de algumas chácaras existentes nesse espaço. Outro fenômeno é que muitos produtores já estão aposentados com renda mensal que garante a sobrevivência, e diante das dificuldades já observadas e relatadas anteriormente, tais produtores limitam no cultivo de pecuária de subsistência que auxilia na renda familiar e da propriedade. Esses agricultores são de baixa capacidade econômica e o rebanho existente é resultado de aquisições feitas geralmente com recursos próprios, limitando em algumas reses que reproduzem a cada ano e em lenta escala vão crescendo o quantitativo de animais no pasto. As reses fêmeas são mantidas para a procriação e produção de leite, enquanto que os machos são comercializados para o corte quando atingem tamanho e peso consistentes para a comercialização. Neste ciclo o crescimento do rebanho ocorre de forma lenta e à medida do nascimento de machos e fêmeas.

**Tabela 4. Importância econômica do gado para a renda da propriedade – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Importância econômica do gado | Percentual |
|-------------------------------|------------|
| 100% da renda da propriedade  | 25%        |
| Até 70% da renda              | 20%        |
| Até 50% da renda              | 10%        |
| Até 30% da renda              | 5%         |
| Até 10% da renda              | 10%        |
| Não tem importância econômica | 30%        |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

O gado nessas propriedades é criado a pasto e não houve nenhuma citação de confinamento. Esse modelo de cultivo requer manejo adequado de pastagens com pastos divididos de forma que o rebanho vai sendo alternado nos talhões, possibilitando a recomposição das gramíneas comidas e pisoteadas. O custo para formar essas estruturas nos pastos requer custos com cercamentos o que nem sempre é possível dentro de um sistema de manejo adequado. Desse modo, observamos muitas pastagens em condições baixas de suplementação, principalmente no período de verão com escassez de chuvas e ausência de irrigação hidráulica, deixando os pastos raros afetando a engorda e produção de leite. O rebanho está no pasto como investimento e quando o agricultor precisa de dinheiro vende uma rês para sair do aperto, para um tratamento de saúde de alguém da família, ou para completar o dinheiro de outro investimento ou aquisição. A principal renda do rebanho vem do fornecimento de leite para o laticínio indicado por 76% dos entrevistados (Tabela 5), mas a produção leiteira em quantidade depende de animais com melhoras genéticas, pastagens fartas, suplementação mineral e vegetal, além de outras condições inacessíveis ao pequeno criador. Durante a Festa do Abacaxi realizada pela AROESTE, na edição de junho de 2014, durante o concurso leiteiro observamos que a produção das vacas selecionadas para a competição tiveram a média diária de duas ordenas totalizando entre 20 a 30 litros de leites, estando dentro da média regional, mas são poucos os exemplares que atingem a esta capacidade de produção na região pesquisada, estando os produtores na dependência de vacas com média ou baixa produção leiteira. Em competições com rebanho de grandes propriedades a média diária de duas ordenhas somam entre 40 a 60 litros.

**Tabela 5. Principal fonte de renda com o gado – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Fonte de renda do gado               | Percentual |
|--------------------------------------|------------|
| Fornecimento de leite para laticínio | 76%        |
| Venda de leite direto ao consumidor  | 0%         |
| Produção de queijo                   | 0%         |
| Produção de outros derivados         | 0%         |
| Venda de gado para o abate           | 12%        |
| Consumo próprio                      | 6%         |
| Aluguel de pasto                     | 6%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Outra informação que procuramos compreender foi sobre os coletivos de animais cultivados e o quantitativo desses animais, e os resultados indicaram a criação

de galinhas caipiras como a principal alternativa para os pequenos produtores, diante da facilidade de criar e vender as aves para o abate, além da comercialização de ovos que garante dinheiro na mão na hora que a família precisa. Essas aves são comercializadas entre vizinhos, para atravessadores, e principalmente na venda direta ao consumidor na feira livre. O gado, patos e suínos também são criações que ajudam na sobrevivência das famílias pesquisadas (Tabela 6). Criações de espécies como ovelhas e suínos são pequenas mas ajudam na renda da propriedade sendo que podem ser comercializados mais rápidos em caso de necessidade imediata de dinheiro. Parte das criações variadas servem ainda como complementação alimentar das famílias que tem os exemplares na propriedade e podem ser abatidos e armazenados domesticamente para o consumo de determinado período. Já a indicação de animais silvestres foi de criação como estimação no caso de uma capivara que foi adotada por uma família quando ainda filhote e desgarrou do bando sendo criado em mamadeira, e outros animais citados são os loros, aves preferidas porque aprendem palavras e traçam alguns diálogos ensinados pelos donos.

**Tabela 6. Quantitativos e tipos de animais criados na propriedade – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Quantitativo de animais criados | Quantidade/Unidade |
|---------------------------------|--------------------|
| Gado                            | 464                |
| Galinhas                        | 835                |
| Patos                           | 120                |
| Equinos                         | 22                 |
| Ovinos                          | 26                 |
| Caprinos                        | 0                  |
| Suínos                          | 69                 |
| Animais silvestres              | 3                  |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

A produção agrícola encontrada é para subsistência e quando há excedente é vendida em feiras. O abacaxi que aparece na pesquisa com 18% de indicação de produção (Tabela 7), vem se tornando alternativa para produção em grande escala por dar bom rendimento, grande quantidade de produção em pequeno espaço agrícola, e por se adequar a tipologia de solo da região. Os produtores que trocaram a criação de gado pela fruticultura com o cultivo do abacaxi estão satisfeitos com os resultados obtidos. O fruto é de grande aceitação comercial e de venda fácil, tendo esses produtores clientes certos que compram em grande volume. A irrigação proporciona possibilidade de produção em todas as estações independente de fatores climáticos. Mesmo os

produtores que não dedicam exclusivamente a fruticultura tem produzido o abacaxi como complementação econômica da propriedade, tornando a região conhecida pela quantidade de frutos produzidos com qualidade. Os principais compradores são comércios do estado de Rondônia, mas observamos que grandes produtores exportam suas safras para estados vizinhos como Mato Grosso e Amazonas.

Outro produto muito cultivado é a banana que também tem mercado garantido por ser um fruto muito consumido pela população. O cultivo da banana ocorre principalmente em novas roças abertas em áreas derrubadas ou no sobreamento de plantações de outras espécies, agregando renda e valor por essa técnica agrícola de cultivo em pequena propriedade. O feijão é produzido para subsistência e venda de excedente em feiras livres, o mesmo ocorrendo com o milho verde e hortaliças. A mandioca tem espaço maior nas roças porque é matéria prima para a produção de farinha, produto muito consumido e de fácil comercialização, proporcionando boa lucratividade e com isso, atraíndo interesse desses pequenos produtores.

**Tabela 7. Quantitativos da produção agrícola da propriedade – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Produção agrícola   | Percentual |
|---------------------|------------|
| Feijão              | 3%         |
| Farinha de mandioca | 12%        |
| Milho               | 18%        |
| Melancia            | 0%         |
| Abacaxi             | 18%        |
| Banana              | 22%        |
| Café                | 3%         |
| Hortaliças          | 12%        |
| Cupuaçú             | 12%        |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

A cadeia de comercialização é importante para garantir a lucratividade, mas em Itapuã do Oeste os atravessadores tem considerável influência nas negociações, pois 25% dos entrevistados disseram que vendem o cultivo agrícola para atravessadores que geralmente compram na propriedade e se encarregam do transporte, sendo mais cômodo para o agricultor que não tem veículo. Se de um lado a venda na porta da propriedade torna-se mais cômodo, de outro lado, os preços pagos são baixos reduzindo a lucratividade. Não existe no município de Itapuã do Oeste políticas públicas que incentivem a produção e comercialização a não ser o Feirão do Produtor onde os produtos são vendidos a granel em litros, quilos e porções. A Prefeitura de Itapuã do

Oeste disponibiliza caminhão para o transporte dos agricultores e dos produtos que são vendidos aos domingos no Feirão, o que garante renda semanal para os que dependem das lavouras e das criações (Tabela 8). A venda para as escolas públicas para o abastecimento da merenda escolar é alternativa já apresentada por alguns produtores que são cadastrados e cumprem as exigências legais para o fornecimento de qualidade e a devida entrega dentro de prazos e condições padrões para esse consumo. Essa alternativa valoriza a produção local, estimula ao consumo de alimentos de época e frescos, além de socializar os recursos públicos estimulando o aquecimento da economia local. O comércio entre vizinhos também representa importância para a economia do espaço pesquisado.

**Tabela 8. Ciclo de comercialização da produção agrícola – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Ciclo de comercialização                | Percentual |
|---|------------|
| Venda ao atravessador                   | 25%        |
| Venda em feiras livres                  | 17%        |
| Venda aos vizinhos                      | 17%        |
| Venda direta aos comércios revendedores | 33%        |
| Merenda escolar                         | 8%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

A baixa produção agrícola tem como principal indicador a qualidade do solo que não corresponde aos plantios. A percepção dos produtores rurais é de que poderiam ter propriedades mais lucrativas caso pudessem corrigir o solo e preparar a terra para a lavoura, mas precisam de implementos e maquinários que não possuem. O órgão de assistência técnica do Estado não possui condições para atender a demanda dos produtores com o extensionismo e assessoramento técnico.

Durante as conversas que tivemos, os 47% que afirmaram a baixa fertilidade do solo como principal problema para o cultivo agrícola, alegam que gostariam de produzir lavouras, de ver o campo produtivo, mas não tem como, diante das impossibilidades econômicas e da falta de políticas públicas que não proporcionam subsídios aos agricultores. O baixo preço de mercado foi indicado por 17% dos entrevistados que desistiram de plantar, de colher e não ter lucro no negócio (Tabela 9). Naturalmente se os preços compensassem os produtores fariam os investimentos necessários para o aumento da produtividade na certeza de honrar os compromissos e obter ganhos, mas a

falta de política de comercialização impede a geração de cadeia de valor para a comercialização da produção da agricultura familiar.

**Tabela 9. Principais problemas para o cultivo de lavoura na propriedade – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Problemas para o cultivo     | Percentual |
|------------------------------|------------|
| Pragas                       | 8%         |
| Falta de cerca               | 0%         |
| Preço de mercado             | 17%        |
| Falta de assistência técnica | 8%         |
| Falta de financiamentos      | 0%         |
| Falta de sementes            | 0%         |
| Baixa fertilidade do solo    | 47%        |
| Falta de irrigação           | 8%         |
| Inviável                     | 8%         |
| Mão-de-obra indisponível     | 4%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

A segurança alimentar é constatada nos tipos de cultivo e na indicação de que grande parte dos agricultores compram alimentos industrializados para o consumo. Quando recebem o dinheiro do leite ou da venda de produtos agrícolas fazem os ‘ranchos’ que é a compra de alimentos para o consumo em um determinado período, geralmente mensal. O complemento vem das hortaliças e legumes vindos da produção própria. A carne vermelha é comprada nos açougues na cidade de Itapuã do Oeste e nas feiras. Notamos que o peixe também é bastante consumido sendo oriundo da pesca ou da criação em represas.

Dentro das questões socioeconômicas, a pesquisa procurou compreender o nível cultural pela formação educacional dos entrevistados, uma vez que a escolaridade pode abrir novos horizontes até mesmo no planejamento de vida e gerar revoluções a partir do saber. A situação escolar dos pequenos proprietários no entorno da Flona do Jamari não é diferente de outras regiões brasileiras, apontando baixa escolaridade nessa população (Tabela 10). Apenas 5% apresentaram escolaridade de nível superior e 5% de especialistas sendo profissionais aposentados em suas carreiras que, por opção, migraram para casas de campos em busca de uma vida mais tranquila e convívio com a natureza, mas que também tornam a propriedade produtiva aderindo ao meio rural. Dos entrevistados que tem a vida camponesa como principal atividade, está à maioria de 90% dos produtores rurais, sendo que desses, 25% apenas lêem e escrevem (considerados semialfabetizados). A baixa escolaridade interfere no saber causando

limitações a essas populações que podem avançar mais a medida que adquirem escolaridade, e tenham um ensino direcionado aos modos de vida rural, proporcionando novas formas de conhecer e saber. Sobre a relação ensino-aprendizagem, Freire (1996) diz que é preciso fazer um alinhamento para a crítica educativa ao compreender que o “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção” (p. 22), e é isso que precisa ao ensino rural, não apenas oferecer escolaridade, mas transmitir um conhecimento que leve o morador à produtividade e a aplicabilidade do que aprende dentro de sua realidade de vida. Faltou esse modelo de educação no passado e o mesmo vem ocorrendo atualmente onde não há um sistema educacional rural que proporcione a fixação dos conhecimentos adquiridos para o fortalecimento e desenvolvimento local sustentável.

**Tabela 10. Nível de escolaridade dos proprietários rurais – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Escolaridade                  | Percentual |
|-------------------------------|------------|
| Lê e escreve                  | 25%        |
| Ensino fundamental incompleto | 35%        |
| Ensino fundamental completo   | 25%        |
| Ensino médio incompleto       | 5%         |
| Ensino médio completo         | 0%         |
| Ensino superior               | 5%         |
| Especialista                  | 5%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Analizamos também a documentação rural que é problema para quem pretende melhorar a propriedade ou para implementar os cultivos agrícolas, pois nenhum proprietário declarou possuir título definitivo da sua propriedade rural, documento essencial para o recebimento de benefícios governamentais e pleitos de financiamentos bancários. Alguns financiamentos que conseguem são de valores pequenos dentro de programas governamentais que por motivo social, como o PRONAF, dispensam alguns critérios de garantias previstos em linhas de financiamentos maiores. O contrato particular de compra e venda é o principal documento citado por 40% dos produtores entrevistados, documento este que não oferece garantias para obter linhas de financiamentos de valores grandes que pudessem redimensionar a agricultura familiar nessa região. Somando com os 30% que possuem apenas o recibo de compra e venda, encontramos 70% de produtores que dificilmente terão oportunidades de pleitear grandes financiamentos que poderiam redimensionar a produção nas pequenas

propriedades (Tabela 11). Diante dessa condição legal, os produtores recorrem na maioria das vezes aos recursos próprios e outros recursos alternativos para manter a propriedade, e esses recursos no entorno da Flona do Jamari veio no passado da venda de madeira e atualmente da venda de leite para os laticínios, da aposentadoria rural, e da prestação de serviços aos vizinhos. Essas receitas mantêm a propriedade rural, mas por serem poucos, deixam limitadas em termos de desenvolvimento e crescimento.

**Tabela 11. Documento da propriedade em regime de agricultura familiar – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Documento                             | Percentual |
|---------------------------------------|------------|
| Contrato particular de compra e venda | 40%        |
| Documento de posse                    | 10%        |
| Título definitivo                     | 0%         |
| Licença de ocupação                   | 20%        |
| Recibo de compra e venda              | 30%        |
| Outro documento                       | 0%         |
| Nenhum documento                      | 0%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

O tempo de residência é importante indicador para compreender o apego e identidade que o morador tem com o lugar, considerando o pensamento ratzeliano de que moradia e alimentação são importantes representações de valores de um lugar. Na Tabela 12 observamos que a minoria de 15% dos entrevistados está na região a menos de cinco anos, enquanto que 35% já residem a mais de 20 anos o que eleva o apego e cria maiores laços de identidade com o lugar em que vivem. Esse apego é a provável razão pela qual ainda permanecem numa terra mesmo diante de certas dificuldades e limitações de crescimento, mas que guarda recordações de filhos, amigos, dificuldades para desbravar, o surgimento da comunidade e outras formas de apegos. Nesse lugar escreveram suas histórias e realizaram sonhos que muitos ainda mantêm no sentido de evoluir e crescer como proprietários rurais. Quanto maior o tempo de residência num lugar, maiores são os laços criados, aumentando o apego e dimensionando o desejo de permanecer na terra, vinculados aos significados do lugar como destacado por BOLLNOW (2008), e essa influência do passado gera apego ao morador (TUAN, 1980). A participação em momentos importantes, a ajuda mútua ou a cumplicidade nos momentos difíceis em que juntos superam doenças, isolamentos por falta de estradas e de comunicação, aumentam o vínculo e proporcionam o desejo de ali permanecer num



espaço que ajudou a formar e de onde lhe vem o sustento, na percepção de sonho realizado.

**Tabela 12. Tempo de residência dos proprietários rurais em regime de agricultura familiar – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Tempo de residência | Percentual |
|---------------------|------------|
| De 1 a 5 anos       | 15%        |
| De 6 a 10 anos      | 30%        |
| De 11 a 20 anos     | 20%        |
| Acima de 20 anos    | 35%        |

**Fonte:** Ferreira, S.S. – **Sistematização de trabalho de campo.**

A vinda das famílias para a comunidade está relacionada com o discurso da década de 1970, firmado na busca de uma vida melhor, realizando o sonho de ter a terra para trabalhar, produzir e sustentar a família, o que não aconteceria em seus estados de origem por consequência de serem já colonizados e as propriedades muito valiosas, saindo das possibilidades dos colonos que trabalhavam como bóias frias, ou numa propriedade familiar sem perspectivas de crescimento, ou mesmos assalariados de alguma outra forma no campo ou na cidade em que a renda não daria para realizar um projeto de vida. Muitos vieram do Nordeste brasileiro, região castigada pela seca e de vida muito difícil e as dificuldades encontradas em Itapuã do Oeste em nada os surpreenderam. Nas narrativas sobre a chegada ao lugar ficaram claros os objetivos comuns de melhoria de vida, e que valeu a pena, pois todos estão satisfeitos por serem proprietários de uma parcela de terra e ali tiram o sustento da família ou pelo menos se sentem atendidos pela segurança alimentar. Tudo que esse morador têm está ali: a vida, a história e os sonhos ainda não vividos e representados no apego ao lugar.

Eu vim pra ficar e graças a Deus fiquei com meus amigos, com minha esposa, e se Deus quiser, e ele quer, daqui a 100 anos você vai me encontrar aqui nessa propriedade. Valeu a pena porque da onde eu vim, do Paraná, se eu tivesse ficado lá, tinha duas opções; não é desmerecendo, estaria trabalhando de boia fria ou de empreguinto na cidade porque a terra jamais conseguiria e aqui, graças a Deus não sou empregado, trabalho por conta, tenho minha terra, e foi pra isso que vim, pra ter minha terra. (Manoel Messias Lima, entrevista concedida em 24/01/2014).

A falta de perspectivas e até mesmo a dificuldade de recomeçar um novo projeto de vida em outro lugar, faz com que muitos se sintam realizados a ponto de terem escolhido aquela terra para terminar seus dias, num profundo apego e desejo de satisfação:

(...) daqui eu acho que só saio pro cemitério, porque pro Nordeste eu não volto mais. (...) Aqui só tem uns três mais velhos com uns 30 anos, mas o resto é dos mais novo. Eu mesmo quando comprei isso daqui já foi feito. Eu lutei muito, mas não era muito difícil não porque já era mais adiantado. O pessoal mais antigo já era de outros, já tinha aqueles que já tinha mais uma granazinha e já pagava uns serviços pra gente trabalhar. Eu trabalhava muito pra mim também fazendo cerca, roçando juquira, mas ai, o pessoal daqui agora é o leite... eu trabalhava ali, pro seu Antônio ali, tirando o leite de meia, ai me deu uma dor na coluna, no músculo, e ai eu não aguentei, foi o jeito abandonar. Agora eu tô mesmo aqui no sítio, e fazendo um serviço pra um, pra outro, fico assim... e assim vou levando a vida. Foi como eu comprei isso aqui. (Francisco de Souza, agricultor, entrevista gravada em 01/02/2014).

A resistência desses agricultores em permanecer no lugar, na esperança de dias melhores, é perceptiva com relação ao apego gerado pelo tempo, pela habitação, pela alimentação farta, e pela dificuldade que tiveram para conquistar a terra, enfrentar as adversidades até chegar aos dias atuais com melhor padrão de vida. Na propriedade rural está a consumação de um plano de vida de quem deixou sua terra natal para migrar para Rondônia e às duras pelezas conseguiu um pedaço de terra e nele permanece até o destino considerar uma nova possibilidade ali mesmo ou em outro lugar.

### **3.2 - PERCEPÇÃO AMBIENTAL**

A percepção ambiental dos produtores é o olhar que possuem do ambiente em que vivem e trabalham, as suas representações e o que pensam sobre um futuro construído dentro de si. Algumas perguntas foram formuladas para compreender o espaço vivido e sentido pelos colaboradores da pesquisa, questões essas que podem contribuir para a formulação de projetos socioambientais a partir da percepção desses moradores do entorno da Floresta Nacional do Jamari.

Começamos a análise por uma questão fundamental sobre o meio ambiente que é compreender sobre o uso das fontes d'água. As microbacias do recorte pesquisado correm diretamente para o rio Jamari, e não para a área da Flona, porém mantém relação com a UC, considerando que as bacias existentes dentro da floresta também são afluentes do rio Jamari e, assim, pressupõe-se que nessa parte do entorno há algum tipo de interferência que possa ser compreendida. As fontes de água são necessárias para a sobrevivência humana, dos animais e da produção agrícola, além do meio ambiente. Buscamos conhecer quais as fontes de águas potáveis utilizadas pelos moradores, onde

a maioria de 65% declarou utilizar de água de poço amazônico, um tipo de perfuração artesanal com aproximadamente 80 centímetros de diâmetro, e profundidade relativa ao lençol freático, e conforme diz o morador do entorno, o poço é escavado até achar uma boa “veia d’água” que possa abastecer a propriedade durante todo o ano. Como na Amazônia o período de chuva dura em média seis meses, e a outra parte do ano é de seca, os poços são cavados durante o Verão para que encontre a melhor fonte de água. Na Tabela 13, dos 65% que declaram utilizar esse tipo de fonte para o consumo e outras necessidades, 20% desses conciliam a água do poço com a água de igarapé, outros 5% utilizam a água de poço e de rio, e os demais conciliam o uso da água de poço com mina (15%), córrego (10%), e mina e cisterna (5%). Quando declaram a conciliação de fontes de água, no geral, as águas correntes são para animais e plantações e o poço para o consumo humano e uso doméstico.

**Tabela 13. Fontes de águas existentes nas propriedades rurais em regime de agricultura familiar – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Tipo de fonte d’água            | Percentual |
|---------------------------------|------------|
| Poço amazônico                  | 45%        |
| Poço amazônico e igarapé        | 20%        |
| Poço amazônico e rio            | 5%         |
| Poço amazônico e mina           | 15%        |
| Poço amazônico e córrego        | 10%        |
| Poço amazônico, mina e cisterna | 5%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Não foi objetivo dessa pesquisa conhecer a qualidade da água potável, mas compreender as utilizações e percepções dos produtores rurais quanto a esse recurso natural. Num conhecimento geral, a recomendação para a garantia da qualidade da água dos poços amazônicos é que estejam ao mínimo de 10 metros de distâncias de fossas sépticas, currais, pocilgas e outras unidades que possam contaminar o lençol freático, evitando principalmente a contaminação da água por coliformes fecais e outras bactérias nocivas à saúde humana. Como as fontes de águas citadas são utilizadas para abastecer aos moradores em seus usos domésticos e de consumo faz necessário alguns cuidados de tratamentos para a purificação. Constatamos que a água consumida em 80% das residências recebe o tratamento a base de hipoclorito de sódio, um composto químico (NaClO) preparado pela absorção do cloro em solução de hidróxido de sódio, que é distribuído por agentes de saúde pública, que passam nas linhas levando orientações e

fazendo as entregas das doses do composto que é adicionado à água. Apesar do percentual de 80% dos moradores entrevistados declararem que fazem uso do hipoclorito de sódio não podemos considerar como suficiente, pois uma questão que poderá servir para outra pesquisa é saber se a utilização do composto vem sendo feita de forma e dosagem correta, que possa garantir boa saúde, o que não foi objetivo desta pesquisa. A eficiência do processo de purificação da água consumida estará relacionada com a dosagem e forma de aplicação do hipoclorito de sódio, e se aliado com outras técnicas garantirá melhor qualidade final da água. No objetivo de compreender a percepção dos produtores rurais, percebemos que reconhecem a necessidade do consumo de água potável, onde obtivemos como respostas que em 70% das residências a mistura é feita diretamente na água natural, e apenas 10% passa por filtragem além do acréscimo do hipoclorito de sódio. Apesar de haver o serviço de saúde que leva informações, ainda há 20% de residências que consomem a água sem qualquer tratamento, inclusive a filtragem que é a forma mais simples e mais usual de purificação. O consumo de água *in natura* é um risco à saúde, pois, sem filtragem ou aplicação do hidróxido de sódio, a água poderá transmitir doenças como cólera, desintéria, verminoses e outros males à saúde humana elevando o índice de doenças.

**Tabela 14. Tipo de tratamento da água consumida nas residências das propriedades rurais em regime de agricultura familiar – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Tipo de tratamento de água  | Percentual |
|-----------------------------|------------|
| Água pura e hipoclorito     | 70%        |
| Água coada e hipoclorito    | 0%         |
| Água filtrada e hipoclorito | 10%        |
| Água pura                   | 20%        |
| Água fervida e hipoclorito  | 0%         |
| Água fervida                | 0%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

A forma de consumo da água pelos moradores do entorno da Flona do Jamari requer atenção de serviços de saúde pública, bem como, de projetos socioambientais que possam levar com mais clareza ou maior concentração de esforço as recomendações para a boa saúde dessa população, uma vez que percebemos que há um serviço realizado por agentes comunitários de saúde, mas que diante da forma como os moradores utilizam o composto, e da forma que armazenam a água em caixas, cisternas, ou vasilhames pressupõem-se que não seja suficiente para garantir a qualidade

necessária, até porque, observamos que em muitas propriedades o hipoclorito de sódio é lançado diretamente no poço e até que a água chegue ao consumo há uma trajetória que necessita ser estudada para constatar a eficiência ou não do processo utilizado nas residências dessa região.

Se tratando de água corrente, o maior fluxo d'água dessa natureza encontrado na região pesquisada é o General Carneiro, um rio afluente do rio Jamari (que corta grande parte do município de Itapuã do Oeste). Existem várias outras fontes como nascentes, riachos e igarapés que compõem a microbacia do General Carneiro, mas os produtores rurais tem notado que as vidas nessas águas têm diminuído juntamente com a eliminação das matas ciliares. Em 50% das propriedades pesquisadas já não existem essa cobertura de vegetação importante para a manutenção dos cursos d'água, proteção das margens contra erosão, evitando o assoreamento dos leitos, servindo também para alimentação dos peixes com as frutas e sementes que caem na água. As reservas legais, chamadas de Áreas de Preservação Permanente (APP), previstas no Código Florestal, também estão reduzidas onde 50% dos colaboradores declaram que não possuem mais essas matas em suas propriedades. Nos fatores apontados pelos entrevistados para justificar a eliminação dessas coberturas naturais, estão que as reservas legais foram desmatadas juntamente com as áreas para lavouras como forma de garantia da posse já que o desmate era visto como benfeitoria e quem não desmatasse não ficava na terra, e por parte das matas ciliares, consideramos o que narrou a maioria alegando que foram eliminadas por orientação da saúde pública para acabar com os locais de reprodução e *habitat* do mosquito transmissor da malária, uma doença febril que quando em estado avançado pode levar a morte.

O apelo da malária ainda é muito presente não apenas quando se fala em eliminação das matas ciliares, como também quando o assunto é a história de vida dos moradores mais antigos que unifica com a história temática do lugar. Diante da lembrança tão frequente da malária é certo que o apelo justificado pela SUCAM e os sofrimentos dos pioneiros com inúmeras vezes que tiveram a doença demonstra que o mosquito da malária perdeu a guerra na batalha travada nessa parte da Amazônia, mas como contra-resposta causou impacto nas propriedades ao acabar em partes ou totalmente com as matas ciliares que exercem importância aos mosquitos e a tantos outros seres vivos.

Foi terrível... aqui eu sofri... aqui a gente comeu o pão que o diabo amassou pra vencer, mas graças a Deus eu venci. Aqui tinha muita malária, eu cheguei desmaiar, empacotar, desmaiar mesmo de malária. Andei pegando aqui umas 60 a 70 malárias, mas não desisti. Hoje, graças a Deus, eu tenho a propriedade, o gado, tenho a família, tudo estruturado. Pro homem que tem coragem valeu a pena, agora pro frouxo desistiu (risos). (...) Cheguei aqui, entrei vim aqui pra linha em 1988, e só tinha picada e mais nada. A orientação era desmatar que o documento nosso era o que tinha de benfeitoria... desmata que você fica em cima da terra, se você não desmatar você é preguiçoso (risos) e preguiçoso não fica com terra, né... e foi que fizemos, desmatamos. Nós nunca tivemos uma orientação assim, do INCRA chegar você tem que deixar a reserva, você tem que deixar uma beira d'água (mata ciliar)... foi o que fizemos, mandaram vamos desmatar, desmatamos. Eu deixei, no caso, eu tenho a parte que deixei por conta própria e depois passei a observar, e fui deixando na beira do igarapé, e deixei a reserva por conta. (Manoel Messias Lima, entrevista concedida em 24/01/2014).

A estradinha aqui sempre foi boa... o risco sempre foi a malária, né... e de uns quatro anos pra cá a malária é muito pingadinha... muito fraca... já tá bom demais. (Sebastião Bonifácio Domingues, entrevista concedida em 01/02/2014).

A vida aqui era meio complicada, tinha muita era malária, agora melhorou um pouco. Os que chegaram primeiro aqui diziam que era muito difícil. Depois que eu cheguei já melhorou um pouco, agora se o cabra não trabalhar não tem jeito de ir pra frente, né... E uma... eu peguei muita malária aqui, mas graças a Deus não tá dando muito mais não. Já melhorou muito pra gente. O pessoal mais velho daqui já saiu tudo pra Itapuã, os que tão aqui já são bem mais novos. (Francisco de Souza, agricultor, entrevista gravada em 01/02/2014).

A responsabilidade atribuída à doença malária conforme o discurso dos agentes de saúde também, mas a indústria madeireira que se instalou na região talvez seja a que apresentou maior pressão pelo desmatamento. Apesar de não aparecer nesta pesquisa, à exploração madeireira fez com que os desmates fossem além das proporções, pois a venda desse recurso natural gerou renda e proporcionou os primeiros investimentos nas propriedades até que se tornassem produtivas. Pela paisagem apresentada e pelo contexto socioeconômico do município é perceptível que parte dessas matas ciliares foi derrubada para atender o mercado madeireiro, segmento ainda forte nos municípios do entorno, e por isso, ainda acontecem operações policiais e fiscalizações constantes para conter explorações ilegais. Assim, consideramos que o modelo de formação desse espaço foi caracterizado pela forma de avaliação de benfeitorias, pela pressão econômica da indústria madeireira e para dar espaço para as lavouras que por muito tempo sustentou essas famílias, e que hoje, nesse mesmo espaço a pecuária vem dando a sustentação ou auxiliando na composição da renda dessas propriedades. O morador do entorno percebe a importância das matas ciliares, mas não assume a plena responsabilidade pelo desaparecimento dessa cobertura vegetal natural, relativamente

como ressalta Diegues (2001) de que o uso sustentável desses espaços é a melhor forma de conciliar preservação com produção, o que não houve nesse espaço por falta de orientação técnica e de políticas públicas.

É aparente a preocupação dos produtores rurais com as fiscalizações ambientais que podem render altos valores em multas, devido ao desmatamento das APP's e matas ciliares, conforme prevê o Código Florestal Brasileiro. O ideal seria a recuperação dessas áreas degradadas, mas o custo de produção de mudas é elevado, saindo das possibilidades desses agricultores. Alguns projetos ambientais buscam suprir essa necessidade das propriedades rurais, mas o valor econômico da pecuária é um inibidor para que os pequenos produtores disponham de áreas para serem reflorestadas. Como as propriedades são pequenas e grande parte das áreas é coberta por pastagem, um ou dois hectares que forem disponibilizados para recompor as áreas degradadas, representa umas vaquinhas a menos no rebanho dessas propriedades, o que resultaria em menor renda no final de cada mês.

O discurso dominante entre esses pequenos produtores rurais é de que a recuperação de áreas degradadas representa perder dinheiro, sendo que abririam mão de um espaço utilizado economicamente pela pecuária para cobrir com 'matas' como expressam os agricultores na maioria das conversas sobre a temática. A percepção do valor ambiental e da possibilidade de regularizar a propriedade dentro dos critérios estabelecidos pela legislação, conforme observamos na Tabela 15, não convence além daqueles que já foram notificados, multados ou pelo menos já tiveram alguma limitação ou restrição em virtude da propriedade não está enquadrada legalmente. A alternativa para recompor essas áreas é promover um modelo que possa aliar recuperação ambiental com desenvolvimento econômico, o que poderia tornar atrativo para o pequeno produtor que disponibilizará de uma área de pastagem para recompor a cobertura de APP ou de mata ciliar. Algumas alternativas vêm sendo implantadas ao longo dos anos como o consórcio agroflorestal, atividade esta que pode receber financiamentos bancários como o FNO através do BASA.

Em 1995 iniciou em Itapuã do Oeste, um projeto de desenvolvimento local com a expansão da Pupunha (*Bactris SP*) para a produção de palmito *in natura* e em conserva, produzido pela agroindústria da COOPERAMA, uma cooperativa que visaria dar lucratividade aos produtores, agregando valor ao produto e abrindo mercados para a

comercialização do palmito, mas em virtude do custo elevado o produto não tornou competitivo fracassando o projeto. Muitos produtores fizeram o plantio pelo sistema agroflorestal e financiado, mas o negócio não prosperou como o esperado. Atualmente a unidade industrial da cooperativa ainda existe, na BR-364, mas não tem o potencial de produção de quando foi instalada, e as pupunhas plantadas pelos agricultores foram cortadas dando espaço para as pastagens. Alguns plantios que sobreviveram ao tempo servem para a produção de frutos que são comercializados em feiras livres e também do palmito *in natura*.

Não foi por falta de iniciativas que Itapuã do Oeste deixou de recuperar suas áreas degradadas. Por parte da Prefeitura houve o esforço de implantar um viveiro com recursos da SUFRAMA, com o objetivo de fornecer mudas gratuitamente aos produtores, mas a unidade durante anos caminhou com baixa capacidade de produção porque a Prefeitura não tinha aporte financeiro para bancar ações dentro da demanda que as propriedades careciam. Sempre a falta de recursos financeiros ou a falta de importância econômica apareceram como barreiras para os projetos socioeconômicos e socioambientais que foram implantados no município.

Entre os projetos existentes atualmente está o Semeando Sustentabilidade, realizado pela RIOTERRA que promove ações de incentivo e estudos sobre a recuperação de áreas no entorno da Flona do Jamari. Trata-se de um experimento que visa encontrar um modelo alternativo que possa aliar valor econômico à recuperação ambiental. Patrocinado pela PETROBRAS na linha de sequestro de carbono (CO<sub>2</sub>), este projeto reestruturou e mantém o Viveiro Municipal de Itapuã do Oeste, que produz e fornece gratuitamente mudas de espécies florestais e frutíferas aos produtores interessados em recompor áreas degradadas, através do Sistema Agroflorestal – SAF. O objetivo do Projeto Semeando Sustentabilidade é o fortalecimento da conservação da biodiversidade, bem como a melhoria da resistência das microbacias do entorno da Flona do Jamari. O principal apelo de comunicação mantido entre a entidade e os produtores está no discurso da importância da preservação ambiental, da possibilidade de regularizar a área dentro do que prevê a legislação evitando possíveis multas, e da valorização econômica com o plantio consorciado de espécies florestais e frutíferas. Apenas 35% dos colaboradores declararam que participam de algum projeto de recuperação de área degradada, e foram atraídos por benefícios como a doação de mudas já que o custo de produção é elevado e fora das condições econômicas dos



pequenos agricultores, enquanto que 65% dos produtores não declaram participar de projetos ambientais (Tabela 15). Apesar dos argumentos que interessariam aos produtores com áreas degradadas numa região de fiscalização frequente, nenhum colaborador declarou participar de projeto ambiental por preocupação com a questão legal ou ambiental, estando mais interessados nos valores econômicos que a área plantada proporcionará, com o plantio de espécies frutíferas como o Açaí que se adapta bem a áreas de matas ciliares e que tem mercado garantido na comercialização do fruto ou do palmito extraído dessa palmeira. Como não houve indicação para a questão relacionada a recuperação ambiental da propriedade, a percepção notada entre os produtores rurais está mais concentrada na questão econômica do que na preservação ou recuperação do meio ambiente. Os agricultores percebem esses espaços como locais de produção e nem tanto de preservação ambiental, já que a maioria prefere a pastagem de que o reflorestamento. Apesar que esse item parece contraditório com a percepção da importância dos fluxos d'água, o que percebemos é que o sustento representa mais que o meio natural.

**Tabela 15. Benefícios de projetos de recuperação ambiental nas propriedades rurais em regime de agricultura familiar – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Benefícios de projetos ambientais  | Percentual |
|--|------------|
| Apoio à regularização ambiental da propriedade                             | 0%         |
| Acesso à mudas doadas gratuitamente  | 44%        |
| Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural                  | 19%        |
| Geração de novas fontes de renda com uso da mata ciliar e da reserva legal | 12%        |
| Apoio para recuperação de áreas degradadas/alteradas                       | 12%        |
| Reversão de processo de degradação como assoreamento de rios e erosão      | 0%         |
| Contribuição para a consolidação da agricultura familiar                   | 6%         |
| Não sabe   | 7%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Os benefícios que aparecem na Tabela 15 são oferecidos gratuitamente aos pequenos produtores que voluntariamente se cadastram em projetos ambientais, mas a pressão da cultura de soja surgiu como novidade que vem sufocando os interesses ambientais de transformar as áreas de preservação permanentes das pequenas propriedades em espaços produtivos e sustentáveis. Os contra argumentos do agronegócio vem desconstruindo os argumentos sustentáveis, já que a possibilidade de recursos financeiros em curto prazo pelo arrendamento de propriedades ou até mesmo pelas vendas das pequenas propriedades se tornou um negócio que desperta o interesse

dos agricultores em regime familiar no entorno da Flona do Jamari. Pelo que narram os pequenos produtores, os grandes produtores já visitam as propriedades e demonstram interesse na compra ou arrendamento das propriedades para a monocultura em grande escala, e isso vem refletindo na mudança da percepção até mesmo de pequenos produtores que anteriormente aderiram a projeto ambiental, e em curto tempo já desconstruíram o discurso sustentável, atraídos pelos argumentos de sustentabilidade como vemos:

(...) tem aqui o Viveiro Municipal que ajuda, mas falta mais assistência... por exemplo, aqui na linha eu sou um dos primeiros que fizemos (o plantio para recuperar área)... no ano passado vieram duas vezes me visitar no reflorestamento que foi feito, que eles fizeram... eu fui um monte de vez lá e falei: vocês tem que ir, tem que roçar, vocês plantaram, vocês tem que ir lá roçar... não vieram... o capim tá cobrindo as mudas, vocês tem que tirar aquele capim... nós tinha feito um acordo... falei, oh! Quais as árvores que vão plantar árvores? São 56 árvores nativas. Então vamos fazer o seguinte... pra mim nos termos financeiros elas não vão me trazer nada... vamos mudar aqui o sistema; vamos plantar açaí, bacaba, pupunha, castanha... vamos fazer o reflorestamento porque daqui uns dois anos, três anos, tenho a produção do açaí, daqui dez anos eu tenho a produção de castanha, bacaba... então são tudo renda que vão trazer pra mim dentro da propriedade de uma área de preservação... não fizeram ... até agora não foi feito... já vai pra três anos nesse inverno agora... eu falei rapaz vocês vão ter que fazer o que combinamos se não eu vou abrir aquela cerca e meter boi ali em cima daquele trem... mas não pode fazer isso... então vamos fazer o combinado... falta assistência técnica, falta mão de obra... desse lado aí tô achando que tá deixando pecar, cuidando nem do que foi plantado... eu tive que fazer por conta própria, acerei tudo em volta, paguei hora máquina, pra evitar o fogo, que no ano atrasado eu consegui salvar o fogo na última data sozinho, de meio dia até quatro horas da tarde. Me arrebrei pra não deixar entrar no reflorestamento... acerei tudo em volta pra não ter perigo... como sabe veio o fogo, mas tava acerada e não passou, mas agora não vou me sacrificar pra cuidar. (Agricultor não identificado para preservação da fonte, em entrevista concedida em 24/01/2014).

(...) aqui vem uns aqui conversa isso, aquilo, aquilo outro, mas não acho conveniente... tem uns aí que vem não sei de onde é... vem, acha um cantinho no lote, planta lá umas 5 mil, 10 mil mudas de árvore e larga na quiçaça... eu acho que não é conveniente... eu acho que se o município quer fazer um plantio, tem que fazer no sistema lá do Paraná... eles traz, vai até o dono do sítio e pergunta: você quer reflorestar quanto aqui? Ai eu falo assim: eu vou reflorestar aqui dois alqueires na minha área... eu mesmo vou reflorestar, eu mesmo vou cuidar, e o governo paga pra ele anualmente debaixo de fiscalização pra saber se ele tá cuidando mesmo, se ele tá trabalhando no plantio... porque eles vem aqui com suas caminhonetes, e joga um pé de planta aí pra braquiara comer... ou até mesmo pra enchente, né... porque aqui eles plantô nas beira de córrego, a maioria desse plantio que eles plantaram aqui, nessa beira de córrego, tá agora com um metro, um metro e meio debaixo d'água... 70% das arvores é capaz de morrer... e aí? Eles vão plantar de novo? Eu acho que tem que ter um estudo certinho para eles plantar e não ter prejuízo, né, pra plantar e

não precisar reflorestar. (Agricultor não identificado para preservação da fonte, em entrevista concedida em 01/02/2014).

O cadastramento e adesão aos projetos ambientais é uma decisão voluntária do proprietário, que após ouvir as informações dos técnicos aceitam ou não participar, escolhendo e destinando parte da propriedade onde deseja que as mudas sejam plantadas, momento em que são estabelecidos os deveres de cada parte. No caso do projeto da RIOTERRA, apenas nas áreas escolhidas como experimentos a instituição se responsabiliza pelo processo completo de plantio e manutenção para obter os estudos necessários aos seus objetivos de experimentos. As demais propriedades que aderem ao projeto, mas não se enquadram como áreas de experimentos, a contrapartida dos agricultores é manter as áreas protegidas evitando que o gado ou as queimadas destruam as árvores plantadas. Os técnicos sugerem as espécies mais apropriadas à tipologia do solo, mas a decisão do que plantar e a quantidade parte do produtor rural. Mesmo cientes da parceria, muitos que são beneficiados já apresentam novos argumentos, aparentemente influenciados por vantagens econômicas em curtíssimo prazo pelo cultivo de soja, o novo negócio que surge como redenção para as propriedades que perecem com os solos enfraquecidos e com poucas perspectivas de recuperação de lavouras, conforme já argumentado nessa dissertação.

A ausência de cobertura vegetal na área de uma propriedade não é a única preocupação quando se analisa a percepção ambiental dos produtores rurais de uma área de entorno. O destino inadequado do lixo doméstico também é causador de contaminações do meio ambiente podendo causar transmissão de doenças por parasitas, insetos e outros animais que sobrevivem dos dejetos quando jogados a céu aberto, o que ocorre em maior parte das cidades brasileiras, e mais ainda no setor rural, onde não há qualquer tipo de serviço de coleta do lixo doméstico caracterizado por restos de alimentos, embalagens diversas, materiais plásticos, produtos de higiene, dentre outros, além de contaminar o lençol freático e fontes de águas vivas através do chorume (um líquido escuro e de forte odor gerado da decomposição de lixo orgânico). Nas propriedades rurais pelo país, o destino do lixo é preocupação de diversos estudos que demonstram a interferência direta ou indireta ao meio natural.

Na cidade de Itapuã do Oeste, que está localizada na área compreendida como de amortização da Flona do Jamari, não possui aterro sanitário e todo o lixo coletado na

cidade, inclusive os lixos hospitalares que requer cuidado especial no destino, são jogados a céu aberto no perímetro urbano perto de residências e de pequenas indústrias, num local denominado de lixão municipal. Para reduzir o volume de material o lixo é queimado sem critérios. Se na cidade é assim, não seria diferente no setor rural onde o lixo doméstico geralmente é incinerado, conforme respondeu 90% dos entrevistados, numa prática de abertura de fosso onde depositam e queimam o lixo sem qualquer separação. Observamos que a incineração ocorre na maioria em fosso cavado especificamente para essa finalidade, o que representa resultado de alguma ação de educação ambiental desenvolvida entre os produtores. Outros 5% dos entrevistados disseram que jogam o lixo a céu aberto e outros 5% transportam o lixo para o lixão municipal que fica dentro do perímetro urbano de Itapuã do Oeste, sem aterro sanitário, e incinerado, sem qualquer outro cuidado que requer o destino do lixo de uma cidade. A reciclagem ou aterro do lixo doméstico não foi apontado pelos entrevistados. A queima do lixo em ambiente rural é o mais acessível em decorrência da falta de serviços de coletas nesses espaços.

Também não foram observadas nas residências estruturas de saneamento básico. O destino de excretas acompanha ao formato utilizado em diversas propriedades rurais, onde nem todas as residências possuem banheiros com sanitários adequados para defecar, e essa população utiliza-se em grande parte de privadas com fossas secas, e percebemos na maioria das residências rurais visitadas que são observados os cuidados de distância com o poço e outras fontes de coletas de água para consumo. Quanto ao destino de esgoto sanitário 95% respondeu que vai para fossa séptica ou seca, média que demonstra a preocupação dos moradores com o destino desses excrementos no que caracteriza resposta de ações de educação ambiental em favor da boa saúde (VILLAR, 2008), e 5% afirmou lançar no ambiente sem qualquer recipiente. Quando lançado ao ar livre os dejetos poderão contaminar as fontes de água na superfície, ser consumidos por animais domésticos causando contaminação e doenças, proliferar verminoses e outros males a saúde humana e animal. Não foram observados tratamentos aos dejetos lançados nas fossas secas, em raras propriedades chegam a lançar cal virgem para auxiliar na decomposição e eliminação de odores e de seres vivos nocivos á saúde humana.

A utilização de agrotóxicos é um problema do país, sendo o Brasil um dos que mais consomem esses produtos, responsáveis por problemas ambientais e na saúde

humana. Observamos que é uma realidade nas propriedades já que 55% afirmaram fazer uso às vezes de produtos químicos, principalmente para eliminação de mato quando não utilizada a carpina. Outros 20% disseram que utilizam regularmente, 5% afirmaram utilizar sempre e 20% disseram que nunca utilizam agrotóxicos. Todos garantem que compram o produto em casas agropecuárias onde tem prescrição por técnicos responsáveis, que por obrigação devem orientar sobre o manejo do produto, dos riscos, das dosagens e do destino final de embalagens e equipamentos. Em Rondônia o regulamento para o destino das embalagens de agrotóxicos é a devolução na loja onde o produto foi adquirido, sendo que 82% dos entrevistados disseram que este é o destino dado as embalagens de produtos utilizados em suas propriedades rurais, outros 12% afirmaram que queimam as embalagens, 6% afirmaram que jogam no quintal, e não houveram registros de embalagens reutilizadas ou jogadas com o lixo doméstico.

Percebemos que em muitas propriedades armazenam as embalagens vazias em tulhas que servem para armazenamento de ferramentas e alimentos cultivados. Isso ocorre porque os produtores acumulam as embalagens até que haja oportunidade para transportá-las até os revendedores que tem a obrigação legal de recolher e dar o destino apropriado às embalagens de agrotóxicos. Os produtores queixam que essas coletas não são regulares, entendem o risco do armazenamento, mas não tem outra alternativa.

A aplicação de agrotóxico pelo pequeno produtor é feita com bomba manual tipo costal, e requer a utilização de acessórios que garantam a segurança de quem utiliza o produto que entre as consequências pode causar câncer, cegueira e outros males. As recomendações para aplicação de agrotóxicos exigem o máximo de proteção à pele e aos órgãos de sentido que podem ser atingidos e levar contaminação ao organismo humano e doenças como o câncer. Os riscos de contaminação são evidentes apesar de que muitos produtores acreditam que apenas o cheiro do produto é nocivo à saúde, e no campo pesquisado a difusão desse tipo de informação aparentemente está bem correspondido, uma vez que, 93% dos entrevistados que utilizam agrotóxicos disseram utilizar todos os equipamentos necessários e indicados sendo: máscara, botas, luvas, óculos de proteção, e roupas longas, mas observamos em algumas propriedades que os agrotóxicos são aplicados pelos próprios agricultores e muitos não utilizam os acessórios e roupas adequadas, o que caracteriza descuido com a própria saúde, contrariando o que respondeu a maioria na pesquisa sobre os cuidados necessários na aplicação e manejo dos produtos químicos.

**Tabela 16. Tipos de equipamentos ou acessórios utilizados na aplicação de agrotóxicos entre os proprietários rurais em regime de agricultura familiar – Itapuã do Oeste, 2013/20104.**

| Equipamento/Acessório                    | Percentual |
|--|------------|
| Utiliza todos os equipamentos/acessórios | 93%        |
| Apenas luvas, botas e máscara            | 4%         |
| Não utilizam equipamentos/acessórios     | 3%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Após a aplicação de agrotóxicos alguns cuidados fazem necessários como a lavagem de roupas, dos acessórios e dos equipamentos que precisam ser feita de forma a não levar contaminação as pessoas, animais e ao meio ambiente. Percebemos que as bombas que aplicam os agrotóxicos nem sempre são lavadas e quando isso ocorre são feitas no quintal de modo que a água contaminada escorre livremente pondo em risco animais e pessoas. A lavagem de roupas também não tem muitos critérios e às vezes são lavadas juntamente com outras roupas de uso dos familiares. Para melhor segurança à saúde, a roupa utilizada nas aplicações não deveria ser a mesma do cotidiano, mas observamos que os produtores utilizam as roupas que vestem no dia-a-dia, sem nenhuma restrição quanto aos perigos que isso apresenta. Entendemos que na comunidade pesquisada a temática agrotóxico requer mais estudos e mais orientações aos produtores rurais, não diferenciando da realidade brasileira.

Saindo das questões ambientais do entorno, entramos aqui na percepção dos entrevistados sobre a Flona do Jamari. Por ser uma unidade de conservação de uso sustentável, os recursos renováveis dessa floresta podem ser explorados, desde que obedecidos os critérios que garantam a sustentabilidade. Diegues (2001) defende o uso sustentável das áreas de preservação como espaço de subsistência, considerando ser espaço de bem comum que pode conciliar preservação ambiental com alternativa de renda para famílias tradicionais, como o caso da família Oliveira que já estava na área da Flona do Jamari antes da criação da unidade de conservação e permaneceu no espaço atuando no extrativismo vegetal, colhendo o que a floresta produz para manutenção e sobrevivência. No caso do sujeito dessa pesquisa, os produtores rurais em regime de agricultura familiar, o modelo de ocupação do espaço agrário aplicado não exerceu as praticas de subsistência e sim de agricultura convencional visando o desenvolvimento socioeconômico dessas famílias como é permitido em áreas de entorno, porém com impactos gerados e perceptíveis. Apesar de estarem bem próximos da Floresta Nacional

do Jamari, 20% dos entrevistados disseram não saber da existência dessa UC, mas essa negação é uma fuga evidente diante da apreensão que é viver numa área com constantes fiscalizações ambientais. A unidade de conservação é motivo de diversos tipos de debates, discussões, informações e notícias e não seria provável haver moradores que estão no lugar e nunca ouviram falar da Floresta Nacional do Jamari, ou Flona, ou reserva.

A maioria de 80% declarou que “já ouviu falar” da unidade de conservação e que o assunto no passado não era debatido e nem orientado como atualmente, e os colonos que chegavam para se instalar na área de entorno conhecia como reserva, mas não compreendiam a importância da existência da Flona. Para os primeiros habitantes, a reserva antes de tudo é a mineração, área de exploração de cassiterita que movimentou por décadas a economia do município com a geração de empregos com a extração mecanizada pelas empresas concessionárias de lavras, e pelos garimpeiros que lavravam de forma manual e clandestina, atividades essas muito marcantes na percepção dos moradores pela importância econômica.

A gente começou ouvir falar em reserva foi de uns 20 anos pra cá, porque antes não falava não. Ouvia falar assim: área da mineração... como de fato era da mineração... na mineração tinha muitos garimpeiros que vinham de fora, e que vinha e entrava, garimpavam, e até hoje ainda continua o garimpo manual clandestino e ilegal por dentro ai. Conversando com um senhor lá de dentro, ele falou assim: a mineração fez uma coisa pensando em se dar bem e se deu mal, porque pegou a área dela que era tudo que tem, e falou, vamos fazer uma reserva com o IBAMA, ou melhor, nem era o IBAMA, era o IBDF, e vamos fazer isso aqui com o IBDF e que era pra cuidar para os garimpeiros não invadir, e os posseiros que queriam a terra que era muito boa, produtiva mesmo. Criaram isso pensando em se dar bem e acabou, enfim, virou a reserva Jamari que é uma reserva federal. (Manoel Messias Lima, entrevista concedida em 24/01/2014).

Atualmente a relação desses agricultores com a unidade de conservação já tem aspectos positivos na argumentação que seria construída pelas constantes ações repressoras e ou pelas ações educativas sobre a temática, como observa Chauí (1999) que o sujeito percebe o fenômeno a partir da idéia construída, e essa construção vem de fortes argumentos presentes nas representações e da identidade, e podem ser moldados ou reconstruídos por ações educativas focadas na importância do meio ambiente (VILLAR, 2008). Percebendo como mineração ou como reserva florestal, os produtores compreendem os aspectos ambientais importantes como nos fatores climáticos no entorno, mas existem considerações de insatisfação com a exploração dos recursos

naturais por empresas de outros estados, demonstrando que a percepção construída da mineração e da extração madeireira esta fortemente vinculada a socialização dos recursos na comunidade local, promovendo justa distribuição de renda. A falta de socialização dos recursos econômicos da mineração e da extração madeira no interior da Flona causa frustração aos moradores que esperavam usufruir desses benefícios.

(...) pra nós que tamos aqui berando a floresta do Jamari, pra nós é bom, tem um clima bom, uma chuva controlada, eu acho que deveria zelar dessa floresta do Jamari e não fazer como estão fazendo, metendo maquinário lá dentro arrebetando tudo e tirando as madeiras e ninguém sabe pra onde vai... se é floresta é pra ser reserva, é intocável... agora entra arrebeta tudo a mata, diz que tem plano de manejo... tem nada... é só entrar ir lá ver a quebradeira que eles faz... arrebeta tudo aí... agora quem é dono disso aí é só multinacional, é só gente grande, rica que entra aí dentro, tirando a madeira, enricando, e floresta vai raleando... serve pra dá é conflito de terra mais pra frente, porque abre as matas, o povo entra aí dentro... e o que dá é isso, conflito de terra, com essa abrição de mata que eles tão fazendo, tirando madeira e abrindo carreador por todo o lado. (Sebastião Bonifácio Domingues, entrevista concedida em 01/02/2014).

É compreensível essa sensação percebida nos entrevistados que conviveram com o apogeu da mineração, com muitos empregos e certo aquecimento financeiro no comércio e na comunidade, diferente do que ocorre atualmente com a menor geração de emprego e renda, e não se percebe investimentos de compensação socioeconômica que seria a contribuição das concessionárias pelos impactos causados ao município. Quando questionados sobre as vantagens da mineração ou da extração madeireira por manejo autorizado por concessão federal no interior da unidade, a demonstração evidente é de que não há vantagens como esperavam os moradores diante do potencial extraído da Flona e que não reverte em aquecimento econômico no município. Dos 80% que disseram saber da existência da Flona do Jamari, 25% confirmaram que já estiveram em seu interior, 75% sabem da existência da mineração e 40% declararam que já estiveram na área de mineração, e somente 25% conhecem os benefícios da mineração tendo citação de geração de impostos e de empregos como as principais vantagens, apesar de que no passado esses mesmos benefícios refletiam mais expressivamente em Itapuã do Oeste.

(...) eu to por fora... mas eu acho que se trouxesse o benefício para o município, se eles aproveitasse algum benefício que essa mineração dá, eu acho que esse município era um belo município, com boa saúde, com boa educação... eu acho que já estava melhor com os benefícios que a mineração daria pro município. (Sebastião Bonifácio Domingues, entrevista concedida em 01/02/2014).



Sobre a exploração madeireira dentro da Flona, 65% afirmaram saber dessa atividade pelas empresas concessionárias, sendo que 25% já estiveram numa área de exploração madeireira, caracterizando que de alguma forma esse grupo atuou no negócio, pois não haveria razão de estar ou ter estado numa área de extração sem que essa presença representasse alguma relação direta ou indireta com o empreendimento. Sobre os benefícios das empresas madeireiras 30% declaram conhecer benefícios como empregos e circulação de dinheiro na cidade, reafirmando a percepção da falta de investimentos em compensação socioambiental. Os produtores rurais do entorno demonstram certa preocupação com o meio ambiente, compreendendo a necessidade de preservar de forma sustentável, mas insistem na defesa da socialização econômica dos recursos naturais renováveis que são extraídos da área por entender que esses recursos estão disponíveis, podem e são explorados, e poderiam render vida melhor para a população. Nesse caso observamos que a representação de valor econômico tem mais importância do que a representação de valor ambiental, já que almejam incluir a participação aberta na exploração, permitindo aos pequenos exploradores, o que é considerado predatório por não haver controle e nem obrigações em recomposição de áreas exploradas, diferentemente das explorações das concessionárias que são fiscalizadas de forma direta e mais controlada. É perceptível nessa população que os valores ambientais estão abaixo dos valores econômicos.

(...) a turma fala muito do ar, que tem que ter o oxigênio, mas eu vejo assim, o setor madeireiro... porque não deixar o pequeno madeireiro usar ela também, que é uma reserva do município, ela é federal, mas está dentro do município. Porque eles não deixam os pequenos ir lá, tirar a madeira dele, e vender para sustentar a família, mas não deixam. Deixou duas empresas grandes tirando... no meu ponto de vista é assim... olhando por esse lado, ela não tá beneficiando quem realmente mora dentro do município; só beneficia uma empresa de São Paulo. (Manoel Messias Lima, entrevista concedida em 24/01/2014).

A percepção obtida é indicador da necessidade de aumentar a circulação econômica e financeira no município, e a falta dessa distribuição justa de renda estimula ações que não correspondem a sustentabilidade do meio ambiente. Entendemos que as concessionárias não estejam aplicando bem os recursos de compensações socioambientais ou que se isso vem ocorrendo não está chegando ao conhecimento dos moradores gerando insatisfação com esses empreendimentos percebidos como exploradores que não consideram a importância social local. Os moradores pesquisados percebem a atuação das concessionárias tão predatórias quanto as atuações paralelas e

que, nesse caso, a socialização dos recursos econômicos são determinantes. Até mesmo os benefícios que podem estar gerando à sociedade local como a geração de emprego e renda, e pagamentos de impostos como foram citados por alguns entrevistados, deveriam ter melhor divulgação como prestação de contas a essa população que convive ao lado, ou até mesmo participando desses recursos, mas não os reconhecem como benefícios recebidos pela mineração e as indústrias madeireiras. Compreendemos que a prestação de contas é dever para todo agente público como forma de dar transparência as atividades prestadas em um determinado território, e por serem concessionárias, essas empresas precisariam fazer o papel de divulgar suas ações e prestar contas sobre os benefícios que por ventura vem dando ao município de Itapuã do Oeste.

Quando estudamos a questão ambiental, além dos impactos sociais causados a população humana é preciso observar também os impactos ambientais causados a população da fauna existente no ambiente. À medida que as áreas de coberturas vegetais são devastadas, os animais perdem seus *habitats* e deslocam em busca de alimentação, e esse fenômeno gera desequilíbrio das espécies que circulam sem corredores ecológicos ou permanecem isolados em ilhas (KORNAN, 2003). Ao transitar nas estradas do entorno da Flona é possível ver animais que cruzam as vias e muitos morrem atropelados, enquanto que outros se tornam presas fáceis de predadores ou até mesmo de caçadores. Como a caça de animais silvestres é proibida por lei, são raros os moradores que ousam responder que fazem caçadas mesmo que para subsistência alimentar, o que não é considerado como predatória.

Os produtores rurais negam que fazem caçadas, a ponto de 95% declararem que não praticam a atividade contra 5% que assumiram que fazem caçadas. Em alguns momentos notamos contradições, como no caso da história contada com orgulho pelo dono de um cão mestiço, que carrega no corpo marcas de atos de bravuras do canino que travou lutas durante caçadas na mata. Após negar a prática de caçada na pesquisa com o questionário, na conversa informal o agricultor contou como seu cão sobreviveu após ter lutando contra animais silvestres. Na paleta traseira do cão há sinais da mordido de Cateto (*Pecari tajacu*), na região lombar a cicatriz do ataque de Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), nos antecílios do olho direito marcas de corte do dia que o canino lutou com a Onça-vermelha (*Puma concolor*). Nesse último episódio, o agricultor percebeu um ruído de animal silvestre sobre uma árvore muito próxima da residência e foi verificar ‘que bicho era aquele’:

(...) A menos de quatro metros (ao alcance do grande animal ), após jogar dois pedaços de galhos secos, percebi que se tratava de uma onça. Aticei os cachorros que ficaram acuando o bicho enquanto foi buscar ajuda. Um cumpadi que mora aqui de frente foi o primeiro a dar socorro com uma espingarda calibre 20... ele tentou dois tiros e errou dos dois... isso deixou a onça ainda mais irritada... Chamei outro vizinho que veio armado de uma carabina calibre 38... deu o primeiro disparo acertou a paleta da onça que saltou da árvore e correu para a mata. (...) a bicha ficou ainda mais feroz e correu e os cachorros foram atrás... Os vizinhos armados seguiram atrás e avistaram a onça sobre outra árvore e novamente acuada pelos cachorros. Um novo disparo e dessa vez o tiro pegou de raspão no pescoço da fera que saltou e correu rumo ao Igarapé, e os cachorros correndo atrás... quando chegou a noite e a perseguição continuava... os cachorros estavam eufóricos e caíram na água... eu falei assim: pelo jeito ela entrou no rio... entramos atrás e logo ouvimos o barulho de ataque num dos cachorros... quando foquei na lanterna ela tava com o melhor cachorro na boca... ai eu falei assim: eu vou lá! E pulei na água... como tava escuro só vi quando ela tava bem perto de mim e eu com água quase no pescoço... ai falei pro cumpadi assim: agora cê vai ter que atirar e ver se não erra... a bicha dava cada 'fungado' bem perto assim... Gritei pro cumpadi: atira! Ele atirou e dessa vez não errou... (...) Mergulhei e achei ela (a onça) no fundo... arrastei pra fora da água e deixei os cachorros vingar (...) (Narrador não identificado à pedido).

Os cachorros teriam passado a noite destroçando a onça como triunfo pela conquista da batalha final. A comprovação da história de bravura está nas cicatrizes no corpo do cão e a carcaça da cabeça da onça guardada na tulha como troféu e que o agricultor fez questão de mostrar. Um dos cachorros que lutou contra a onça, não teve a mesma sorte numa investida de um Jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) de uns quatro metros de comprimento. Durante uma pescaria, o canino foi surpreendido pelo bote do jacaré que abocanhou o cão caçador e o levou para o fundo d'água. O agricultor tentou socorrer o fiel companheiro de caçadas, mas em vão, pois dessa vez o cachorro teve um fim. Somente nessa narrativa ficou evidente que três agricultores tinham a prática de caçada para suprir a alimentação ou para defesa contra animais considerados predadores de gado, cães e de outros animais da propriedade. São histórias como essas e as carcaças de crânios, couros e patas de animais silvestres guardados como que comprovam a realização de cassadas. Quando feitas por moradores de uma área para a finalidade de suprir a alimentação não considera essa atividade como caça predatória já que as atividades ocorrem esporadicamente, quando falta carne no complemento alimentar, enquanto que a caçada para fins comerciais, estas sim, tornam predatórias por ocorrer em maior quantidade, e quando feito indiscriminado pode ocorrer a redução ou mesmo extinção de espécies.

### 3.3 - ESPACIALIDADE CULTURAL E RELIGIOSA

A cultura religiosa é fator que envolve nos modos de vida de uma comunidade rural e procuramos entender essa representação entre os entrevistados e qual a relação existente entre a fé e o meio ambiente. Apesar de que o IBGE indica a população de Itapuã do Oeste como de maioria cristã evangélica, no espaço pesquisado foram vistas apenas duas igrejas cristãs evangélicas (Assembléia de Deus e Cristã do Brasil) com instalações pequenas e a comunidade católica Nossa Senhora Aparecida, considerada a padroeira do lugar pela maioria católica de 75% dos entrevistados (Tabela 17), com direito a uma festa anual que envolve a comunidade na organização e participação, e alteração do espaço em torno dos festejos e esse comprometimento é motivador e unificador do grupo que envolve em torno da realização (SILVA, 2007).

**Tabela 17. Religião dos proprietários rurais em regime de agricultura familiar – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Religião       | Percentual |
|----------------|------------|
| Católica       | 75%        |
| Evangélica     | 10%        |
| Espírita       | 0%         |
| Outra religião | 0%         |
| Sem religião   | 15%        |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

A expressão da fé está presente nas igrejas cristãs protestantes existentes nas linhas, mas não observamos grandes acontecimentos nessas congregações que pudessem caracterizar uma identidade local. A maior expressão da religiosidade está na maioria católica que se reúne na comunidade Nossa Senhora Aparecida, sediada no quilômetro seis, da linha 618 (Embratel), onde a cada quinzena é celebrada uma missa com um padre de Itapuã do Oeste, mas aos domingos que não tem o sacerdote, a celebração fica por conta do líder dirigente que conduz o culto dominical reunindo menor número de participantes. As novenas realizadas nas casas seguem a programação da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, sediada em Itapuã do Oeste, e que abrange também o município de Candeias do Jamari, fornecendo os livrinhos com a liturgia e textos para reflexão conforme a Teologia católica. A realização de novenas é uma forma de alimentar a fé, manter o crescimento e organização do fiéis no decorrer do ano.

Durante a pesquisa, o líder recém eleito da comunidade católica era Eronildo dos Santos Couto, um tímido pernambucano que chegou no lugar há 26 anos. Liderar a comunidade não estava em seus planos, mas aceitou o cargo comprometendo-se em manter as atividades da fé e da tradição firmada na festa da padroeira, que ocorre a cada ano, no dia 12 de outubro, Dia da Padroeira do Brasil, e também padroeira da comunidade. O líder Eronildo tem o dever de manter uma festa que já extrapolou o limite da comunidade, entrando para o calendário de eventos do município de Itapuã do Oeste, pela dimensão que tomou nos dois últimos anos, movimentando produtores rurais e moradores da cidade. No Dia da Padroeira a igreja de pouco mais de oitenta metros quadrados fica completamente lotada para a missa celebrada por um padre, e com participação dos fiéis na liturgia. Durante as celebrações existem as partes sacras que reverenciam a santa padroeira, propaga a fé cristã e promove a difusão da religiosidade. Além da parte que celebra a fé, a tradição envolve ainda o lado cultural não religioso com a cavalgada que sai da cidade rumo a comunidade, num trajeto de 17 quilômetros pela linha a 605, parte da linha 616 até chegar a igreja instalada na linha 618.

A cavalgada de 2013 levou 57 cavaleiros para a estrada seguindo o cortejo e divulgando o evento com uma característica religiosa e rural introduzindo aos valores espirituais as representações da vida campesina, ganhando identidade própria no espaço (OLIVEIRA & SOUZA, 2010). O festejo acontece em forma de quermesse, um misto de religioso com profano, com momentos de devoção e outros de lazer com torneio de futebol, leilões, bingos, e o concorrido bailão com som ao vivo que transcorre por toda a noite. O espaço tranquilo do cotidiano rural dá lugar a movimentação que envolve os preparativos, as idas e vindas, a cumplicidade e mutualidade nos afazeres para que no momento da festa tudo esteja perfeito. Essa movimentação promovida no espaço surge como necessidade para que a festa seja preparada e promove a integração dos moradores que nem sempre se relacionam nas atividades que deveriam ser coletivas como as ações da associação ou outras necessidades do espaço. Conforme os autores, festejos como este da santa padroeira gera o milagre da unidade e fraternidade população e compondo os arranjos sociais no material e imaterial na construção do espaço da fé e do turismo.

O padre responsável pelas celebrações na comunidade é membro da Congregação de Vicentinos, missionários que atuam em diversas partes do mundo e que

agora coordenam a Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes. O sacerdote Weliton Martins Costa, popularmente conhecido como padre Tony, é um mineiro simples, atencioso, e que demonstra afeto aos fiéis que vão a seu encontro com abraços e cumprimentos fraternos num jeito cativante de ser e de conviver, identificando-se com os moradores da comunidade. Para ele, a dimensão da festa da padroeira tem a ver com a popularidade da santa negra, que pela tradição católica foi encontrada por pescadores seguindo pelo milagre de uma pesca abundante, e desse milagre procede a esperança dos fiéis devotos que a cada ano celebram as graças alcançadas e renovam os votos. Sobre essa relação de fé, o sacerdote explica:

(...) a Igreja guarda uma devoção muito forte a Maria, mãe de Jesus. Há muitos séculos nós temos textos bíblicos que indicam que Maria, mãe de Jesus, que foi acolhida pelos apóstolos, e a partir disso, desde as primeiras comunidades criadas nos primeiros séculos já voltavam a fé para Maria... não por ela mesmo, mas por causa de Jesus... a grande referência da feminilidade no âmbito religioso muito marcado inclusive na cultura judaica pela predominância do gênero masculino, de forma que nós carregamos essa herança, e no Brasil, nós nos voltamos muito para esse aspecto feminino da fé, que nos remete a fé a acolhida, ao carinho, a afetividade, e encontramos tudo isso em Nossa Senhora Aparecida que é padroeira do Brasil. No mês de outubro nós celebramos a festa de Nossa Senhora Aparecida, que envolve boa parte de nossa comunidade, e também outras famílias de outras linhas da paróquia e a há dois anos que estamos aqui tentamos ampliar nossa festa. A paróquia buscando fazer com que toda as outras comunidades participem da festa devocional que é fazendo com que todas as outras comunidades se envolvam na festa, realizando assim a cavalgada, a procissão, a missa, e a confraternização dentro da comunidade, de fato, a partir da fé que o grupo social e que as famílias vão tornando cada vez mais unidos, fortalecidos, e reunidos e atentos também a realidade social, porque, quando chega o período da festa, o evento toca os corações daqueles que são comprometidos com a comunidade, ou seja, aqueles que tem um compromisso de fidelidade, e compromisso de frequência, mas também toca aqueles que professam a fé, mas muitas vezes estão acomodados e distantes da fé, algo que extrapola, um período que há maior encontro de fiéis e de irmãos, e de participações de cristãos não católicos, e isso entra na confraternização a partir da festa. Muitos católicos que estavam distantes da vida da comunidade se voltam. (Padre Tony, entrevista concedida em 26/01/2014)

O sacerdote entende a importância da tradição e acredita que a festa realizada nesta comunidade em Itapuã do Oeste, pode se tornar mais conhecida e atrair fiéis de outros municípios, impulsionando o turismo religioso que seria mais uma alternativa econômica para os moradores da comunidade. Para essa nova espacialidade pretendida, o padre reconhece a necessidade de melhorar a divulgação e aperfeiçoar o evento a cada realização buscando acrescentar na programação novidades que possam enriquecer o evento, dando características próprias e criando uma identidade peculiar. Como

diferencial, a inclusão da cavalgada nas duas últimas edições da festa é vista pelo padre Tony como um detalhe enriquecedor que possa criar um ícone ao evento religioso relacionando com a tradição rural da população do município e da região, como diz:

(...) é uma tendência que nós acreditamos que seja realizada algo para virar tradição. É preciso ter início, e esse início é marcado pela fragilidade, e pela dúvida, mas a partir daqui vai acontecendo um ano, dois anos, e as outras pessoas vão colocando em seu calendário pessoal. A festa de Nossa Senhora Aparecida nós celebramos na comunidade Nossa Senhora Aparecida de forma que todos vão se movendo praquilo, e Itapuã do Oeste é uma cidade de pequeno porte, mas que tem toda uma realidade urbana, e nós colocamos na realidade rural que é muito presente, o homem do campo, com o cultivo da terra, mesmo que todos que estão em Itapuã saíram do campo, é uma forma de voltar e rever amigos, e de estar inseridos nessa realidade rural. (Padre Tony, entrevista concedida em 26/01/2014).

A inclusão da cavalgada no festejo da padroeira foi uma decisão acertada que conseguiu ampliar o evento e criar novos vínculos de público que tem suas origens rurais. Essa identidade está muito presente no modo de vida dos moradores de Itapuã do Oeste, considerando que grande parte das famílias tem algum tipo de relação com o campo e com a unidade de conservação, e introduzir a cavalgada nesse evento foi uma forma autêntica de unir a espacialidade urbana e rural que tem visões diferentes do meio natural quanto aos valores (DIEGUES 2001), mas que em Itapuã do Oeste é um composto da identidade local, pois os moradores da cidade têm suas origens no meio rural ou nas atividades de extração de minério e de madeira na Flona, o que reforça o vínculo de identidade urbana e rural no município. Essa relação de vínculo com o rural pode ampliar e incluir o meio natural sendo um forte apelo para acrescentar novidades a cada evento comemorativo na comunidade, gerando atrativos turísticos que possam reforçar os festejos como integrantes sociais do espaço.

Outra atividade cultural percebida na comunidade é a Festa do Abacaxi reunindo os produtores das linhas 618 (Embratel), 616 (General Carneiro), 605 e dos travessões. Para estimular a produção e o comércio da fruta, a associação AROESTE realizou nos dias 6 e 7 de julho de 2013, a primeira Festa do Abacaxi que se tornou a nova tradição do lugar movimentando a espacialidade de uma forma semelhante a Festa da Padroeira. Para fazer o evento foi utilizada a estrutura da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, mas o presidente da AROESTE, Adailton Pasqualette de Souza já fala em construir uma estrutura própria para abrigar o evento. Nos três dias da Festa do Abacaxi, a comunidade recebeu a média de mil pessoas entre moradores do setor, visitantes das cidades de Itapuã do Oeste, Ariquemes, Alto Paraíso, Cujubim e de outras localidades,

inclusive, da capital Porto Velho. Com a renda da venda das 270 caixas de cerveja em lata e dos produtos a base de abacaxi, a Associação conseguiu dinheiro para comprar o terreno para a sede. A festa envolve toda a comunidade sendo que os homens cuidam da organização, preparação, e montagens de estruturas, enquanto que as mulheres se concentram na preparação dos produtos comercializados durante o evento como: tortas, geléias, pudins, mousses e licores, tudo à base de abacaxi. Outros atrativos fazem da festa ainda mais animada como o torneio de futebol que na primeira edição reuniu 29 equipes, a escolha da rainha do abacaxi que moveu a vaidade das jovens da comunidade, e o concurso para escolher o maior e menor abacaxi maduro. O vencedor de 2013 levou para a disputa um fruto com 4,1 kg, sendo premiado com o valor de duzentos reais, e o menor fruto pesou pouco mais de 100 gramas, levando o prêmio de cem reais.

A partir da segunda Festa do Abacaxi, realizada nos dias 5 e 6 de julho de 2014, a Associação incluiu os produtos derivados de leite para ampliar o negócio e divulgar o produto mais presente na comunidade. A produção leiteira é a principal renda nas propriedades do entorno da Flona do Jamari. No município são produzidos variados tipos de queijos, requeijões, doces e outros produtos derivados do leite bovino, sendo referência regional nesse negócio. A AROESTE quer estimular a produção e comercialização desses produtos e acredita que a Festa do Abacaxi é a oportunidade para divulgar e ganhar novos mercados. A divulgação será ampliada para que um público ainda maior possa prestigiar a festa e conhecer os produtos produzidos em Itapuã do Oeste. Na primeira e segunda edição da festa a divulgação ficou concentrada na rádio local e nos convites verbais feitos diretamente a parentes, conhecidos e apoiadores, mas a propagação deve buscar outros meios de comunicação que possam alcançar outros municípios.

### **3.4 - COMUNICAÇÃO E RECEPÇÃO**

Buscamos compreender a importância exercida pelos meios de comunicação de massa e pelas formas de comunicação mais usuais no setor rural para analisar que tipo de influência os colaboradores desta pesquisa sofreram ou ainda sofrem por meio da comunicação. Pelo que já foi discorrido nesta dissertação a cerca do discurso implantado na era da colonização, podemos perceber que as idéias e os modelos



vigentes ainda mantêm traços dos programas de colonização do estado de Rondônia. Buscamos entender como foi estabelecida a comunicação no passado e de que forma os produtores rurais recebem atualmente as notícias e informações do município e do estado. Utilizamos para esta análise técnicas de estudos da recepção midiática com a observação do cotidiano e tempo disponibilizado para acesso aos meios de comunicação de massa, sendo rádio e televisão.

Diferente do que ocorria nas pesquisas de recepção midiática até a década anterior, o rádio já não exerce a supremacia na audiência no setor rural, pelo menos no entorno da Flona do Jamari, onde a energia elétrica trouxe vários confortos para os produtores rurais, inclusive a possibilidade de acesso à televisão via antena parabólica. Conforme a Tabela 18, apenas 26% dos colaboradores da pesquisa indicou ter o rádio na preferência de meio de comunicação de massa, enquanto que a televisão ocupa 50% das preferências, e desses telespectadores 75% assistem à televisão todos os dias, outros 20% assistem de três a cinco vezes por semana, e 5% declararam não assistir televisão em nenhum momento. Observamos que rádio e televisão juntos somam 76% das audiências. Na região é difícil uma residência que não tenha uma antena parabólica instalada geralmente na frente da casa como representação de valor ao que diz Martin-Barbero (1997) que o lugar do aparelho de mídia na residência é indicador na topologia simbólica de representação. Desse modo, ao que vimos, a antena parabólica está geralmente na frente da casa e o aparelho televisor está na sala, espaço de convívio coletivo da família e para receber visitas. A televisão passa grande parte do dia ligada e tornou-se a companhia diária do morador rural da área pesquisada, enquanto que o rádio diminuiu seu tempo ligado nas residências, diferentemente do tempo que não havia no lugar a televisão e a antena parabólica, privilégios do conforto promovido pela energia elétrica.

Outros tipos de comunicação como os materiais impressos também alcançam essa população, mas numa dimensão bem menor que os meios de massa, até porque são poucos utilizados pelas instituições que precisam comunicar com esse público. O que há de se considerar é que os meios de massa são dispersivos e a mensagem poderá não atingir o efeito, havendo qualquer interferência no espaço que traga ruído nessa interação, enquanto que o impresso é um tipo de comunicação que permanece por mais tempo e pode ser revisto quantas vezes necessárias para compreender a mensagem. Quando bem utilizados distribuídos de forma abrangente e com a estrutura de

mensagem bem compreensível esse tipo de comunicação traz grandes benefícios. No espaço pesquisado 6% disseram que tem acesso a cartazes e 3% a outros tipos de impressos como jornais, boletins informativos e folders. A telefonia celular rural é uma novidade no entorno e 3% desses entrevistados já o utilizam como forma de comunicação com parentes e amigos que residem na cidade de Itapuã do Oeste ou em outros lugares.

A informação de boca a boca, levada de uma a outra pessoa também foi observada principalmente nas conversas de compadres, nas esperas de transportes, beiras de campo de futebol e outros locais de convívios coletivos. Quem vai para a cidade ou ouve alguma coisa no rádio e nas reuniões comentam com amigos e parentes propagando as informações. Esse método quando bem utilizado causa efeito interessante em forma viral, principalmente se as informações forem implantadas com pessoas que exercem poder de liderança na família ou no grupo social. Um efeito muito utilizado na comunicação é o modelo funcionalista em que a mensagem é gerada para exercer uma função no indivíduo receptor, a partir de um fato social para promover a consciência individual (VILALBA, 2006).

No espaço pesquisado aparentemente os interessados na monocultura vem implantando através da comunicação verbal e direta, um conceito favorável sobre o cultivo de soja, com argumentos que representam valores econômicos a curtíssimo prazo, e essa difusão vem ganhando adesões na consciência dos produtores que pelo visto sofrem nesse sentido assédios frequentes por meios funcionalistas. A idéia favorável ao modelo de desenvolvimento econômico pelo agronegócio soja é repetida por moradores no exemplo de um agricultor que arrendou sua propriedade às margens da BR-364 para sojicultores e em poucos meses adquiriu caminhonete nova, comprou casa boa na cidade, e não tem mais queixa de vida difícil. Espelhar nesse exemplo é uma forte indicação de idéia de valor que vem sendo disseminada entre os produtores do espaço pesquisado.

Mesmo que esse tipo de comunicação (verbal e direta) foi indicado por apenas 6% dos entrevistados, se for implantado em grupos focais composto de formadores de opinião na comunidade gerará efeito prático em pouco tempo. Para combater esse tipo de efeito, caso as entidades ou governos queiram manter ou implantar agricultura sustentável para a pequena propriedade terá que utilizar do extensionismo rural e das

atividades de educação ambiental para contrapor argumentos que possam formar opinião visando um futuro sustentável para essas famílias agrícolas. O reforço dessa argumentação na mensagem deve ter como alternativa o rádio que apesar de estar com menor audiência que a televisão, ainda é o único meio de comunicação com programação local, trazendo notícias e informações de interesse direto dessa comunidade, e que está presente na cotidianidade desses moradores promovendo influência persuasiva pela repetição, afinidade e aproximação (MARTIN-BARBERO, 1997).

Todos os meios e tipos de comunicação citados pelos entrevistados exercem poder de influência desde que não utilizados isoladamente, buscando integração que possa sustentar a mensagem de formas diferentes, mas com conteúdo semelhante gerando a persuasão. Esse efeito é bastante utilizado em campanhas políticas e podem trazer resultados em campanhas de conscientização sobre modelos agrários e outras políticas públicas que possam ser implantadas numa comunidade. Como grande parte dos moradores desse espaço reside a mais de dez anos é natural que já ouviram diversos e diferentes discursos e argumentações favoráveis e contrários à implantação de modelo agrário com sustentabilidade ambiental. É certo que já ouviram diferentes entendimentos sobre a presença da Flona do Jamari, da mineração, da exploração madeireira e agora mais recente da soja, e tudo isso vai gerando representações e de acordo com a identidade do sujeito ele mesmo vai formando sua percepção conforme o mundo que vive e sente (CHAUÍ, 1999), mas devemos considerar que a percepção é construída pelas representações e identidades, e que a aceitação de argumentos sustentáveis, a fixação de argumentos econômicos necessitam estar evidentes nos conteúdos e discursos.

**Tabela 18. Como você toma conhecimento de notícias e informações – Proprietários rurais em regime de agricultura familiar – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Meio de comunicação | Percentual |
|---------------------|------------|
| Televisão           | 50%        |
| Rádio               | 26%        |
| Cartazes            | 6%         |
| Impressos/jornais   | 3%         |
| Através de pessoas  | 6%         |
| Telefone            | 3%         |
| Não sabe/não opinou | 6%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Buscando conhecer a periodicidade com que o morador assiste a televisão e, 75% dos entrevistados indicaram que assistem a programação todos os dias, 20% assistem de três a cinco vezes por semana, 5% disseram que nunca assistem, e não houve indicação para ‘uma vez por semana’ e nem para ‘de vez em quando’. Somando o percentual dos que sentam frente a televisão para acompanhar a programação observamos que 95% dos moradores tem acesso ao meio de comunicação e recebem com expressiva frequência as mensagens exibidas nos diversos programas.

Notamos que a televisão substituiu em grande parte das residências o papel exercido por anos pelo rádio que era o companheiro diário no cotidiano e agora a TV é ligada pela manhã passando grande parte do dia e noite ligada considerando que os integrantes da família tem horários comuns para assistirem televisão nos chamados horários nobres, mas no decurso do dia, entre uma ou outra folga, algum integrante da família liga a televisão e assiste a programação preferida em determinado horário. A energia elétrica tem tarifa diferenciada como subsídio do Governo Federal para a população rural através do Programa Luz para Todos, assim, o tempo desses aparelhos ligados não afeta o orçamento das famílias.

Se a televisão ocupa grande parte do tempo do público receptor no entorno da Flona do Jamari tornou fundamental compreender a preferência da programação televisiva. Constatamos que a maioria dos entrevistados tem preferência por notícias e informações, apesar de que reconhecem o isolamento informativo em que estão inseridos, devido à centralização das grandes emissoras nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, gerando via satélite uma programação ao gosto e interesse do público do Sudeste do país. Os receptores pesquisados estão inseridos ao contexto nacional e regional do Sudeste por meio da programação televisiva recebida via antena parabólica, que também traz informações do mundo, mas lhes faltam informações e notícias de acontecimentos locais e regionais.

Observe na Tabela 19 a preferência da programação televisiva dando ao telejornalismo 53% de interesse e demais audiência dividida entre programas de entretenimento e variedades. Um fator destacável na pesquisa é que a preferência por programas religiosos com 12% aproxima da audiência de novelas com 18%, o que conota que a influência religiosa tem papel influenciador bem próximo da forte e expressiva linguagem da teledramaturgia dos folhetins (novelas), podendo ser um canal

importante para a difusão e propagação de idéias e conceitos em lugares isolados. A comunicação de padres, pastores e demais líderes religiosos pode ser compreendida como agentes no modelo funcionalista de comunicação que visa formar idéias e promover transformações, porém os discursos religiosos fixam na programação da fé e de religiões, deixando de explorar outros temas como o meio ambiente e sociedade.

**Tabela 19. Preferência na programação da televisão entre os proprietários rurais – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Programação preferida            | Percentual |
|----------------------------------|------------|
| Telejornal                       | 53%        |
| Novela                           | 18%        |
| Programa de auditório            | 0%         |
| Programa de humor                | 3%         |
| Informativos diversos            | 3%         |
| Religioso                        | 12%        |
| Esporte                          | 8%         |
| Não tem preferência/Assiste tudo | 3%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Pelas informações da Tabela 19 compreendemos sobre a capacidade de persuasão do meio televisivo entre os produtores rurais pesquisados, o indicativo é que esses produtores estão ligados na televisão como forma de entretenimento e pela busca de alguma informação que lhes possa ser útil e aplicada em seus modos de vida. Como a maioria dos entrevistados é do gênero masculino, o indicador é de que estes telespectadores sentam frente à televisão após a jornada de trabalho no campo, e preferencialmente nos horários dos telejornais e demais programas noticiosos geralmente concentrados no intervalo do almoço e no início de noite. Seria como um misto de entretenimento com busca de alguma notícia ou informação, mas de acordo com a disponibilidade de tempo acabam assistindo de tudo que a programação oferece. Trazendo a análise da totalidade para o lugar, esses telespectadores acabam criando relações de valores com o cotidiano do Sudeste onde a renda *per capita* é maior e os atrativos proporcionados pelo poder de consumo são diferentes da realidade do Norte do país, onde está Itapuã do Oeste. A distância aparente do meio com o seu público é percebido quando analisado o nível de tomada de decisão com base na programação televisiva. Na Tabela 20, sobre o questionamento da capacidade de influência da programação televisiva, foram 30% de declarações de que o entrevistado nunca toma decisão com base no que assiste na televisão e 55% declarou que às vezes tomam

decisões, numa aparente identificação das diferenças regionais e inacessibilidade aos produtos, estabelecidos e serviços anunciados. Uma observação pertinente é que a programação do Sudeste traz no conteúdo promoções e informações que tornam inacessíveis a quem assiste a programação na região Norte, gerando apenas o conhecer dessas possibilidades sem as apreender.

**Tabela 20. Nível de tomada de decisão com base na programação na televisão – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Nível de decisão | Percentual |
|------------------|------------|
| Sempre           | 15%        |
| Às vezes         | 55%        |
| Nunca            | 30%        |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Como os telespectadores pesquisados são de vida rural, o que recebem de informação através da televisão, quando lhes são úteis, tende ao interesse por aquilo que possa corresponder em melhoria de vida no seu universo de sobrevivência. Desse modo, se interessam por consumo de produtos de utilização nas atividades rurais, e assimilam as informações que possam proporcionar novas técnicas aplicáveis na agricultura, indicando audiência em programas informativos rurais, tendo visível credibilidade em programas que falem de assistência e dicas técnicas rurais, pelas inserções publicitárias de produtos que possam utilizados no campo, e orientações econômicas sobre agronegócios. Na tabela 21, somando os conteúdos com relação direta com o campo teremos 73% das preferências, e isso remete que os demais temas passem quase que despercebidos mesmo que as audiências sejam rotineiras.

**Tabela 21. Tipos de decisões tomadas com base na programação da televisão – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Tipos de decisão                      | Percentual |
|---------------------------------------|------------|
| Compras de produtos                   | 10%        |
| Contratação de serviços               | 3%         |
| Tipos de cultivos                     | 20%        |
| Técnicas agrícolas                    | 26%        |
| Política                              | 13%        |
| Economia                              | 7%         |
| Formas de comercialização de produtos | 11%        |
| Formas de organização                 | 3%         |
| Diversas                              | 3%         |
| Não tem preferência                   | 3%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Analizamos ainda que há interesse representativo por política o que indica que os entrevistados mantêm sonhos ou projetos de vida que possam ser alcançados a partir de políticas públicas voltadas ao setor produtivo rural. Sendo moradores do campo é natural que estejam interessados em assuntos pertinentes a esse meio, porém notamos através dessas respostas, que ainda há motivação para as atividades agrícolas apesar das diversas dificuldades já apontadas nessa dissertação e observadas ao longo dos contatos com essa população.

A tendência de audiência do rádio é menor do que a televisão, mas o indicador de que 40% dos entrevistados ouvem diariamente esse meio de comunicação, demonstra que a programação televisiva via antena parabólica não sufoca a audiência da programação local, que em Itapuã do Oeste está concentrada na única rádio existente no município, mesmo que rádios de Porto Velho podem e são sintonizadas na região (Tabela 22). Apesar do interesse pelo que ocorre no mundo, principalmente numa era globalizada, o indivíduo não perde o interesse pelos acontecimentos da comunidade local e regional, sendo essas as suas referências culturais, sociais, e econômicas que formam seus modos de vida. A notícia local é de interesse da comunidade que precisa ser orientada mediante a movimentação socioeconômica, que precisa ter cuidados contra as modalidades de crimes, que possa saber dos eventos e demais acontecimentos sociais, e estar em dia com os assuntos rotineiros tanto da cidade como do campo. A soma dos que ouvem todos os dias, os que ouvem de três a cinco vezes por semana, e os que ouvem as vezes chega a 80% da periodicidade em que os rádios são sintonizados, dando uma media de recepção midiática bem expressiva, sendo este um canal de comunicação importante para esse público. Quando responderam que preferem televisão trata-se de um gosto pelo tipo de mídia, mas ao que percebemos gostam mais da televisão e estão mais sintonizados no rádio por ser este meio que comunica com o público local, tendo informações do município.

**Tabela 22. Frequência com que ouve rádio nas propriedades rurais – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Frequência de audiência | Percentual |
|-------------------------|------------|
| Todos os dias           | 40%        |
| De três a cinco vezes   | 5%         |
| Uma vez por semana      | 0%         |
| De vez em quando        | 35%        |
| Nunca                   | 20%        |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Com as facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias, o rádio vem diminuindo sua audiência entre aqueles ouvintes que buscam entretenimento, uma vez que em um único Pen Drive (tipo de memória em dispositivo USB) que pode ser conectado a diversas portas em equipamentos eletrônicos e de tecnologia de informação, e no CD (tipo de disco compacto popularizado por armazenar dados digitais, inclusive músicas), onde é possível armazenar diversas músicas pré-selecionadas ao gosto do ouvinte, com isso, as programações radiofônicas seguem a tendência de se tornarem mais informativas do que de entretenimento, apesar de que em Itapuã do Oeste o modelo de programação segue a tradição das FMs da capital com mais entretenimento de que notícias.

Pudemos observar essa tendência principalmente na população mais jovem que não foi objeto desta pesquisa, mas serve como indicador de que no campo a utilização dos meios tecnológicos ocupa a mesma preferência e tipo de consumo observado na população pesquisada. Essa tendência está presente também no entorno da Flona do Jamari sendo que apenas 35% dos entrevistados declaram ouvir rádios por causa da programação musical (Tabela 23). A maioria declarou ouvir rádios em busca de notícias e informações demonstrando o interesse em estar atualizados com os acontecimentos locais e regionais com 47% da soma de radiojornalismo e informativos diversos.

**Tabela 23. Preferência da programação no rádio entre os proprietários rurais em regime de agricultura familiar – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Programação preferida | Percentual |
|-----------------------|------------|
| Radiojornalismo       | 26%        |
| Informativos diversos | 21%        |
| Musical               | 35%        |
| Religioso             | 9%         |
| Não tem preferência   | 9%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

O indicador de tomada de decisão com base nas informações recebidas pela programação do rádio, não difere do nível de credibilidade da televisão, estando no mesmo índice de aceitação e confiabilidade. Na Tabela 23, os 29% que disseram nunca tomar decisões com base no que houve no rádio, indica um público que geralmente liga o rádio em busca de entretenimento considerando que 35% afirmaram que escutam programação musical. Esse público comumente quer apenas a companhia do



comunicador em momentos solitários, numa interação mais de diversão, como se fosse uma amizade invisível, porém presente na voz e na comunicação recebida, e isso ocorre pela solidão do indivíduo no espaço, gerando a sensoridade pela paisagem simbólica da locução (WEBER & DÉVENS, 2010). É esse tipo de ouvinte que cria afeto pelo comunicador, tendo ao mesmo como um confidente ou companheiro do dia-a-dia, em horários determinados e que coincidem com alguma atividade cotidiana. No caso do entorno da Flona do Jamari, muitos agricultores levam o rádio para o curral e ouvem a programação enquanto fazem as ordenhas, e em alguns casos o rádio é ligado dentro de casa em momentos que as atividades domésticas impedem a atenção à televisão. Nesse quesito o rádio leva vantagem por ter mais mobilidade e por não necessitar da atenção visual de seu receptor durante a recepção da audiência.

**Tabela 24. Nível de tomada de decisão com base na programação de rádio entre os proprietários rurais – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Nível de tomada de decisão | Percentual |
|----------------------------|------------|
| Sempre                     | 6%         |
| Às vezes                   | 65%        |
| Nunca                      | 29%        |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Como 71% dos entrevistados tomam decisões sempre ou às vezes pelo que ouvem no rádio, esse meio é considerado forte gerador de estímulos para persuadir seu público ao consumo, sendo ideal para a propaganda de conceitos e idéias e para a publicidade de produtos e serviços. Como exemplo, apenas 10% dos telespectadores declarou tomar decisões por compras de produtos (Tabela 21), enquanto que 27% dos ouvintes tomam decisões por compras de produtos (Tabela 25). Essa diferença é percebida por causa das origens das mediações em que a televisão recebe conteúdo do Sudeste e o rádio é genuinamente local, produto da cultura própria com as influências da indústria cultural presentes nas músicas mais tocadas. Outro apelo local que é percebido se refere as decisões sobre as formas de comercializações de produtos, onde 10% dos telespectadores buscam essas informações na televisão e 27% dos ouvintes de rádio buscam nesse meio as informações sobre as melhores formas de comercialização de produtos (Tabela 24).

A busca de orientação técnica também motiva a audiência no rádio, já que 20% dos entrevistados declararam que tomam decisão sobre técnicas agrícolas divulgadas na

programação que escutam no rádio. As formas de comercialização de produtos ocupam 27% das indicações de tomadas de decisões na programação ouvida pelo rádio. A indicação de 7% de decisões para assuntos de economia é um fator que pode agregar com outras formas de decisões demonstrando que os produtores rurais pesquisados estão muito interessados na subsistência da família e da propriedade rural e no futuro econômico da propriedade. As decisões políticas dos entrevistados nivelam com as decisões sobre cuidados com segurança, e como no campo a violência não é um problema tão acentuado, representa que na política esses moradores estão com baixos interesses o que pode conotar certo descrédito com a política local que supostamente não apresenta políticas públicas e ações de governo que possam atender diretamente essa comunidade, a ponto dos assuntos de segurança terem o mesmo grau de interesse dos ouvintes.

**Tabela 25. Tipo de decisão tomada com base na programação do rádio – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Tipo de decisão                       | Percentual |
|---------------------------------------|------------|
| Compras de produtos                   | 27%        |
| Contratação de serviços               | 0%         |
| Tipos de cultivo                      | 7%         |
| Técnicas agrícolas                    | 20%        |
| Política                              | 6%         |
| Economia                              | 7%         |
| Formas de comercialização de produtos | 27%        |
| Violência/Segurança                   | 6%         |
| Não toma decisão/não opinou           | 0%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Em Itapuã do Oeste a integração local por meio de comunicação de massa é feita pela única emissora radiofônica, que opera como rádio comunitária na frequência 97,9 com 25 watts de potência, dentro do limite permitido para este tipo de radiodifusão. A Itapuã FM existe há seis anos e promove a integração da comunidade com notícias, informações e entretenimento. A programação religiosa tem amplo espaço com programas de igrejas evangélicas e católica, mas o entretenimento ocupa a maior parte da programação tocando as mesmas músicas que é sucesso no país. O comunicador mais popular da Itapuã FM é Ailson Basílio Guerra, (Ailson Guerra), que trabalha como mototaxista e por acaso foi parar na emissora para substituir temporariamente um locutor que licenciou para disputar uma vaga na Câmara de Vereadores e perdeu o lugar na madrugada da emissora porque Ailson Guerra caiu na graça do ouvinte e permaneceu

como titular do programa Manhã Sertaneja, das 4h30 às 7h, veiculado de segunda-feira a sexta-feira. Com uma linguagem simples, comunicação coloquial e direta, e simpatia com o ouvinte o comunicador popular descobriu dia após dia o que agradava o ouvinte local, e criou uma programação que ele mesmo define como ‘aberta’ com um pouco de tudo como explica:

Não sou locutor, sou aprendiz de locutor, aprendo com o povo, trabalho pro povo, sou o povo e faço uma programação diferenciada. É a área caipira de verdade (...). Não tem assim uma faixa etária definida. Meu público vai de oito meses a 80 anos (risos). É de mamando a caducando como diz o caipira. E nós atingimos também todas as áreas, o católico, o evangélico, que liga não importa, e se pede a gente toca. O que eu tenho disponível eu sempre comento. (Ailson Basílio Guerra, radialista, entrevista concedida em 01/02/2014).

Ao abrir a programação, o locutor faz a Oração Caipira, que improvisou no primeiro dia de trabalho e tornou ícone do seu programa, onde clama a Deus pelos seus ouvintes numa petição que dura em média seis minutos, no estilo de orações feitas pelos locutores em arenas de rodeios<sup>5</sup>. A partir da oração, a programação musical é aberta com três músicas escolhidas pelo locutor que mantém a essência do estilo rural, com preferência pelas músicas caipiras, definidas como ‘sertanejo raiz’. A partir das primeiras músicas o programa passa a ser conduzido pelo gosto do ouvinte que liga e faz os pedidos musicais, e à medida que a população urbana vai acordando e sintonizando na Itapuã FM os pedidos musicais tornam variados, como explica o comunicador:

(...) uma coisa que me chamou a atenção é que quando eu vou andando pra rádio, a gente já recebe ligação na viagem, e quando a gente chega na rádio aí é os outros telefones da rádio e mais o meu celular durante toda a programação. Como eu sou mototaxista, durante o dia enquanto eu trabalho recebo um monte de ligação de gente fazendo pedido, é muita cobrança, é gente mandando recado, e o pessoal querendo que é gente manda alô pra quem tá no curral (nas propriedades rurais). Eles gostam de ouvir os nomes deles, então isso a gente tem feito com muita humildade e muita cautela, para que tudo se direcione assim para um trabalho bem comunitário. (Ailson Basílio Guerra, radialista, entrevista concedida em 01/02/2014).

Como a audiência é grande no setor rural, pois nesse horário os produtores rurais estão nos currais tirando o leite das vacas, e o aparelho de rádio fica ligado, Ailson Guerra inseriu notícias e informações do meio rural como entrevistas com técnicos da EMATER e IDARON. Os recados, avisos, prestação de serviços como achados e

---

<sup>5</sup> Competições de montarias em touros.

perdidos, procura de emprego e campanhas de solidariedade, fazem parte da programação do Manhã Sertaneja.

Qualquer tipo de informação a gente passa como data de aniversário, datas comemorativas, tudo que a gente pode passar pra eles a gente vai passando. Tudo que a gente vai colhendo durante o dia, a gente vai passando no dia seguinte, e eles vão ligando e falando o que está acontecendo na linha deles como queda de energia, reunião com o pessoal de fora, dos bancos, e quando a notícia é pro colono, a gente passa com mais clareza, com mais alegria, porque realmente trabalhamos para o homem do campo.” (Ailson Basílio Guerra, radialista, entrevista concedida em 01/02/2014).

O resultado da comunicação popular fez de Ailson Guerra uma pessoa querida, que recebe visitas em casa e é reconhecido na rua, mas sua grande satisfação está nos resultados dos apelos sociais realizados durante a programação como arrecadações de alimentos, coletas financeiras para compra de medicamentos ou para conseguir passagens para quem precisa viajar a tratamento de saúde. Considera que alguns apelos acabam se tornando momentos de fortes emoções diante da resposta do ouvinte que se comove e ajuda os munícipes mais necessitados. Esse é o caráter intimista do rádio que possibilita criar vínculo pela familiaridade gerada por estar no cotidiano do ouvinte, sendo o interlocutor bem presente na sociedade.

A comunicação rural pelo rádio também é utilizada pelo extensionismo rural como forma mais rápida e abrangente de levar informações à população rural. Esses programas são realizados com o objetivo de disseminar técnicas agrícolas, orientações e dicas de manejo, cotações e demais conteúdos que interessam diretamente ao produtor rural. Na Rádio Itapuã FM, a radiocomunicação para o extensionismo rural tem dado espaço à EMATER-RO que está sempre presente na programação, o mesmo ocorrendo com a presença constante de técnicos da IDARON que levam informações técnicas sempre buscando impor a linguagem acessível ao morador do campo. A RIOTERRA que realiza o projeto Semeando Sustentabilidade mantém o programa semanal Semear, veiculado a partir das 7 horas, todas as quintas-feiras, com uma programação focada na divulgação de ações do projeto, informações sobre o meio rural, dicas de sustentabilidade rural e de meio ambiente, e entrevistas com os técnicos que passam orientações e informações dentro dos objetivos do projeto. A linguagem do programa Semear é simples, objetiva e direta e nas dicas são utilizados spots com personagens caipiras que dialogam entre si sobre a temática ambiental e a importância da

preservação do meio ambiente, gerando maior identidade com o público alvo e dando um toque de humor na comunicação, saindo do tecnicismo ambientalista.

O rádio faz parte da vida dos produtores rurais do entorno da Flona do Jamari. O pioneiro Manoel Messias Lima chegou no lugar quando estava iniciando a colonização e lembra bem da programação da Rádio Nacional de Brasília/Radiobras, que era o meio de comunicação e de integração do homem que vivia na Amazônia. Naquele tempo a comunicação com parentes era somente por meio de cartas, e quando não tinha o endereço de parentes ou amigos, ou mesmo por causa do isolamento que impedia as correspondências de chegarem, mandar uma carta para ser lida no rádio era muito mais prático e rápido. Os avisos chegavam ou eram enviados também por cartas lidas na programação da Nacional de Brasília. A programação da emissora marcou na vida e na lembrança do produtor rural que ainda recorda dos nomes dos principais comunicadores da época, como Edelson Moura e Márcia Ferreira que diante do sucesso como locutores na Rádio Nacional chegaram a gravar discos musicais como cantores. A transmissão era sintonizada com perfeição mesmo no setor rural, aonde a frequência “chegava limpinha” e os assuntos eram pertinentes aos interesses de quem estava na Amazônia.

Eu lembro assim: ouvia muito a programação da Rádio Nacional e falava muito sobre garimpo, a colonização da Amazônia, tipo assim, incentivando, e a Radiobras era pra isso, né, pra mandar recado. Agora só recebe notícias por televisão, a parabólica. Eu preferia (a televisão) local, mas a gente escuta através do rádio o que acontece na cidade. Lá fora, do jornal, não interessa mais nada. A desordem que é lá fora pra nós também não interessa. O que interessaria era o (assunto) local, porque você pode tá ali... é uma propaganda do comércio, um desaparecimento de uma pessoa, um falecimento, então, nós aqui é isso que interesse mais do que lá de fora. O rádio (Itapuã FM) não tá 100% não. A televisão seria melhor. (Manoel Messias Lima, produtor rural, entrevista gravada em 24/01/2014).

O agricultor Francisco de Souza chegou à linha 618 há aproximadamente uma década e agora goza do benefício da telefonia rural, uma novidade presente em muitas residências da comunidade, mas recorda que quando chegou ao lugar, a comunicação ainda era via um telefone público tipo ‘orelhão’, via satélite, que era utilizado para comunicar com a cidade e com parentes em outros estados. Para saber de notícias e acontecimentos “só mesmo indo à cidade” e ouvia de pessoas pela comunicação verbal direta. Considerou a chegada da rádio comunitária em Itapuã do Oeste como benefício para a informação do homem do campo, mas ressalta que a televisão é o meio de comunicação preferido.

(...) Aqui é mais na televisão. Agora essa rádio ali joga muitas notícias pra cá pra linhas, e a gente fica sabendo o que está se passando na rua. Eu não tenho muito tempo para ouvir rádio não, porque a gente sai cedo pra trabalhar e não tem tempo, e às vezes a gente tem que trabalhar e só chega tarde. A gente assiste mais é a televisão de noite, um jornal... mas a gente assiste essas de longe, né, de São Paulo, do Rio de Janeiro, mas essas não compensam pra gente. Compensa porque a gente tá assistindo e vê como tá o movimento por lá. (Francisco de Souza, agricultor, entrevista concedida em 01/02/2014).

O produtor rural Sebastião Bonifácio Domingues é um dos que vem conciliando a audiência do rádio e da televisão. Com a chegada da energia elétrica comprou uma televisão com antena parabólica, assiste a programação nacional das emissoras geradoras que estão instaladas longe de Rondônia, mas ainda busca no rádio a integração social através das notícias da região.

(...) a gente usa a televisão, e depois tem o rádio também, né, de Itapuã do Oeste. E a gente usa o rádio... tem a cobertura de Porto Velho também... Agora a rádio de Porto Velho alcança aqui também, né... Aqui sempre a gente vê é a noite, né, o jornal e às vezes de meio dia, o comentário do lugar, né, do município, e o jornal de São Paulo pela televisão. Da região aqui pela televisão só na cidade, aqui no sitio não pega não. Aqui só parabólica mesmo. Até tem Sky pra todo lado, né.. (risos)... Daqui da região mesmo só pelo rádio... a informação é essa... a preferencia é pela rádio do município... sim, qualquer bolicho lá, vai na radio, né.. Do município tá bom... Agora de Porto Velho, né, eu quase não sintonizo não.... e das notícias de Itapuã, o que mais me interessa é o prefeito trabalhar direito.. colocar junta especializada na parte da saúde que tá um fracasso danado (...). (Sebastião Bonifácio Domingues, produtor rural, entrevista concedida em 01/02/2014).

A Itapuã FM por ser a única emissora do município, busca comunicar com todos os públicos possíveis, e assim, tem muito espaço destinado para a programação religiosa, considerando a predominância da população cristã de católicos e de evangélicos, mas essas programações são dogmáticas e não incluem outros assuntos se não a propagação da fé. Diversas instituições religiosas realizam programas diários como a Igreja Evangélica Santuário da Bênção que mantêm o programa Hora do Milagre, das 12h às 13h, apresentado pela missionária Hozana Rodrigues dos Santos, com veiculação de músicas do estilo gospel, divulgação da programação do templo, mas o principal objetivo é a divulgação da fé evangélica propagando a salvação da alma através de Jesus Cristo. O programa tem apoiadores que são empresas comerciais da cidade e os nomes e telefones desses apoiadores são anunciados durante o programa. A missionária Hozana realiza orações ao vivo para ouvintes que ligam fazendo pedidos diante de necessidades diversas como a busca de milagres para curas físicas, libertações da alma, e outras necessidades pessoais. O programa é direcionado para o público

urbano, mas recebe ligações de pessoas do setor rural que também participam com seus pedidos musicais ou de orações. Sobre a certeza de que está agradando ao público, diz que vêm dos testemunhos de ouvintes que ligam para agradecer e dar testemunhos de bênçãos alcançadas. A programação assemelha a uma celebração de culto evangélico, iniciando com identificação e boas vindas, oração inicial, mensagem com base na Bíblia Sagrada, aconselhamentos e a veiculação de músicas que são pedidas pelos ouvintes que ligam na emissora.

A programação é pra divulgar as atividades da igreja e também o alvo maior é pra divulgar o nome do Senhor Jesus Cristo. Nós estamos todos os dias na Itapuã FM transmitindo uma palavra viva, e através dessa palavra muitos já tem alcançados muitos milagres, muitos sinais; o pessoal liga e com todo carinho tocamos os louvores pedidos. No final nós temos uma palavra que vem do coração de Deus para o coração dos queridos ouvintes. (...) É igual um culto e tem muita gente que liga e fala que o programa a Hora do Milagre é um culto no meu lar; e eu me sinto feliz, né, então é o motivo da gente continuar a programação porque a obra de Deus não parou. Deus continua fazendo os mesmos milagres. Quando alguém liga e pede informação, a gente pode até deixar um 'espacinho', mas a programação, né, o nosso alvo é mesmo divulgar o nome do Senhor Jesus Cristo.” (Hozana Rodrigues dos Santos, missionária evangélica, entrevista realizada no dia 01/02/2014).

A Igreja Católica através da Pastoral da Comunicação da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes mantém diariamente o programa Ave Maria, das 18h às 19h, mantido pela própria paróquia para ter isenção e independência, e apresentado pelo leigo voluntário Hildebrando Franca, que considera a programação destinada à família.

Cada dia fazemos um programa para um segmento da família. Pensamos em toda a família e a gente procura falar um pouco de tudo. A gente leva tanto a informação social, quanto a religiosa, são informações para as famílias crescerem tanto na vida social, quanto espiritual. (...) Divulgamos desde a festa da igreja, tanto das comunidades. Quando têm as festas a gente percebe o tanto de pessoas que participam e isso é sinal de que as mensagens estão chegando às famílias. (Hildebrando Franca Santos, entrevista concedida em 31/01/2014).

O programa Ave Maria tem informações, dicas, recados e avisos, e veiculação de música cristã sugeridas pela equipe da Pastoral da Comunicação de acordo com o tema do dia, e também a pedido de ouvintes. O padre Tony, que celebra missas nas comunidades rurais do município também destacou a importância da comunicação através da Itapuã FM. Além do Ave Maria, o sacerdote citou o programa Deus Presente, veiculado aos sábados a partir das 13 horas, pelos quais são enviadas as mensagens, notícias, informações, os fatos e os avisos. Apesar da programação católica no rádio ser

tradicional, o padre Tony ainda não considera suficiente e diz que a Paróquia faz uso também da comunicação escrita, enviando avisos e os textos são lidos nos cultos e demais atividades das comunidades como reforço da comunicação entre a igreja e os fiéis.

A comunicação geralmente é feita a partir de um contato pessoal, a comunicação verbal, oral, onde a gente tem que vir mesmo ao encontro das pessoas para comunicar os eventos, os acontecimentos, os fatos. Outro meio de comunicação que é muito eficaz é o rádio pela transmissão da rádio comunitária de Itapuã do Oeste, que atinge todas as famílias da comunidade, e mesmo assim ainda tem muitos ruídos. É o que às vezes dificulta a comunicação. às vezes a mensagem chega e não é compreendida ou às vezes a mensagem não é acolhida. A mensagem chega, mas o receptor não está atento à mensagem. (Weliton Martins Costa, o Padre Tony, entrevista concedida em 26/01/2014).

O sacerdote acredita no potencial da comunicação virtual que tem linguagem mais simples, curta, direta e ágil, mas lamenta a falta de acessibilidade a interesse principalmente pela população rural. Mas a falta de acessibilidade às novas mídias, como o telefone celular portátil, impossibilita a comunicação por mensagens e pelas redes sociais eletrônicas, recursos esses muito difundidos atualmente nos grupos urbanos.

Para melhorar a fixação das mensagens encaminhadas pelo rádio ou através dos avisos, o sacerdote sugere o que vem praticando que é o efeito persuasivo pelo repetição, o que chamou de “reforço da comunicação”, pois os agricultores “não tem a cultura de ouvir, de ler e de guardar a informação que chega e cai no esquecimento”. Esse reforço da comunicação faz com que o próprio sacerdote volte à comunidade para relembrar de um acontecimento previsto e já comunicado anteriormente.

Outro tipo de comunicação social bastante eficaz é o impresso que pode ser em forma de boletim informativo, folders, cartilhas e outros. Apesar de que o índice de escolaridade predominante nesse público alvo não seja tão satisfatório, o uso da comunicação impressa pode ser eficaz até mesmo em populações de pouco hábito de leitura. Sabendo produzir o conteúdo com linguagem simples, textos curtos e ilustrações com boa comunicação visual, o efeito tornará abrangente ao considerar que cada impresso dará acesso pelo menos cinco pessoas num processo de rotatividade de leituras de cada exemplar, média esta calculada pelas editoras gráficas no Brasil. Esse tipo de comunicação (impressa) não vem sendo utilizado com eficácia pelos órgãos e instituições que precisam comunicar com a população do entorno da Flona do Jamari.



Pelas informações obtidas na pesquisa, o folheto é o tipo de impresso mais utilizado com 14% das indicações, mas analisando os 76% que declaram não ter acesso ou não recebem nenhum tipo de comunicação impressa, podemos afirmar que há uma demanda elevada de público que poderia ser alcançada com a comunicação direta e dirigida, aumentando as possibilidades de convencimento e de persuasão, desde que seja utilizado material composto adequadamente.

**Tabela 26. Tipo de informativo impresso que tem acesso os proprietários rurais – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Tipos de informativos impresso | Percentual |
|--------------------------------|------------|
| Revista                        | 0%         |
| Jornal                         | 5%         |
| Boletim                        | 5%         |
| Cartilha                       | 0%         |
| Folhetos                       | 14%        |
| Cartazes                       | 0%         |
| Não recebem/não tem acesso     | 76%        |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Se há problema na falta de distribuição ou de produção de comunicação impressa na área pesquisada, maior será a problematização da formação do conteúdo a ser distribuído, considerando que 50% dos entrevistados declararam que não tomam decisão com base em informações contidas em algum tipo de impresso (Tabela 27). Esse alto percentual não significa, necessariamente, uma rejeição a esse tipo de comunicação, mas pela ausência deste, o público alvo não o reconhece como produto comunicativo com poder persuasivo em suas decisões. A indicação de ‘talvez’ toma decisão, ‘as vezes’, e ‘dependendo de quem fala’ soma 25% dos entrevistados. Uma reversão seria possível com mais exemplares disponibilizados e com melhor estrutura textual e ilustrativa, simplificando a compreensão e recepção considerando o baixo nível de escolaridade observado nesse grupo. Utilizar material impresso como forma de comunicação gera acessibilidade e economia, considerando os valores das outras mídias de massa veiculadas em rádio e televisão, além da possibilidade de ter acesso ao tipo de comunicação que circula em mãos e estando disponível para novas leituras. Tanto o rádio quanto a televisão são muito dispersivos e o conteúdo é ouvido ou assistido apenas uma vez, enquanto que o impresso estará disponível em algum lugar da casa e poderá ser acessado novamente pela mesma pessoa ou por outras que estejam no mesmo ambiente.

**Tabela 27. Índice de tomada de decisão com base em material impresso que recebe como folhetos, boletim informativo e outros. – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Nível de decisão        | Percentual |
|-------------------------|------------|
| Sim                     | 25%        |
| Não                     | 50%        |
| Talvez                  | 0%         |
| Às vezes                | 20%        |
| Dependendo de quem fala | 5%         |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

A comunicação verbal e interpessoal é mais difícil de ser promovida, pois requer credibilidade da fonte, habilidades para expressar de forma correta e argumentação convincente. Falar em público é considerado uma arte desde os tempos de Sócrates, mas a chave do convencimento nesse tipo de comunicação está muito mais relacionada com a argumentação do que com as habilidades de expressão. Esse é um tipo de comunicação muito utilizado no setor rural pelo extensionismo, pelas assistências técnicas e pelas demais instituições que precisam dialogar com o público rural. Quem ouve precisa ser persuadido a aceitar o que está sendo dito por outro sujeito, e convencer não é tarefa fácil no entorno da Flona do Jamari, considerando que os moradores já ouviram de tudo, e o que escutaram pouco tem servido para melhorar a vida. O índice de 14% de entrevistados que declaram tomar decisão com base no que houve é baixo para uma região onde existem constantes reuniões, palestras, e o diálogo pessoa a pessoa. O indicador de ‘não toma decisão’, ‘às vezes toma decisão’ ou ‘nunca toma decisão’ com base no que ouve nas palestras, representa que para persuadir esse público se faz necessário um bom composto de argumentação e de clareza na comunicação verbal e interpessoal.

O ideal em situações assim é que o interlocutor conheça bem as necessidades do ouvinte e saiba que tipo de diálogo poderá arrebanhar maior conquista utilizando na argumentação fatos, exemplos, testemunhos, e dados objetivos que na região pesquisada seria responder à tese ‘o que vou ganhar com isso’, diante da importância da representação nas tomadas de decisões, conforme já observadas nessa dissertação. O descrédito com o que se ouve é percebido também na soma de 72% dos entrevistados nas respostas ‘talvez’, ‘às vezes’, e ‘depende de quem fala’ indicando que esses moradores estão mais interessados nos resultados práticos e evidentes do que nos

promessas e perspectivas que, para esses, podem não resultar em nada como muitas vezes já escutamos.

**Tabela 28. Nível de tomada de decisão com base no que ouve em palestras entre os proprietários rurais em regime de agricultura familiar – Itapuã do Oeste, 2013/2014.**

| Nível Decisões       | Percentual |
|----------------------|------------|
| Sim                  | 14%        |
| Não                  | 14%        |
| Talvez               | 14%        |
| Às vezes             | 32%        |
| Depende de quem fala | 26%        |

**Fonte: Ferreira, S.S. – Sistematização de trabalho de campo.**

Com palestras bem preparadas, material de apoio com informações complementares, utilização de material de audiovisual dentre outros recursos de oratória e principalmente argumentos bem definidos, esses interlocutores poderiam ampliar a capacidade persuasiva frente ao público alvo que não tem reconhecido a eficiência desse meio de comunicação por não acreditar mais em tantas promessas não cumpridas e tantas ilusões já ofertadas no passado.



# HISTÓRIA VIVIDA

## **CAPÍTULO 4 – HISTÓRIA VIVIDA E REGISTRADA**

Neste capítulo inserimos a história do lugar através de fotolegendas que expressam os modos de vidas da comunidade envolvida na pesquisa e do cotidiano urbano da cidade de Itapuã do Oeste que compõe o contexto desta pesquisa. Ao discorrer sobre as cenas fotografadas é possível sentir a poética do lugar, ambientalizando representações e apegos que promovem a resistência de pequenos agricultores que conduzem suas propriedades para a sobrevivência e como principal investimento econômico que para esses, suas terras são as principais heranças recebidas ou preparadas para a posteridade.

A orientação para esse procedimento se deu diante da ilustração de paisagens por meios em diversos cromos que seriam utilizados apenas como relatórios de atividades de campo. O conteúdo visual adquirido proporciona a quem tem acesso a esta dissertação um olhar mais nítido para compreender como vivem os produtores rurais do entorno da Floresta Nacional do Jamari e da população urbana inserida também na faixa compreendida de dez quilômetros que caracteriza zona de amortecimento da Unidade de Conservação.

Todas as fotografias foram realizadas no ato das diversas visitas realizadas a campo, durante as buscas de informações nas entrevistas, e nas observações realizadas para compreender o cotidiano, representações e valores de cada momento vivido e sentido pelo homem do campo.

## A CAMINHO DA COMUNIDADE



*Foto 1. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A Comunidade de Nossa Senhora Aparecida é composta por moradores das Linhas 605, 616 e 618. Para chegar ao núcleo os acessos são por essas estradas, que apesar de serem de chão, são transitáveis por qualquer tipo de veículo durante o Verão e o Inverno. O benefício das estradas boas tornou o vínculo com a cidade mais freqüente pela facilidade de traslados.

## O TRADICIONAL CAMPONÊS



*Foto 2. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

No entorno da Flona do Jamari é possível encontrar agricultores fazendo percursos nas estradas vicinais montados em cavalos, no estilo tradicional camponês. Os animais servem ainda para auxiliar o trabalho rural, principalmente no manejo de gado nas pastagens.

## TRANSPORTE E ACESSIBILIDADE



*Foto 3. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

O trânsito de veículos nas linhas pesquisadas é freqüente com veículos de serviços e particulares. Por esses caminhos circulam automóveis, caminhonetes, ônibus e caminhões nos mais diferentes objetivos de traslados. Alguns produtores rurais possuem seus próprios veículos para atender suas necessidades e apóiam os demais moradores quando possível.



## MORADIA CONVENCIONAL EM MADEIRA



*Foto 4. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A maioria das habitações nas propriedades rurais é construída em madeira, matéria prima farta, mas entre as edificações mais recentes já são vistas algumas em alvenaria. É comum o jardim na frente e plantas frutíferas ao redor do quintal. As casas são construídas recuadas das estradas para melhor segurança e privacidade.

## BENEFÍCIOS DA ENERGIA ELÉTRICA



*Foto 5. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

Com a chegada de energia elétrica no campo, com tarifas subsidiadas, proporcionou facilidades como a água encanada que é bombeada do poço para caixas d'água, servindo às casas e as demais necessidades da propriedade, inclusive o abastecimento para os animais. A criação de galinha caipira é atividade presente em todas as pequenas propriedades servindo para suplementação da alimentação das famílias e para ajudar na economia com a venda de ovos e de aves diretamente ao consumidor.

## MÃO-DE-OBRA REDUZIDA



*Foto 6 (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

O envelhecimento da mão-de-obra rural tem limitado a produção em culturas de subsistência como a criação de gado leiteiro, galinhas caipiras e formação de pomares. O zelo pela propriedade conota a valor estimável da posse mesmo não correspondendo economicamente como o sonhado pelo pequeno produtor rural, que apesar das dificuldades financeiras tem se mantido no campo por identidade, apego e mesmo sobrevivência.

## O POMAR QUE ALIMENTA A FAMÍLIA



*Foto 7. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

O cultivo de frutas existe na maioria das pequenas propriedades abastecendo as famílias e para a venda de excedentes em feira livre. As frutas mais cultivadas são: banana, abacaxi, laranja, limão e cupuaçu. Os pomares são formados em locais de terra fértil com fonte hídrica por perto para facilitar a irrigação das plantas.

## ATIVIDADES DE LAVOURA



*Foto 8. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

Apesar da queixa do baixo preço da venda de produtos alimentares da agricultura familiar, os produtores rurais do entorno da Flona do Jamari encontram alternativas de renda na produção de lavouras. O cultivo de mandioca é uma das preferências por atender à produção de farinha e para a venda das raízes *in natura*.

## PRODUÇÃO DE ABACAXI EM ESCALA



*Foto 9. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

O cultivo de abacaxi em grande escala tornou alternativa para produção agrícola nesta área com solo ácido e de baixa fertilidade. Algumas propriedades profissionalizaram a produção com padronização de frutos e crescimento constante da produção, que serve para a venda local e para atender mercados como Porto Velho (RO) e Cuiabá (MT). As lavouras de abacaxi ocupam espaços que já foram de outras culturas agrícolas e até mesmo de pastagens.

## VENDA DIRETA AO CONSUMIDOR



*Foto 10. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A venda direta ao consumidor ocorre aos domingos, no Feirão do Produtor, mantido pela Prefeitura de Itapuã do Oeste. Os produtos são expostos em bancas e o próprio produtor rural é que faz a comercialização quilo a quilo. Caminhões disponibilizados pelo Município fazem o traslado de agricultores e mercadorias. A comercialização no Feirão é uma forma lucrativa já que a venda é direta ao consumidor, proporcionando ao agricultor melhor lucratividade.

## HORATALIÇAS NA ALIMENTAÇÃO FAMILIAR



*Foto 11. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

O cultivo de hortaliças é atividade da rotina da mulher trabalhadora rural que divide o tempo entre as prendas domésticas e o trabalho no campo. A produção é para garantir o complemento alimentar da família, além de gerar renda com a venda do excedente que ocorre geralmente em feira livre. A base da alimentação das famílias inclui também produtos não cultivados nas propriedades, sendo indicados nos hábitos alimentares, o consumo de arroz, feijão, carne bovina, batata, peixe e farinha de mandioca.



## FEIRÃO DO PRODUTOR RURAL



*Foto 12. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,78,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

O novo Feirão do Produtor Rural foi inaugurado em 2014, com estrutura em alvenaria e cobertura metálica, substituindo um velho galpão de madeira que ficava à frente. Este local possui boxes de restaurantes, banheiros públicos, e as bancas para exposição e venda de produtos agrícolas. A estrutura foi construída na cidade de Itapuã do Oeste com recursos do Governo Federal através do Ministério de Cidades.

## SIMPLICIDADE DA COZINHA TRADICIONAL



*Foto 13. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A cozinha típica do meio rural com o tradicional fogão à lenha ainda existe em muitas propriedades, servindo para o cozimento de alimentos mais duros, diminuindo o consumo de gás GLP. Em meio à simplicidade, a pesquisa indicou a existência de equipamentos como geladeira, freezer, televisão, rádio, liquidificador, batedeira, lavadora de roupas e do fogão à gás. O ferro elétrico é raro nas residências indicando baixa utilização desse aparelho na passagem de roupas em virtude da elevação do consumo de energia elétrica.

## ESTRUTURAÇÃO PARA O BEM ESTAR



*Foto 14. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

Ao longo dos anos os agricultores adquiriram estabilidade o suficiente para a vida estável como produtores rurais. Nas propriedades são percebidas formação de pastagem, criações de animais e acomodações estruturadas como tulhas em tábuas mata-juntadas, e residências boas. Os mais prósperos contam com o conforto de ter um veículo próprio.

## PECUÁRIA DE CORTE



*Foto 15. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, /2013).*

A mudança da paisagem engloba as grandes fazendas que atuam com a pecuária de corte. O gado predominante é o Nelore, criado em escala comercial para abate. As fazendas criam o gado à pasto, incluindo a suplementação mineral que melhora a qualidade nutricional e precocidade na engorda. No espaço onde se vê gado, no passado era composto de propriedades de famílias agrícolas.

## CRIAÇÃO DE GADO PARA LEITE



*Foto 16. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

O gado Nelore é predominante na pecuária de corte cultivada no entorno da Flona do Jamari, enquanto que nas pequenas propriedades a preferência é para a criação de vacas leiteiras, de origens variadas, para o fornecimento de leite ao laticínio, garantindo renda mensal que equilibra a vida econômica das propriedades.

## CURRAL PARA ORDENHA



*Foto 17. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

Nas pequenas propriedades os currais são construídos de forma a atender todas as atividades de manejo do rebanho. No mesmo espaço são feitas as ordenhas manuais, a vacinação e o embarque e desembarque de exemplares do rebanho nos traslados. Os currais ficam sempre perto das casas para facilitar o trabalho dos produtores que trabalham geralmente nas madrugadas.

## EXPANSÃO DO CULTIVO DE SOJA



*Foto 18. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A monocultura com o avanço da soja é a nova pressão no entorno da Flona do Jamari. Esse tipo de agricultura reduz a presença humana no espaço agrário com a substituição de famílias agrícolas para o trabalhador rural assalariado, com expressiva redução da oferta de mão-de-obra por haver muita utilização de máquinas e implementos. Outros problemas da monocultura é a grande concentração de agrotóxicos e fertilizantes químicos. A redução de corredores ecológicos e surgimento de ilhas são bastante freqüentes na monocultura, o que altera o espaço para a fauna.

## PRODUÇÃO ALTERNADA COM ARROZ



*Foto 19. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

Os grandes produtores fazem alternância de ciclos na monocultura como forma de descansar a terra e recuperar a qualidade de solo. O arroz é o principal produto cultivado nos intervalos em que a soja é substituída. Esse tipo de cultivo é percebido bem perto da comunidade pesquisada, o que vem despertando interesse de pequenos produtores no negócio.



## ARRENDAMENTO DA PEQUENA PROPRIEDADE



*Foto 20. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A procura de espaço para o cultivo de soja tem despertado interesse de pequenos produtores que arrendam suas propriedades para os grandes produtores. Como a área de assentamento rural não é permitida a formação de latifúndios. Nesse caso a compra de imóveis rurais é feita por procuração para que nos registros oficiais não conste área de grande propriedade rural. Outra prática é o arrendamento de espaços paralelos de diversos pequenos produtores formando uma grande área de cultivo.

## EXPLORAÇÃO LEGAL DE MADEIRA



*Foto 21. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A madeira continua sendo um bom negócio na região, e dentro da Flona do Jamari foi feita a concessão para empresas especializadas em manejo sustentável. Esta foi a primeira unidade de conservação no país a conceder esse tipo de autorização para exploração industrial. As concessionárias tem o dever de preservar espécies ameaçadas, matrizes e de fazer a recuperação das áreas degradadas.

## O RISCO EVIDENTE DO AGROTÓXICO



*Foto 22. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

O Brasil é o vice-líder mundial no consumo de agrotóxico na agricultura, fator observado também na área estudada com a presença de bombas costais para aplicação de agrotóxicos em basicamente todas as propriedades visitadas. Apesar de demonstrar conhecimento dos riscos do manejo desses produtos, os agricultores pesquisados ainda descuidam do perigo como essa bomba da foto guardada sobre um freezer e ao lado de ninhos de galinhas.

## NOVAS POSSES IMITAM O MODELO ANTIGO



*Foto 23. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A distribuição de novas posses de terra para a agricultura familiar na região do entorno segue o mesmo modelo de ocupação do espaço praticado nas décadas de 1970 e 1980. As áreas florestadas são derrubadas dando lugar para lavouras sem qualquer acompanhamento ou orientação técnica que possa garantir a sustentabilidade e uso correto do solo.

## MAJESTOSA CASTANHEIRA



*Foto 24. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

O desmatamento deixa em vulnerabilidade espécies em extinção como a Castanha-do-Pará (*Bortholletia excelsa*), que não podem ser derrubadas pela ação do homem, porém esses exemplares acabam sendo atingidos por raios. Uma castanheira leva em média 50 anos para atingir a fase adulta.

## DOMESTICAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES



*Foto 25. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A domesticação de animais silvestres foi observada no espaço pesquisado apesar de que em mínima ocorrência, como essa Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*) criada desde filhote por uma família agrícola. O risco de ataque não é considerado nem mesmo por crianças que arriscam a colocar o dedo na boca do animal que perdeu o instinto selvagem e convive com os cães da propriedade.

## DOMESTICAÇÃO DE AVES



*Foto 26. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A criação de aves da fauna local também foi observada, principalmente com a domesticação de Loros (*Psittaciformes psittacidae*) por causa do encanto da espécie que aprende a falar e interage com as pessoas. Esses animais depois de domesticados não necessitam de gaiolas e são criados livres nos quintais e dentro das casas. Quando ainda estão em fase de domesticação as penas das asas são cortadas para evitar que o exemplar voe seguindo o bando.

## SINALIZAÇÃO EM RODOVIA



*Foto 27. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

Em alguns pontos a unidade de conservação fica muito perto de estradas rurais e rodovias. Apenas a RO-205, uma estrada estadual que interliga a BR-364 com o município de Cujubim, possui sinalização específica orientando aos motoristas a existência permanente de animais silvestres cruzando a rodovia pavimentada.



## ATROPELAMENTO FATAL



**Foto 28.** (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).

A dispersão da fauna é um fenômeno comum em entornos de áreas florestadas, o que torna esses exemplares vulneráveis às predações, como o ocorrido com o Tatu (*Cingulata dasypodidae*) morto por atropelamento ao tentar atravessar uma estrada vicinal no entorno da Flona do Jamari. Esse tipo de acontecimento ocorre por falta de corredores ecológicos que dariam a devida proteção aos animais que circulam na área de amortecimento.

## RECUPERAÇÃO DE ÁREA COM PUPUNHA



Foto 29. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).

Alguns projetos agroflorestais são percebidos no entorno da Flona do Jamari como forma de promover a recuperação de áreas degradadas com plantio de espécies de valor econômico em pequenas propriedades rurais. A utilização de Pupunha (*Bactris sp*) em plantios foi estimulada pela implantação de uma indústria de palmito no município de Itapuã do Oeste.

## RECUPERAÇÃO PELO SISTEMA AGROFLORESTAL



*Foto 30. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

Outra alternativa percebida para a recuperação de áreas degradadas pelo Sistema Agroflorestal – SAF é o cultivo consorciado de espécies de valores econômicos madeireiros e frutíferos. Em curto prazo é possível ao pequeno produtor ter renda da área plantada, e assim recuperar a perda econômica da área produtiva destinada para o plantio, aliando preservação ambiental com alternativa econômica.

## COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA



*Foto 31. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A Comunidade Nossa Senhora Aparecida fica localizada na linha 618 (Embratel) em Itapuã do Oeste, sendo composta por famílias que chegaram no lugar em busca de terra para trabalhar, produzir e prosperar. O núcleo possui igreja, campo de futebol, bar e residências. É nesse espaço que acontece os eventos de socialização da comunidade, revelando a cultura do lugar.

## PRINCIPAL PARTE SOCIAL DA COMUNIDADE



*Foto 32. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

O galpão aos fundos da igreja concentra o bailão, almoço coletivo e outras atividades durante os festejos realizados pela comunidade. A tradição da Festa da Padroeira (principal celebração da comunidade) envolve o sagrado e o profano em forma de quermesse. A cavalgada que sai da cidade de Itapuã do Oeste até o local da festa é a atividade que une o rural e urbano em torno do festejo.

## CONCENTRAÇÃO DA FÉ CATÓLICA



*Foto 33. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A religiosidade dos moradores da área é concentrada na fé Católica. A cada quinzena é realizada uma missa na comunidade, no domingo a noite, mas nos finais de semana que o padre não está presente, o dirigente é responsável pela realização de um culto semanal e das novenas que ocorrem intercaladas nas residências.

## PROMOÇÃO DO ABACAXI



*Foto 34. (ALENCAR, J. P. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A produção de abacaxi na região mereceu destaque da comunidade com a realização da Festa do Abacaxi para promover a divulgação do cultivo. Produtos derivados do fruto são comercializados agregando valor a produção. A Associação de Produtores é a responsável pela organização do evento que envolve a comunidade na organização e realização.

## FESTA DO ABACAXI



*Foto 35. (ALENCAR, J. P. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A Festa do Abacaxi é um momento social que promove o cultivo agrícola e oportuniza o lazer e diversão aos moradores da comunidade. Visitantes do núcleo urbano de Itapuã do Oeste e de outros municípios participam da festa como convidados. O evento se tornou tradição na comunidade.



## FINAL DE SEMANA DE FESTA



*Foto 36. (ALENCAR, J. P. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A Festa do Abacaxi inicia na sexta-feira prosseguindo até o domingo com a venda de derivados como doces e tortas, além de diversos tipos de alimentos e bebidas. Com a renda do evento a Associação de Produtores faz investimentos em benefício da comunidade. A noite acontece o tradicional bailão e escolha da rainha da festa, enquanto que de dia são realizadas as atividades de esportes, almoços e confraternizações.

## O FUTEBOL DE TODOS OS DIAS



*Foto 37. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A principal atividade de lazer no setor rural do entorno da Flona do Jamari é o futebol. As partidas são disputadas em campos gramados, localizados nas propriedades rurais. De uma partida de final de tarde às competições valendo troféus e premiações, o morador do entorno se rende ao esporte mais tradicional no país.

## SAÚDE E MEIO AMBIENTE



*Foto 38. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

O abastecimento de água potável para alimentação e demais consumos tem como principal fonte o poço tipo amazônico, escavado com diâmetro em torno de 80 centímetros e profundidade relativa ao lençol freático. A coleta de água é feita em balde manivelado manualmente em sarilho. É recomendável uma proteção na borda do poço para evitar acidentes com pessoas e animais, e a construção de fosso para evitar a entrada de águas pluviais ou servidas. Apesar do cuidado com a qualidade da água potável, outros descuidos no entorno coloca em risco a saúde dos moradores como veremos a seguir.

## PRIVADA COM FOSSA SECA



*Foto 39. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, /2013).*

Algumas residências já possuem sanitários internos com louças e canalização para fossas, mas as condições sanitárias da maioria das famílias são precárias com utilização de privadas tipo mictórios de fossa seca ou negra, que requer distância mínima de 10 metros de poços e outras fontes de água potável para evitar contaminações. A observação de distâncias na construção dessas unidades tem sido respeitada pela maioria, mas não impede que o lençol freático esteja em risco, além do desconforto na hora do uso dessas instalações.

## MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE



**Foto 40.** (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).

Assim como na área interna, o entorno da Flona do Jamari é rico em mineração, principalmente com a extração de cassiterita. As lavras causam devastação de áreas florestadas e danos no subsolo com a formação de erosão. As empresas detentoras das lavras tem obrigação legal de recompor as áreas afetadas após o término da exploração.

## CARVÃO VEGETAL



*Foto 41. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, /2013).*

O município de Itapuã do Oeste produz carvão vegetal que é exportado para Porto Velho e outros municípios rondonienses. As carvoarias estão operando com sobras de serragens de madeiras das indústrias instaladas no município, minimizando os impactos com a devastação de florestas para esses fins. As chaminés dos fornos das carvoarias expõem a fumaça sem qualquer tipo de filtragem.

## LIXÃO A CÉU ABERTO



*Foto 42. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, /2013).*

Os resíduos sólidos coletados na cidade de Itapuã do Oeste são jogados no Lixão Municipal, bem perto da cidade, sem qualquer tratamento sanitário. Para reduzir os elementos, o lixo depositado a céu aberto é queimado, mas essa prática não elimina problemas como a produção de chorume que afeta o lençol freático, além da procriação de pragas e insetos que transmitem doenças.

## COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO



*Foto 43. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, 2013).*

A maioria das residências tem antena parabólica sendo a novidade que tem ocupado um lugar que pertencia ao rádio até pouco tempo. Apesar a força da comunicação televisiva os produtores percebem que esse meio não contempla o regionalismo, concentrando a programação na realidade do Sudeste, onde estão as principais geradoras de programação nacional.



## RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA



*Foto 44. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, /2013).*

A Radio Itapuã FM é uma emissora comunitária que opera com apenas 25 kWa, cobrindo toda área urbana e parte do setor rural do município. É a única forma de integração da comunidade que tem na programação local as notícias, informações, debates e apelos sociais.

## SUCESSO DO TALENTO LOCAL



*Foto 45. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, /2013).*

O radialista Ailson Basílio Guerra é o comunicador de maior sucesso na Itapuã FM. Não tem curso de formação e por instinto criou uma programação que caiu na graça do ouvinte da cidade e do campo. A maior dificuldade foi entender o computador e a mesa de som, quanto ao que comunica diz que fala aquilo que as pessoas querem ouvir, sendo pautado pelos ouvintes que telefonam ou falam diretamente quando o encontram na cidade.

## CENTRO COMERCIAL DE ITAPUÃ DO OESTE



*Foto 46. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapua do Oeste, /2013).*

A avenida Presidente Médici concentra os principais comércios da cidade de Itapua do Oeste. O êxodo rural traz o jovem para a cidade que busca os poucos empregos oferecidos nos estabelecimentos comerciais. A vida na cidade é pacata e o movimento é concentrado na parte da manhã.

## ACESSO RODOVIÁRIO



*Foto 47. (FERREIRA, S.S. – Câmera SONY Cyber-Shot 12.1 mega pixels, lente 4x optical zoom, 2,8-59/4,7-18,8 – Itapuã do Oeste, /2013).*

Itapuã do Oeste é interligado aos demais municípios de Rondônia e do país através da BR-364, por onde saem as exportações de minérios e madeiras. A cidade é base para viajantes e caminhoneiros que transitam pela rodovia.

## CONCLUSÃO

Após mergulhar no espaço objeto dessa dissertação e analisar as percepções dos sujeitos quanto aos fenômenos que definiram e ainda definem a espacialidade no entorno da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, levando-se em consideração os aspectos observados, compreendemos que os produtores rurais em regime de agricultura familiar percebem o espaço do entorno dessa unidade de conservação como um lugar de produção, de obtenção de renda, de realizações financeiras e de vivência social dentro de um modelo de ocupação espacial que não corresponde ao sistema de sustentabilidade que requer numa área de amortização de uma importante unidade de conservação. Para esse morador e proprietário a questão ambiental tem importância desde que não seja conflituosa com os interesses produtivos das propriedades rurais.

Conforme sugere Diegues (2001), a unidade de conservação e seu entorno devem ser ocupados de forma produtiva para a subsistência, extraindo os recursos naturais renováveis de forma ordeira e planejada, levando em consideração as finalidades de espaço de bem comum para a sociedade, mas que não sacrifique o morador em detrimento da coletividade já que este sujeito não recebe benefícios para compensar as renúncias. Os modos de vidas do morador do entorno da Flona do Jamari não difere de outros pequenos agricultores que vivem em diferentes regiões de Rondônia, em espaços destinados para assentamentos agrários, seguindo os mesmos modelos implantados nas décadas de 1970 e 1980, durante o apogeu da colonização deste Estado, sem a preocupação com a sustentabilidade. O extrativismo não é aplicável nesse espaço, pois a cobertura vegetal foi devastada e a pecuária tornou-se a principal fonte de renda das famílias. No se refere à Flona do Jamari e seu entorno, os moradores não percebem o valor desses espaços como potenciais para o turismo ecológico que em nada vem contribuindo para a economia local diante da inexistência desse negócio, e nem para a importância das pesquisas que são atividades realizadas na unidade de conservação e na área de amortização.

A preocupação com os recursos hídricos, os ciclos de chuvas e a qualidade do ar são os apelos ambientais mais frequentes na percepção dos produtores rurais, que compreendem esses fatores como importantes para suas propriedades e para a sociedade como um todo, mas entendem que a unidade de conservação deveria ser explorada de

forma sustentável pelos próprios moradores e não por empresas concessionárias, desconsiderando assim, a importância dos planos de manejo sustentáveis para a viabilização econômica dos recursos naturais renováveis com a devida responsabilidade de recomposição das áreas degradadas. O pensamento expansivo da propriedade e da exploração tem representação econômica envolvida na identidade do morador, ao que é observado no pensamento de Chauí (1999) que considera as representações e identidades como elementos fortes na composição da percepção do sujeito. O produtor rural vê o entorno como espaço produtivo agrário, do mesmo modo que vê a unidade de conservação como espaço para ampliar sua renda e patrimônio, enquanto que os valores ambientais são vistos como elementos limitadores do progresso. Para compor uma nova percepção voltada aos valores e atitudes como propõe Tuan (1980), se faz necessário reconstruir as representações e identidades do sujeito do entorno firmadas em argumentos que possam dimensionar importância ambiental, valores econômicos e sustentáveis, e modos de vida, restando ao poder público criar um modelo de política de ocupação do espaço que possa levar ao desenvolvimento local sustentável e fixação da mão-de-obra familiar para conter a pressão crescente da monocultura.

O morador do entorno da Flona do Jamari tem pouco lazer e descontração no local, talvez pela proximidade da cidade de Itapuã do Oeste. A comunidade se une para compor sua espacialidade cultural em torno dos festejos tradicionais que acontecem anualmente na Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida que celebra a religiosidade católica em agradecimento às bênçãos alcançadas, e a Festa do Abacaxi que envolve produtores de abacaxi e de leite na promoção dos produtos principais da economia local. Essas tradições geram o que Silva (2007) considera de elementar em populações tradicionais amazônicas, sendo o comprometimento na organização e realização gerando unidade e motivação o grupo. A singularidade de aproximação e identidade é percebida no conceito de introdução dos valores destacados por Oliveira & Souza (2010), de que os valores religiosos com as representações da vida rural estão presentes nos eventos formando a identidade própria da comunidade. É preciso que esses eventos venham compor o calendário cultural do Município de forma que possam ser ampliados para melhor obter êxitos aliando os objetivos culturais e econômicos, visando a promoção do turismo regional e fortalecimento da identidade local.

A Comunicação tem exercido seu papel mobilizador nas questões sociais através da programação radiofônica que dialoga com essa sociedade urbana e rural nas

necessidades de apoio e solidariedade à pessoa. Um bom espaço foi percebido também na comunicação religiosa com ampla programação das igrejas Católica e protestantes que fixam suas mensagens na propagação da fé. Tanto na comunicação massiva como na comunicação verbal direta essas instituições religiosas pouco tem discursados sobre a temática ambiental. A mesma carência foi observada na programação própria da emissora FM local que pouco tem difundido sobre o tema, ficando apenas nos espaços destinados aos órgãos públicos e entidades da sociedade civil que atuam nesse campo. A televisão é o meio com maior presença no cotidiano da comunidade, mas o fenômeno das antenas parabólicas que captam as emissoras do sudeste do país, não oferece um diálogo que venham calhar com a realidade ou necessidade das pessoas pesquisadas, exceto os programas rurais que atraem interesse por apresentarem dicas e reportagens sobre assuntos pertinentes à produção agrícola. A constância dos meios de comunicação de massa no cotidiano familiar causa influências como observa Martin-Barbero (1997), e esse poder mobilizador poderia servir para a formação da percepção no olhar crítico local, o que não ocorre por falta de conteúdos que possam trazer essas representações, como destaca Dardel (2011) de que o sujeito percebe o mundo vivido também pelas representações distantes, vindo da totalidade para o lugar, e nesse caso a percepção do morador do entorno da Flona do Jamari sofre mais influência do discurso global de que do discurso local.

Observamos ainda que a comunicação oral empregada de forma direta não causa poder de convencimento na formação da opinião desse sujeito por causa dos inúmeros discursos falados e não cumpridos em décadas passadas, mas entendemos que se for preparado um discurso mais convincente firmando nas representações de valores, e apoiar com outros elementos de comunicação como os impressos direcionados, a percepção do morador pesquisado poderá ser reconstruída nos objetivos da sustentabilidade. Quanto ao passado, a comunicação fluente era através da rádio Nacional/Radiobras que promoveu o papel integrador na Amazônia, mas a comunicação estabelecida na época pela emissora não valoriza fatores ambientais.

Com esta pesquisa percebemos a necessidade de implantação de políticas públicas para o desenvolvimento local, e sugerimos que novas pesquisas possam ser realizadas no sentido de compreender as vocações agrícolas e aptidões presentes nas propriedades rurais para auxiliar projetos e programas focados nessas necessidades, principalmente para encontrar alternativas que possam fixar a família no campo,

considerando o fenômeno de êxodo da população mais jovem e o envelhecimento da mão-de-obra rural. Outra preocupação que surgiu e não era objeto dessa pesquisa, se refere à qualidade da água consumida e sobre as fontes hidrográficas existentes no entorno da Floresta Nacional do Jamari, uma vez que os produtores percebem alterações em riachos, igarapés e nascentes e reconhecem que esse fenômeno seja decorrente dos impactos ambientais na região. Sobre a percepção do produtor rural com a unidade de conservação, a sugestão é que uma nova pesquisa possa compreender os destinos dos recursos arrecadados em impostos ou compensações socioambientais que no entendimento do morador pouco vem contribuindo com o desenvolvimento econômico local, e que sejam implantadas políticas de incentivo ao turismo e a pesquisa científica como forma de socializar recursos e ampliar renda e economia local.



## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Reimpressão 2007.

ALMEIDA Silva, A.; BASTOS, A.; GOMES, F. B. Análise socioeconômica da área de concessão da Floresta nacional do Jamari. Porto Velho: Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – RIOTERRA, 2009. Revisão de textos: Andréa Moraes da Costa. Disponível em <[http://www.semeandosustentabilidade.org/index.php?pag\\_id=stt](http://www.semeandosustentabilidade.org/index.php?pag_id=stt)>, acessado em 29/09/2011, às 12h32.

ARRUDA, Moacir Bueno (et. all.). Gestão integrada de ecossistemas aplicada a corredores ecológicos. Moacir Arruda Bueno (org). – Brasília: Ibama, 2006.

BARRIGOSSO, José Alexandre Freitas. Cultivo do Arroz de Terras Altas no Estado de Mato Grosso. Sistema de Produção, No. 7, ISSN 1679-8869 Versão eletrônica. Embrapa Arroz e Feijão: Setembro/2006. Disponível em <[http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozTerrasAltasMatoGrosso/normas\\_gerais\\_uso\\_agrotoxicos.htm](http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozTerrasAltasMatoGrosso/normas_gerais_uso_agrotoxicos.htm)>, acessado em 01/03/2014, às 18h57.

BERTOL ROCHA, Lurdes. Fenomenologia, semiótica e geografia da percepção: Alternativas para analisar o espaço geográfico. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 4/5, p. 67-79, 2002/2003.

BOLLNOW, Otto Friedrich. O homem e o espaço. Otto Friedrich Bollnow: tradução de Aloisio Leoni Schmid. – Curitiba; Editora UFPR, 2008.

BOUYER, C. G., Percepção e trabalho na fenomenologia de Merleau-Ponty. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. Revista Ciências & Cognição V. 14, 2 ed. 2009.

BRITEZ, Ricardo Miranda (et. all). Manejo do Entorno. In: RAMBALDI, Denise Marçal; OLIVEIRA, Daniela América Suárez de (orgs). Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília: 2ª. ed., MMA/SBF, 2005.

BROWN, James H. e LOMOLINO, Mark V. Biogeografia. Tradução Iulo Feliciano Afonso. 2. ed., Ribeirão Preto (SP): FUNPEC-Editora, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia. ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. Rev. Bras. Estudos Pop., Brasília, 15(2), 1998, (p. 45-63).

CERQUEIRA, Rui (etall). Alguns conceitos de fragmentação. In: RAMBALDI, Denise Marçal; OLIVEIRA, Daniela América Suárez de (orgs). Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília: 2ª. ed., MMA/SBF, 2005.

CHAUÍ, M. Introdução à Filosofia. Porto Alegre: Ed. Bertand Brasil, 1999.

DARDEL, Eric. O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica / Eric Dardel; tradução Werther Holzer. – São Paulo: Perspectiva, 2011.

DECRETO nº 90.224, de 25 de setembro de 1984, disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90224-25-setembro-1984-440503-norma-pe.html>>, acessado em 01/04/2014, as 9h19.

DIEGUES, Antônio Carlos Souza. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

FERNANDES, Francisco (et. all.). Dicionário Brasileiro Globo. 56. ed. – São Paulo: globo, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. pp. 109-122, Agosto, 1977

Giorgi, A. (1985). *Phenomenology and Psychological Research*. Pittsburgh: Duquesne University Press. .

GÓIS, Itamara Bomfim; SILVA-MANN, Renata; FERREIRA, Robério Anastácio. Variabilidade genética de *Spondias lútea* L. em uma população do baixo São Francisco sergipano, por meio de isoenzimas. *ScientiaForestalis*: Piracicaba, v.37, n. 81, 2009.

HANNIGAN, John. *Sociologia Ambiental* / John Hannigan; tradução de Annahid Burnett. – (Coleção Sociologia). Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia* / Richard Hartshorne; tradução original de Thomaz Newlands Neto; supervisão de Fábio M. S. Guimarães e L. M. C. Bernardes. – 2. ed. – São Paulo: HUCITEC: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Revista Território*, ano II, nº 3, pp. 77-85, jul./dez. 1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Senso 2010. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110110&search=rondonialitapua-do-oeste|infograficos:-informacoes-completas>>, acessado em 01/04/2014, as 9h08.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Senso 2012. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/>>, acessado em 29/04/2014, às 8h44.

KORMAN, Vânia. Proposta de interligação das glebas do Parque Estadual de Vassanunga (Santa Rita do Passo Quatro, SP) / Vânia Korman. Dissertação de Mestrado – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Piracicaba, 2003. Disponível em <[file:///C:/Users/Cliente/Downloads/VaniaKorman%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/VaniaKorman%20(1).pdf)>, acessado em 02/03/2014, as 00h26.

LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, Código Florestal Brasileiro. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112651.htm)>, acessado em 04/03/2014, às 00h14.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental*. Petrópolis, Vozes, 2001.

LIRA, Bruno Carneiro. *Linguagem e palavra*. 1. ed. – São Paulo: Paulinas, 2008.

MACIEL, Pedro. *Jornalismo de televisão: normas práticas* / Pedro Maciel. – Porto Alegre; Sagra: DC Luzzatto, 1995.

MARGALEF, Ramón. *Ecologia*. Lisboa, PO. Omega, 1977.

MARIN, Andreia Aparecida. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, vol. 3, n. 1, 2008.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. /Jésus Martin-Barbero; Prefácio de Néstor Garcia Canclini; Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História oral: como fazer, como pensar* / José Carlos Sebe Bom Meihy, Fábíola Holanda. – São Paulo: Contexto, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção* / Maurice Merleau-Ponty: tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert (org). Ratzel: Geografia. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; e SOUZA, José Arilson Xavier de. A “geograficidade” das formas simbólicas: o santuário de Fátima da Serra Grande em análise, *Confins* [Online], 9 | 2010, posto online em 20 Julho 2010, Consultado em 4 Março 2014. URL : <<http://confins.revues.org/6509> ; DOI : 10.4000/confins.6509>

PACHECO, Éser; SILVA, Hilton P. Compromissos Epistemológicos do Conceito de Percepção Ambiental (2006). Disponível em <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>>, acessado em 15/03/2014, às 21h24.

PINEDA, Samanta. As Limitações Ilegais do Uso do Entorno das Unidades de Conservação. Publicado em *Ambiente Duran*: <<http://ambienteduran.eng.br>> (2010). Disponível em <<http://ambienteduran.eng.br/opiniao/limitacoes-ilegais-do-uso-do-entorno-das-unidades-de-conservacao>>, acessado em 01/03/2014, às 19h04.

QUAINI, Massino. A Construção da geografia humana / MassinoQuaini; tradução LibianaLaganá Fernandes; - Revisão técnica Moacyr Marques. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RAMBALDI, Denise Marçal; OLIVEIRA, Daniela América Suárez (orgs). Fragmentação de Ecossistemas – Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília: MMA, 2005.

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996, CONAMA, disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res96/res0996.html>>, acessado em 04/03/2014, às 00h12.

RIBEIRO, Wallace Carvalho; LOBATO, Wolney; LIBERATO, Rita de Cássia. Notas Sobre Fenomenologia, Percepção e Educação Ambiental. Ver. Sinapse Ambiental, setembro 2009. Disponível <[http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE\\_ARO\\_REVIS\\_ELETR20090930145705.pdf?PHPSESSID=46b54c171225585f485dbe68141d08b4](http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARO_REVIS_ELETR20090930145705.pdf?PHPSESSID=46b54c171225585f485dbe68141d08b4)>, acessada em 23/02/2014, às 13h05.

RIOTERRA, Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia. Floresta Nacional do Jamari – Conservação e Sustentabilidade. Porto Velho: CES Rioterra, 2011.

RIZZO, Marçal Rogério. A recomposição das matas ciliares – um bom exemplo que vem de Pedro Gomes (MS). Revista Eletrônica dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas, MS, v.1 – n.6 – ano 4, 2007.

RUFINO, Eliaquim. Mosquito da Malária (música). Disponível em <<http://letras.mus.br/eliaquim-rufino/1841643/>> e acessado em 01/03/2014, as 22h56

SANTOS, Milton (a). Da Totalidade ao Lugar. São Paulo. 1. ed., 1. reimpr. – São Paulo, Edusp, 2008

\_\_\_\_\_, Milton (b). Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. ; Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. – 6. ed. – São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_, Milton. Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. – São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Roberto Elísio dos. As teorias da comunicação: da fala a internet. São Paulo: Paulinas, 2003.

SARAIVA, Adriano Lopes. SILVA, Josué da Costa. Espacialidade das Festas Religiosas em Comunidades Ribeirinhas de Porto Velho, Rondônia. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 24, p. 7-18, Jul/Dez (2008). Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/3570/2490>>, acessado em 25/02/2014, as 19h39

\_\_\_\_\_, Adriano Lopes. SILVA, Josué da Costa. O Culto aos Santos Padroeiros e a Religiosidade Popular das Comunidades ao Longo do Rio Madeira. Disponível em

<[http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos\\_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20AdrianoLopesSaraiva.EDIIV.pdf](http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20AdrianoLopesSaraiva.EDIIV.pdf)>, acessado em 25/02/2014, as 19h31

SCARIOT, Aldacir (*et. all*). Efeitos da fragmentação sobre a biodiversidade da vegetação e flora. In: RAMBALDI, Denise Marçal; OLIVEIRA, Daniela América Suárez de (orgs). Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília: 2ª. ed., MMA/SBF, 2005.

SEPAC – Serviço à Pastoral da Comunicação. Rádio: a arte de falar e ouvir; (laboratório). – São Paulo: paulinas, 2003. – (Pastoral da Comunicação; Teoria e prática. Série manuais).

SILVA, Josué da Costa. O Mito e as Crenças como Constituição do Espaço Ribeirinho n Formação do Modo de Vida Amazônia. In: KOZEL, Salete (org); SILVA, Josué d Costa (org); GIL FILHO, Sylvio Fausto (org). Da Percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. / Organização de Salete Kozel, Josué da Costa Silva e Sylvio Fausto Gil Filho. – São Paulo: Terceira Margem; NEER, 2007.

SOARES-FILHO, Britaldo Silveira; (*et. all.*). Modeling conservation in the Amazon basin. Nature, London, v. 440, p. 520---523, 2006.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e trabalho de campo. In Geografia Física Geomorfologia: uma (re)leitura. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

SULLIVAN, Marguete H. Uma Assessoria de Imprensa Responsável – Um Guia dos Bastidores. Departamento de Estado dos EUA. Escritório de Programas Internacionais de Informação. Editor: George Clack. (Cartilha)

THOMAZ, Fernanda. Algumas considerações sobre a pesquisa de campo em geografia agrária. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Edição Especial, pp. 211-220, 2009.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (Tradução de Livia de Oliveira). Londrina: Edue, 1980.

VALERI, Sérgio Valiengo. SENÔ, Mirela Andréa Alves Ficher. A Importância dos Corredores Ecológicos para a Fauna e a Sustentabilidade de Remanescentes Florestais. 8º Congresso Internacional de Direito Ambiental, 2003.

VIEIRA, Marcus Vinicius (*et. al*). Efeitos da fragmentação sobre a biodiversidade de mamíferos. In: RAMBALDI, Denise Marçal; OLIVEIRA, Daniela América Suárez de (orgs). Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília: 2ª. ed., MMA/SBF, 2005.

VILALBA, Rodrigo. Teoria da comunicação – Conceitos básicos. São Paulo: Ática, 2006.

VILLAR, Livia Melo (*ett. all.*). A Percepção Ambiental entre os habitantes da região noroeste do estado do Rio de Janeiro. Escola Anna Nery, Revista Enfermagem, 2008.

WEBER, Andréa Franciele; DEVÉNS, Priscila. O Rádio no Meio Rural: Consumo de programas radiofônicos rurais por agricultores do Rio Grande do Sul. Rádio Leituras, Ano I, Num 01, ISSN: 2179-6033, edição julho a dezembro de 2010 (p.41-62). Disponível em <<http://radioleituras.wordpress.com>>.

WOTTRICH, Laura Hastenpflug; SILVA, Renata Córdova da; RONSINI, Veneza V. Mayora. As perspectivas das Mediações de Jesús Martín-Barbero no Estudo de Recepção da Telenovela. (In) Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

ZANOLLA, S. R. S. (2012). O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. Psicologia & Sociedade, 24(1), 5-14., 2012.

ZARIN, Daniel j. (*et. all*) As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

ZUBEN, Newton Aquiles Von. Fenomenologia e Existência: Uma leitura de Merleau-Ponty. Temas Fundamentais de Fenomenologia. São Paulo. Ed. Moraes, 1994.

## ANEXO 1. FORMULÁRIO DE PESQUISA

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA  
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA  
A AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL

---

#### QUESTIONARIO SOCIO-ECONOMICO-AMBIENTAL

1 - MUNICÍPIO

- Itapuã do Oeste
- Cujubim

2 - SEXO

- Masculino
- Feminino

3 - FAIXA ETÁRIA (IDADE)

- 18 a 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- 46 a 55 anos
- 55 a 65 anos
- Acima de 65 anos

4 - ESCOLARIDADE

- Lê e escreve
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior
- Especialista

5 - A QUANTO TEMPO RESIDE NO LUGAR?

- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- 11 a 20 anos
- acima de 20 anos

6 - QUAL A SUA RELIGIÃO?

- Católico
- Evangélico
- Espírita
- Outra religião
- Sem religião

7 - QUAL DOCUMENTO POSSUI DA PROPRIEDADE RURAL?

- Contrato particular de compra e venda
- Documento de posse
- Título definitivo
- Licença de ocupação
- Recibo de compra e venda
- Outro documento

Nenhum documento

8 - QUAL A ÁREA DA PROPRIEDADE RURAL?

- Menor que dois módulos fiscais/Chácara
- Até quatro módulos fiscais/Agricultura familiar
- Acima de quatro módulos fiscais

9 - QUAL A CONDIÇÃO DE EXPLORAÇÃO DA ÁREA?

- Proprietário
- Posseiro
- Arrendatário
- Parceiro
- Comodatário

10 - QUANTOS INTEGRANTES DA FAMÍLIA RESIDEM NA PROPRIEDADE?

- Apenas um
- De dois a três
- Acima de quatro

11 - O PROPRIETÁRIO É ASSOCIADO/FILIADO EM ALGUMA INSTITUIÇÃO?

- Sindicato
- Associação rural
- Cooperativa
- Outra

12 - QUAL O DESTINO DO LIXO DA PROPRIEDADE?

- Jogado a céu aberto
- Aterro
- Incinerado
- Reciclado
- Transportado para o lixão municipal

13 - QUAL O DESTINO DO ESGOTO SANITÁRIO?

- Canalizado para igarapé/rio
- Fossa séptica
- Lançado no ambiente

14 - QUAL O TIPO DE FONTE D'ÁGUA EXISTENTE NA PROPRIEDADE?

- Rio
- Igarapé
- Córrego
- Lago natural
- Mina/nascente
- Cisterna/Açude
- Poço amazônico
- Poço artesiano

15 - EXISTE MATA CILIAR NESSA FONTE?

- Sim
- Não

16 - QUAL A UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DA FONTE EXISTENTE NA PROPRIEDADE?

- Consumo doméstico
- Consumo por animais
- Irrigação

17 - QUAIS OS CUIDADOS COM A ÁGUA CONSUMIDA PELA FAMÍLIA NA PROPRIEDADE?

- Água + Hipoclorito
- Água coada + Hipoclorito
- Água filtrada + Hipoclorito
- Água natural
- Água fervida + Hipoclorito
- Água fervida

18 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DA PROPRIEDADE?

- Criação de gado
- Criação de suínos
- Agricultura
- Criação de peixes
- Hortaliças
- Fruticultura
- Outras atividades

19 - QUANTITATIVOS POR TIPOS DE ANIMAIS CRIADOS NA PROPRIEDADE

- Gado
- Galinhas
- Patos
- Equinos
- Ovinos
- Caprinos
- Suínos
- Animais silvestres

20 - QUAL A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO GADO PARA A RENDA DA PROPRIEDADE?

- 100% da renda
- Até 70% da renda
- Até 50% da renda
- Até 30% da renda
- Até 10% da renda
- Não tem importância econômica

21 - QUAL A PRINCIPAL FONTE DE RENDA COM O GADO?

- Fornecimento de leite para laticínio
- Venda de leite direta ao consumidor
- Produção de queijo
- Produção de outros derivados
- Venda de gado para abate

22 - COMO É O CULTIVO DO GADO NA PROPRIEDADE?

- A pasto
- Semi-confinado
- Confinado

23 - QUANTITATIVOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA PROPRIEDADE

- Feijão
- Farinha de mandioca
- Milho
- Melancia
- Abacaxi
- Banana



- Hortaliças
- Cupuaçu

24 - QUAL O CICLO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

- Venda ao atravessador
- Venda em feiras livres
- Venda aos vizinhos
- Venda direta em comércios revendedores

25 - QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS PARA O CULTIVO DE LAVOURA NA PROPRIEDADE?

- Pragas
- Falta de cerca
- Preço de mercado
- Falta de assistência técnica
- Falta de financiamento
- Falta de sementes
- Baixa fertilidade do solo
- Falta de irrigação

26 - UTILIZA AGROTÓXICO (VENENO) NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA?

- Sempre
- Regularmente
- As vezes
- Nunca

27 - O AGROTÓXICO UTILIZADO É ADQUIRIDO DE QUE FORMA?

- Prescrito por engenheiro agrônomo
- Adquirido sem prescrição

28 - NA APLICAÇÃO DO AGROTÓXICO UTILIZA QUAIS TIPOS DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA?

- Bomba manual
- Bomba automotora
- Máscara
- Botas
- Luvas
- Óculos de proteção
- Roupas longas

29 - APÓS A APLICAÇÃO DE AGROTÓXICO COMO SÃO LAVADOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS?

- No jirau de casa
- No rio/igarapé
- Em recipiente próprio
- Junto com outros equipamentos

30 - APÓS A APLICAÇÃO DE AGROTÓXICO COMO SÃO LAVADAS AS ROUPAS?

- No jirau de casa
- No rio/igarapé
- Em recipiente próprio
- Junto com outras roupas

31 - QUAL O DESTINO DAS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS?

- São queimadas
- São jogadas no quintal

- São devolvidas na loja onde efetuou a compra
- São reutilizadas
- São jogadas junto ao lixo doméstico

32 - QUANTITATIVO EFETUADO DE CAÇA DE ANIMAIS SILVESTRES PARA CONSUMO?

- Cotia
- Paca
- Capivara
- Aves
- Tatú
- Outros

33 - QUANTITATIVO EM KG DE ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS NAS REFEIÇÕES DIÁRIAS DA FAMÍLIA

- Arroz
- Feijão
- Carne
- Batata
- Mandioca
- Farinha de mandioca
- Peixe
- Hortaliças
- Outros

34 - QUAL A ORIGEM DOS ALIMENTOS CONSUMIDOS?

- Produção própria
- Adquirido em comércio na cidade
- Própria + adquirida

35 - EM QUAL ESTAÇÃO DO ANO A PROPRIEDADE É MAIS RENTÁVEL?

- Verão
- Outono
- Primavera
- Inverno

36 - A PROPRIEDADE POSSUI ENERGIA ELÉTRICA?

- Sim
- Não

37 - POSSUI ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS?

- Geladeira
- Freezer
- Televisão
- Rádio
- Liquidificador
- Batedeira e/ou Triturador de alimentos
- Lavadora de roupas
- Ferro elétrico

38 - VOCÊ SABE DA EXISTÊNCIA DA FLORESTA NACIONAL DO JAMARI / FLONA DO JAMARI?

- Sim
- Não

39 - JÁ ESTEVE NA FLORESTA NACIONAL DO JAMARI / FLONA DO JAMARI?

- Sim

Não

40 - SABE DA EXISTÊNCIA DA MINERAÇÃO JACUNDÁ?

Sim

Não

41- JÁ ESTEVE NA MINERAÇÃO JACUNDÁ?

Sim

Não

42 – CONHECE BENEFÍCIOS DA MINERAÇÃO PARA O MUNICÍPIO?

Sim

Não

Quais? \_\_\_\_\_

43 – SABE DA EXISTÊNCIA DE EXPLORAÇÃO MADEIREIRA NA FLONA DO JAMARI?

Sim

Não

44 – JÁ ESTEVE NUMA ÁREA DE EXPLORAÇÃO MADEIREIRA?

Sim

Não

45 – CONHECE BENEFÍCIOS DA EXPLORAÇÃO MADEIREIRA PARA O MUNICÍPIO?

Sim

Não

Quais? \_\_\_\_\_

46 – SUA PROPRIEDADE TEM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE?

Sim

Não

47 – A SUA PROPRIEDADE PARTICIPA DE ALGUM PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL?

Sim

Não

48 – QUAIS OS BENEFÍCIOS DE PARTICIPAR DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL?

Apoio à regularização ambiental de sua propriedade

Acesso a mudas doadas gratuitamente

Acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural

Geração de novas fontes de renda com uso da mata ciliar e da reserva legal

Apoio para recuperação de áreas degradadas/alteradas

Reversão de processo de degradação como assoreamento de rios e erosão

Contribuição para a consolidação da agricultura familiar

49 – COMO VOCÊ TOMA CONHECIMENTO DE NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES?

Televisão

Rádio

Cartazes

Impressos/jornais

Através de pessoas

50 – COM QUE FREQUÊNCIA ASSISTE A TELEVISÃO?

Todos os dias

De três a cinco vezes por semana

- Uma vez por semana
- De vez em quando
- Nunca

51 - QUE TIPO DE PROGRAMA MAIS ASSISTE NA TELEVISÃO?

- Telejornal
- Novela
- Programa de auditório
- Programa de humor
- Informativos diversos
- Religioso
- Não tem preferência

52 - VOCÊ TOMA DECISÃO COM BASE NO QUE ASSISTE NA TELEVISÃO?

- Sempre
- As vezes
- Nunca

53 - QUE TIPO DE DECISÃO VOCÊ TOMA COM BASE EM TELEVISÃO?

- Compras de produtos
- Contratação de serviços
- Tipos de cultivos
- Técnicas agrícolas
- Política
- Economia
- Formas de comercialização de produtos

54 - COM QUE FREQUÊNCIA OUVI RÁDIO?

- Todos os dias
- De três a cinco vezes por semana
- Uma vez por semana
- De vez em quando
- Nunca

55 - QUE TIPO DE PROGRAMA MAIS OUVI NO RÁDIO?

- Rádiojornalismo
- Informativos diversos
- Musical
- Religiosa
- Não tem preferência

56 - VOCÊ TOMA DECISÃO COM BASE NO QUE OUVI NO RÁDIO?

- Sempre
- As vezes
- Nunca

57 - QUE TIPO DE DECISÃO VOCÊ TOMA COM BASE EM RÁDIO?

- Compras de produtos
- Contratação de serviços
- Tipos de cultivos
- Técnicas agrícolas
- Política
- Economia
- Formas de comercialização de produtos

58 – QUE TIPO DE INFORMATIVO IMPRESSO VOCÊ TEM ACESSO?

- Revista
- Jornal
- Boletim
- Cartilha
- Folhetos
- Cartazes

59 – VOCÊ TOMA DECISÃO COM BASE EM ASSUNTOS APRESENTADOS EM PALESTRAS E REUNIÕES

- Sim
- Não
- Talvez
- As vezes
- Depende de quem fala

60 – VOCÊ TOMA DECISÃO COM BASE EM MATERIAL IMPRESSO QUE RECEBE COMO FOLHETOS, BOLETIM INFORMATIVO, E OUTROS?

- Sim
- Não
- Talvez
- As vezes
- Depende de quem fala

## ANEXO 2. AUTORIZAÇÕES E CESSÕES AUTORAIS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**  
**AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL**  
**Dissertação de Mestrado**

**CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL**  
**E CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE IMAGEM**

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): MANOEL MESSIAS LIMA


RG: 6.831.211 emitido pelo(a): SSP/SC

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):  
Linha 618 (Embrotel) Km 5, Sítio Dragão

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

SOLANO DE SOUZA FERREIRA, RG: 263.944 emitido pelo(a): SSP-RO, CPF: 203.536.932-00,  
domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP): Rua Patápio Silva,  
5412, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-618, Porto Velho, Rondônia, sem quaisquer  
restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os  
direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à)  
pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), bem como a cessão dos direitos de  
imagem de fotografias e filmagens efetuadas durante depoimento de caráter histórico e  
documental, na cidade de ITAPUÁ DO OESTE, Estado RO, em  
24/01/14, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Geografia  
da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica  
conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o  
mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o  
acesso ao mesmo para fins idênticos, com a garantia da integridade de seu conteúdo.

Itapuá do Oeste (RO), 24 de Janeiro de 2014

  
(assinatura do entrevistado/depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA  
AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL  
Dissertação de Mestrado

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL  
E CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE IMAGEM

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): ADAILTON PASQUALETTE DE SOUZA

RG: 749049 emitido pelo(a): SSP/RO

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº/complemento/Cidade/Estado/CEP):

LINHA 618 (Embretel), Km 5, SÍTIO SÃO JOSÉ

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

SOLANO DE SOUZA FERREIRA, RG: 263.944 emitido pelo(a): SSP-RO, CPF: 203.536.932-00, domiciliado/residente em (Av./Rua/nº/complemento/Cidade/Estado/CEP): Rua Patápio Silva, 5412, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-618, Porto Velho, Rondônia, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(a) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), bem como a cessão dos direitos de imagem de fotografias e filmagens efetuadas durante depoimento de caráter histórico e documental, na cidade de Itapuã do Oeste, Estado RO, em 24/01/14, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a garantia da integridade de seu conteúdo.

Itapuã do Oeste (RO), 24 de Janeiro de 2014

Adailton P. de Souza  
(assinatura do entrevistado/depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA  
AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL  
Dissertação de Mestrado

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL  
E CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE IMAGEM

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): ERONILDO DOS SANTOS  
couto

RG: 343.811 emitido pelo(a): SSP/RO

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):  
Linha 618 (Embretel), Km 8, Sítio Primavera

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

SOLANO DE SOUZA FERREIRA, RG: 263.944 emitido pelo(a): SSP-RO, CPF: 203.536.932-00,  
domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP): Rua Patápio Silva,  
5412, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-618, Porto Velho, Rondônia, sem quaisquer  
restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os  
direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à)  
pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), bem como a cessão dos direitos de  
imagem de fotografias e filmagens efetuadas durante depoimento de caráter histórico e  
documental, na cidade de Itapuã do Oeste, Estado RO, em  
24/01/14, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Geografia  
da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica  
conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o  
mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o  
acesso ao mesmo para fins idênticos, com a garantia da integridade de seu conteúdo.

Itapuã do Oeste (RO), 24 de Janeiro de 2014

Eronildo Santos Couto  
(assinatura do entrevistado/depoente)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA  
AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL  
Dissertação de Mestrado

CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL  
E CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE IMAGEM

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): Wilton Martins Costa

RG: MG.6.167.689 emitido pelo(a): SSP-MG.

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

Av. Presidente Médici, 3124 - Centro - Itapua do Oeste - RO  
CEP 76.261-000

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

SOLANO DE SOUZA FERREIRA, RG: 263.944 emitido pelo(a): SSP-RO, CPF: 203.536.932-00,  
domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP): Rua Patápio Silva,  
5412, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-618, Porto Velho, Rondônia, sem quaisquer  
restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os  
direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à)  
pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), bem como a cessão dos direitos de  
imagem de fotografias e filmagens efetuadas durante depoimento de caráter histórico e  
documental, na cidade de Itapua do Oeste, Estado RO, em  
26/01/14, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Geografia  
da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica  
conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o  
mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o  
acesso ao mesmo para fins idênticos, com a garantia da integridade de seu conteúdo.

Itapua do Oeste (RO), 26 de Januário de 2014.

Wilton Martins Costa

(assinatura do entrevistado/depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mestrado em Geografia  
AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL  
Dissertação de Mestrado

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL  
E CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE IMAGEM

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): Hildebrando Franca Santos

RG: 1165388 emitido pelo(a): Rondonia

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

linha 605 Km 03 Zona Rural

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

SOLANO DE SOUZA FERREIRA, RG: 263.944 emitido pelo(a): SSP-RO, CPF: 203.536.932-00,  
domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP): Rua Patápio Silva,  
5412, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-618, Porto Velho, Rondônia, sem quaisquer  
restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os  
direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à)  
pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), bem como a cessão dos direitos de  
imagem de fotografias e filmagens efetuadas durante depoimento de caráter histórico e  
documental, na cidade de Itapuã do Oeste Estado Rondonia, em  
31/01/2014 como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Geografia  
da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica  
conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o  
mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o  
acesso ao mesmo para fins idênticos, com a garantia da integridade de seu conteúdo.

Itapuã do Oeste (RO), 31 de Janairo de 2014

Hildebrando F. Santos  
(assinatura do entrevistado/depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA  
AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL  
Dissertação de Mestrado

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL  
E CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE IMAGEM

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): AILSON BASILIO GUERRA

RG: 490586 emitido pelo(a): SSP/RO

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

Rua Sete de Setembro nº 1249 Centro

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

SOLANO DE SOUZA FERREIRA, RG: 263.944 emitido pelo(a): SSP-RO, CPF: 203.536.932-00, domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP): Rua Patápio Silva, 5412, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-618, Porto Velho, Rondônia, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao (à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), bem como a cessão dos direitos de imagem de fotografias e filmagens efetuadas durante depoimento de caráter histórico e documental, na cidade de Itapua do Oeste, Estado RO, em 01/02/14, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a garantia da integridade de seu conteúdo.

Itapua do Oeste (RO), 01 de fevereiro de 2014



(assinatura do entrevistado/depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA  
AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL  
Dissertação de Mestrado

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL  
E CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE IMAGEM

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a) MOZANA RODRIGUES DOS SANTOS

RG: 201.902 emitido pelo(a): SSP/RO

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):  
Rua Jacy-Perene com Rua João Santana, 1755, Centro

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

SOLANO DE SOUZA FERREIRA, RG: 263.944 emitido pelo(a): SSP-RO, CPF: 203.536.932-00,  
domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP): Rua Patápio Silva,  
5412, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-618, Porto Velho, Rondônia, sem quaisquer  
restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os  
direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à)  
pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), bem como a cessão dos direitos de  
imagem de fotografias e filmagens efetuadas durante depoimento de caráter histórico e  
documental, na cidade de Itapuã do Oeste Estado RO, em  
01/02/14, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Geografia  
da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica  
conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o  
mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o  
acesso ao mesmo para fins idênticos, com a garantia da integridade de seu conteúdo.

Itapuã do Oeste (RO), 01 de fevereiro de 2014

Mozana Rodrigues dos Santos  
(assinatura do entrevistado/depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA  
AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL  
Dissertação de Mestrado

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL  
E CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE IMAGEM

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): SEBASTIÃO BONIFÁCIO DOMINGUES

RG: 3.911.478-0 emitido pelo(a): SSP/PR

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

Linha 618, Km 6, Sítio UNIÃO

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

SOLANO DE SOUZA FERREIRA, RG: 263.944 emitido pelo(a): SSP-RO, CPF: 203.536.932-00,

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP): Rua Patápio Silva,

5412, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-618, Porto Velho, Rondônia, sem quaisquer

restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os

direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à)

pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), bem como a cessão dos direitos de

imagem de fotografias e filmagens efetuadas durante depoimento de caráter histórico e

documental, na cidade de Itapuã do Oeste, Estado RO, em

01/02/14, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Geografia

da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica

conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o

mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o

acesso ao mesmo para fins idênticos, com a garantia da integridade de seu conteúdo.

Itapuã do Oeste (RO), 01 de fevereiro de 2014



(assinatura do entrevistado/depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mestrado em Geografia  
AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL  
Dissertação de Mestrado

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL  
E CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE IMAGEM

Pelo presente documento, eu Entrevistado(a): FRANCISCO DE SOUZA

RG: \_\_\_\_\_ emitido pelo(a): \_\_\_\_\_

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):  
Linha 618 (Embretel) km 5, sítio São Francisco

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

SOLANO DE SOUZA FERREIRA, RG: 263.944 emitido pelo(a): SSP-RO, CPF: 203.536.932-00,  
domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP): Rua Patápio Silva,  
5412, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-618, Porto Velho, Rondônia, sem quaisquer  
restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os  
direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à)  
pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), bem como a cessão dos direitos de  
imagem de fotografias e filmagens efetuadas durante depoimento de caráter histórico e  
documental, na cidade de Itapuã do Oeste, Estado RO, em  
01/02/14, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Geografia  
da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica  
conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o  
mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o  
acesso ao mesmo para fins idênticos, com a garantia da integridade de seu conteúdo.

\_\_\_\_\_ Itapuã do Oeste (RO), 01 de fevereiro de 2014

Francisco de Souza  
\_\_\_\_\_  
(assinatura do entrevistado/depoente)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA  
AMAZÔNIA E POLÍTICAS DE GESTÃO TERRITORIAL  
Dissertação de Mestrado

**CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE AUTORIA DE FOTOGRAFIAS  
E CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE IMAGEM**

Pelo presente documento, eu: JAQUELINE PALHANO DE ALENCAR  
RG: 7.668.169-4 emitido pela: SSP/PR  
domiciliada/residente na: Avenida Perimetral Leste, 3507. Ariquemes/RO. CEP 76.875.630

**Declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):**

SOLANO DE SOUZA FERREIRA, RC: 263.944 emitido pelo(a) SSP-RO, CPF: 299.536.932-00, domiciliado/residente na: Rua Patápio Silva, 5412, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76820-618, Porto Velho, Rondônia, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais de fotografias abaixo fac-similadas, de caráter histórico e documental que prestei ao(a) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), bem como a cessão dos direitos de imagem de fotografias e filmagens efetuadas durante depoimento de caráter histórico e documental, na cidade de ITAPUÁ DO OESTE, Estado RO, em 07 / 07 / 2013, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica conseqüentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, as mencionadas fotografias, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a garantia da integridade de seu conteúdo, e citando como autora ALENCAR, J. P. de.

ARIQUEMES (RO), 05 de NOVEMBRO de 2014

  
(assinatura da autora)

**SOLANO DE SOUZA FERREIRA**

Email: [solano.ferreira@ig.com.br](mailto:solano.ferreira@ig.com.br)

Rua Patapio Silva, 5412 bairro Flodoaldo Pontes Pinto

CEP 76820-618 Porto Velho – Rondônia – Brasil

© 2014